



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MAURO LUIZ JOHANN

***AVALIAÇÃO DO PROJETO ATLETA DO FUTURO (PAF/CHAPECÓ) SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU***

CHAPECÓ, SC

2018

MAURO LUIZ JOHANN

**AVALIAÇÃO DO *PROJETO ATLETA DO FUTURO (PAF/CHAPECÓ)* SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Claudécir dos Santos.

CHAPECÓ, SC

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Johann, Mauro Luiz

AVALIAÇÃO DO PROJETO ATLETA DO FUTURO (PAF/CHAPECÓ)
SOB A ÓTICA DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU /
Mauro Luiz Johann. -- 2018.

101 f.

Orientador: DOUTOR Claudécir dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Educação-PPGE, Chapecó, SC , 2018.

1. PROJETO ATLETA DO FUTURO. 2. SOCIOLOGIA REFLEXIVA.
3. ESPORTE. 4. EDUCAÇÃO. I. Santos, Claudécir dos,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Campus Chapecó-SC

Rodovia SC 484 – Km 02, Fronteira Sul

CEP 89815-899

Telefone (49) 2049-2600

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

MAURO LUIZ JOHANN

**AVALIAÇÃO DO PROJETO ATLETA DO FUTURO (PAF/CHAPECÓ) SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU**

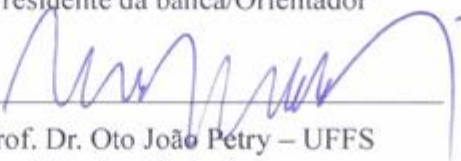
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Educação, defendido e avaliado por banca examinadora em 25 de outubro de 2018.

Aprovado em: 25 / 10 / 2018

BANCA EXAMINADORA



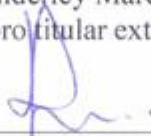
Prof. Dr. Claudécir dos Santos – UFFS
Presidente da banca/Orientador



Prof. Dr. Oto João Petry – UFFS
Membro titular interno



Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior – UFPR
Membro titular externo



Prof. Dr. Ricardo Rezer – UNOCHAPECÓ
Membro titular externo

Prof.^a Dra. Iône Inês Pinsson Slongo – UFFS
Membro suplente

Chapecó - SC, outubro de 2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, mãe Ivani Salete Chiarello, pai Celso João Johann, irmãos Sonia Mara Johann, Fernando Johann, Sandra Johann, Celso Augusto Johann e Adriano Marcelo Johann, filho Joaquim Bastianon Johann e esposa Liéges Schwendler Johann. Que sorte minha, dádiva da vida tê-los incondicionalmente.

De forma especial, agradeço minha mãe. Com amor, humildade, superação e retidão, fez o mais brilhante de todos os trabalhos. Muito obrigado por ter trabalhado por nós quatro.

À minha esposa Liéges, por compreender com sabedoria o momento de cada desafio, por me amar com serenidade e por estar comigo em mais esse empreendimento. Te amo.

Ao meu Orientador, Professor Dr. Claudécir dos Santos, por ter me escolhido. Por suas orientações, simplicidade e humildade ao me ensinar e permitir-me, na condição de aprendiz, ser protagonista desse importante e ainda longo percurso, o qual pretendo seguir no ofício de ser pesquisador.

Ao Coordenador e Professor do PPGE/UFFS Dr. Oto João Petry, por seus conselhos e ensinamentos quanto à construção objetiva de um trabalho acadêmico.

Aos Professores do PPGE Mestrado em Educação/UFFS, pela capacidade de me ensinarem e incentivarem ao conhecimento científico.

Aos meus colegas do Mestrado em Educação 2016/2. Fomos unidos ao acaso, mas, iluminados por eventos de aprendizado e angústias compartilhadas que nos permitiram cumplicidade e amizades nobres. Que sorte a nossa reunião.

À Secretaria de Juventude Esporte e Lazer, à Coordenação do Projeto Atleta do Futuro e à E.E.B. Sonia de Oliveira Zani, instituições que apoiaram para a escrita de mais essa página de minha vida no esporte e na educação. À Professora Daniela Zanini que me permitiu acessar o acervo documental do Projeto Atleta do Futuro.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, aos que lutaram para que essa instituição viesse para Chapecó. Muitos, inclusive eu, estamos realizando formação acadêmica num espaço público, sonhado a décadas para a nossa grande região Oeste Catarinense.

A todos, que de uma forma ou outra, mesmo sem presença física e mesmo sem saber o porquê, me acompanharam em mais esse empreendimento.

Aos Professores que deram aceite e constituíram as bancas de qualificação e defesa da pesquisa. Por terem apreciado meu trabalho e por realizarem apontamentos importantes para a sequência do estudo.

Por fim, a todos, muito obrigado!

Um governo que não tem o esporte e a educação como pilastra da sua administração, é um governo insensível e sem compromisso com o povo que governa, para ele, o povo é apenas um número que o elege nas não tão confiáveis urnas, tornando-o semialfabetizado e doente.

Sócrates Di Lima

RESUMO

Amparados nos estudos do sociólogo Pierre Bourdieu, que estão para além das Ciências Sociais, pois sua obra fundamenta diversas temáticas, inclusive o esporte, realizamos a Avaliação do Projeto Atleta do Futuro (PAF). Este projeto, enquanto política pública formulada e implementada a partir de normas constitucionais do Estado brasileiro, está em funcionamento desde 2007 no município de Chapecó (SC). O PAF é realizado num contexto social específico, de acordo com suas diretrizes visa promover práticas de esporte educacional para crianças e adolescentes, dentre seus objetivos está a incorporação de valores carreados pela educação formal e não-formal. Diante dessa abordagem, tendo o PAF como objeto de investigação, a presente pesquisa se propõe a avaliar o Projeto Atleta do Futuro sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu, traçando um paralelo entre seus fundamentos, possibilidades de existência e condições de oferta do Projeto aos participantes, para que estes manifestem e defendam seus interesses frente as modalidades esportivas que praticam. Mediante a tradição da sociologia bourdieusiana, para refletir questões sobre o sentido da prática social, a importância de avaliar o PAF está concentrada na busca de compreender o grau de alcance das ações do Projeto, ou seja, o que quer o PAF? O que desejam os participantes do PAF? E o que, de fato, o PAF está oferecendo. O percurso metodológico segue a orientação sociológica de Bourdieu: “pesquisar é um ofício”. Entretanto, sem dispensar outros métodos e técnicas de pesquisa, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizamos o método de Análise de Conteúdo preconizado por Laurence Bardin. A pesquisa está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo destaca o Estado e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de projetos esportivos educacionais. Em seguida, faz referência à sociologia reflexiva de Bourdieu, as estruturas constituintes de um campo e os subcampos do esporte. O percurso do estudo está descrito nos caminhos metodológicos, na sequência é apresentado o Projeto Atleta do Futuro, seu contexto de criação e concepção. No capítulo final, ganha voz o atleta, o professor, o PAF e o pesquisador: na tentativa de compreender porque “pesquisar é um ofício”. Sobre os resultados da pesquisa, realizados e detalhados a partir de dados estatísticos catalogados em quadros, espera-se, entre outros, que eles não ignorem os fundamentos e as possibilidades de existência do PAF, mas, justamente por isso, demonstrem um diagnóstico das condições e ações práticas que o Projeto oferece aos participantes e, que estes manifestem e defendam seus interesses frente às modalidades esportivas que praticam.

Palavras-chave: Projeto Atleta do Futuro (PAF). Sociologia Reflexiva. Esporte. Educação.

ABSTRACT

Supported by the studies of the sociologist Pierre Bourdieu, that go beyond the Social Sciences, therefore his work fundamentals many themes, including the sport, we performed the Evaluation of the Projeto Atleta do Futuro Cidadão (PAF). This project, as a public policy created and implemented based in constitutional rules of the Brazilian State, has been functioning since 2007 in the city of Chapecó (SC). PAF happens in a specific social background, according to its guidelines it aims to promote educational sports practices to children and adolescents, among its goals is the incorporation of values led by formal and non-formal education. Taking this approach into consideration and having PAF as object of investigation, the present study proposes to evaluate the Projeto Atleta do Futuro under the vision of the reflexive sociology of Bourdieu, drawing a parallel between its foundations, its possibility of existence and of the conditions of offering the project to participants, so they may expose and stand for their interests concerning the sportive modalities they practice. Considering the tradition of Bourdieu's sociology, reflecting questions over the sense of the social practice, the importance of evaluating PAF is centered in the search of understanding the degree of reach its actions have, when questioning what does PAF want? What do the participants of PAF desire? And what, indeed, PAF is offering. The methodological path follows the sociologic orientation of Bourdieu: "researching is a craft". Nevertheless, without dismissing other research methods and technics, due to the study being a bibliographic and documental study, we employed the Content Analysis method envisioned by Laurence Bardin. The study is organized in the following order: the first chapter emphasizes the State and public policies targeted to the development of sportive educational projects. Subsequently, there is a reference to the reflexive sociology of Bourdieu and to the structures that compose the fields and subfields of sport. The organization of the study is explained in its methodological path, followed by the presentation of PAF, along with the context of its creation and conception. In the final chapter, the athlete, the teacher, PAF and the researcher gain voice in the title: In the attempt of comprehending why "researching is a craft". Regarding the results, that were arranged and detailed based in statistical data catalogued in charts, it is expected, among others, that they don't ignore the foundations and possibilities of existence of PAF, however, because of it, show a diagnostic of the conditions and practical actions the project offers to its participants and, that they expose and stand for their interests concerning the sportive modalities they practice.

Key-words: Projeto Atleta do Futuro (PAF). Reflexive Sociology. Sport. Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de meninos e meninas por modalidades desenvolvidas no PAF.....	64
Quadro 2: Dados sociodemográficos de acordo com o sexo dos participantes do PAF	68
Quadro 3: Dados sociodemográficos e educacionais de Chapecó – Censo IBGE	75
Quadro 4: Ocupação dos pais e das mães de meninos participantes do PAF.....	77
Quadro 5: Ocupação dos pais e das mães de meninas participantes do PAF.....	77

LISTA DE SIGLAS

AC - Atividade Complementar
AEE - Atendimento Educacional Especial
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/88 - Constituição Federal de 1988
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUCACENSO - Censo Escolar Nacional
EF - Ensino Fundamental
EM - Ensino Médio
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI - Fundo Monetário Internacional
FESPORTE - Fundação Catarinense de Esporte
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação e Cultura
ME - Ministério do Esporte
NAI/PROPAZ - Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente
PAF - Projeto Atleta do Futuro
PIS - Programa de Integração Social
PNE - Plano Nacional de Educação
PST - Programa Segundo Tempo
RG - Registro Geral
SEJEL - Secretaria de Juventude Esporte e Lazer
SED - Secretaria de Estado da Educação de SC
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS EDUCACIONAIS	23
1.1 ESTADO MODERNO: DO “ESCRITÓRIO DO REI” AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	23
1.2 AS FACES DO ESTADO E O SEU ANACRONISMO	25
1.3 CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
1.4 A ÁREA DE ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS	36
1.5 ASPECTOS BUROCRÁTICOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	40
2 A SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE BOURDIEU E AS ESTRUTURAS DO CAMPO ESPORTIVO	44
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA.....	44
2.2 A ESTRUTURA DE UM SUBCAMPO DO ESPORTE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DOS CAMPOS.....	48
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	54
4 PROJETO ATLETA DO FUTURO – PAF/CHAPECÓ (SC)	58
4.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONCEPÇÃO DO PAF.....	58
4.2 EXPLICAÇÕES E INTERPRETAÇÕES SOBRE OS DADOS DO PAF.....	62
5 O ATLETA, O PROFESSOR, O PAF E O PESQUISADOR: ENTENDIMENTOS ACERCA DO “PESQUISAR É UM OFÍCIO”	82
5.1 O SENTIDO DA PRÁTICA ESPORTIVA EDUCACIONAL: PERCEPÇÕES PARA UMA SOCIOLOGIA REFLEXIVA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	97
ANEXO A – Ficha de inscrição Projeto Atleta do Futuro.....	101

INTRODUÇÃO

As possibilidades de pesquisas que podem ser realizadas a partir dos campos da educação e do esporte são diversas. O cenário dessa produção científica em muitos casos está focado nas discussões acerca das contribuições sociais que projetos esportivos educacionais promovem. Apesar disso, há um acervo considerável de respostas sobre a colaboração dessas ações durante o percurso formativo educacional e a formação humana dos cidadãos. Ou seja, tanto a educação quanto o esporte possibilitam, a partir de fundamentos constituídos por diferentes alternativas de trabalho, uma potencialização para a educação formal e para a educação não-formal.

Elaborar estudos com base nas relações entre esses dois fenômenos populares da sociedade moderna, na perspectiva das ciências sociais, não é tarefa simples, implica considerar os contextos social, político, econômico, geográfico e cultural. Além disso, é necessário que ocorram algumas análises relativas às particularidades teóricas, práticas e conceituais dessas áreas. Do mesmo modo, indispensável compreender, sem generalizar, a realidade do local onde são implantados os projetos sociais, o sentido prático e os objetivos específicos de propagar atividades esportivas engajadas com a educação, sopesar as implicações subjetivas e pedagógicas durante o processo.

A promoção de atividades esportivas associadas ao desenvolvimento da qualidade educacional de crianças e adolescentes brasileiras, tem sido impulsionada através de uma agenda de políticas públicas normatizadas pelo Estado. Essas ações são implementadas mediante iniciativas do governo e da administração pública. O Ministério da Educação (MEC), amparado aos preceitos constitucionais, é o órgão público que regulamenta e subsidia os projetos esportivos educacionais, que são justificados por suas diretrizes sociais, culturais, econômicas e educativas, mas, ao mesmo tempo, estão sob a influência de valores e desejos da sociedade e do mercado.

Contudo, sobre o esporte são colocados alguns exageros que merecem ser melhor discutidos. O esporte por si só, mesmo com todo o apreço popular e garantias legais para o seu desenvolvimento, não é capaz de promover todas as resoluções dos problemas sociais e tampouco da educação de um país. O discurso redentor acerca dos benefícios que supostamente os projetos esportivos possam proporcionar aos participantes é, de certo modo, um mito, pois a crença de sua função salvacionista deve ser avaliada. Outros conhecimentos, que fazem parte do patrimônio histórico cultural construído pela humanidade, também abrem

janelas de possibilidades recomendadas para auxiliar na educação, como exemplo, música, arte, teatro, pintura etc.

Diante do exposto, considerando a abrangência das políticas públicas brasileiras voltadas ao desenvolvimento de projetos esportivos educacionais e também a amplitude de possibilidades para a realização de estudos sobre uma temática que envolve pensarmos as relações entre os campos da educação e do esporte. Especialmente na perspectiva da sociologia do esporte e seu reconhecido valor científico, direcionamos nosso foco para a pesquisa de um objeto inserido numa realidade e contexto social específico: o *PROJETO ATLETA DO FUTURO – PAF/CHAPECÓ*.

A partir disso, com um olhar mais acurado sobre o objeto destacado, evidenciamos a necessidade de estabelecer um problema de pesquisa que possibilitasse avaliar o PAF sob uma perspectiva teórica das ciências sociais, que nos permitisse “enxergar” o sentido prático das ações promovidas no contexto do projeto. Essas percepções e imbricações, entre os objetivos de um projeto esportivo educacional e as diferentes realidades que o envolvem, num contexto específico, oportunizaram para que optássemos por resgatar o estatuto epistemológico da Sociologia do Esporte, vislumbrando-o como possibilidade de leitura e avaliação para o desenvolvimento de nossa temática de estudo.

Na busca desse resgate epistemológico, enfrentando alguns desafios do conhecimento das ciências sociais, mas também paralelo ao exercício de encontrar uma teoria que nos auxiliasse compreender os alcances da sociologia do esporte, chegamos à obra de Pierre Bourdieu. Para quem está chegando à pós-graduação (Mestrado em Educação), vindo da Educação Física (formação inicial), e não teve, até então, contato aprofundado com pensadores e teorias das Ciências Sociais, “descobrir” Bourdieu é uma experiência que julgamos impossível dizer quando vai terminar, se é que algum dia vai terminar.

No entanto, após a realização dessas incursões, foi possível notar que as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu, estendem-se para além das Ciências Sociais. Embora o autor tenha deixado um legado com grande volume de publicações traduzidas e utilizadas sobretudo no campo da educação, seus êxitos não se limitam a isso. Ele deixou estudos que repaginaram o campo da sociologia, desenvolveu uma obra científica e política com envergadura e suporte capaz de fundamentar diversas temáticas em diferentes áreas: arte, moda, comunicação, saúde, política, literatura, filosofia etc. E, dentre elas, o esporte, de forma mais específica, o esporte desenvolvido na modernidade.

As leituras prévias e contextualizadas dos textos de Bourdieu: *Programa para uma sociologia do esporte* (BOURDIEU, 2004a, p. 207-221) e *Como se pode ser desportista?*

(BOURDIEU, 2003, p. 181-205), aguçaram nossa vontade de saber com maior aprofundamento sobre esse autor e suas teorias científicas e empíricas, principalmente na perspectiva da sociologia reflexiva para o esporte. Essas incursões aos poucos nos fizeram perceber que as produções de Bourdieu, para os campos do esporte e da educação, poderiam contribuir para o enriquecimento dos objetivos e proposições da pesquisa em tela. Mas antes de falar dela – a pesquisa – consideramos importante expor algumas motivações pessoais e profissionais que trouxeram o pesquisador ao estudo.

Então, de forma breve, apresentarei em primeira pessoa do singular alguns pontos que marcaram o início de minha jornada no esporte, formação acadêmica e rotina profissional na educação. Mesmo sabendo que o exercício de fazer registro da própria trajetória e carreira é, em certa medida, conforme afirma Joaquim Antônio Severino (2000, p. 176), colocar-se em “risco” por ter que expor a autobiografia, exponho-me com a intenção de demonstrar que aspectos relacionados com a temática desta pesquisa estão presentes no meu cotidiano, considero-os pertinentes para situar o porquê do estudo em tela.

Pois bem, onde tudo começou? Na escola, nas aulas de educação física. Ainda criança aos nove ou dez anos de idade recebi a primeira oportunidade de participar dos jogos escolares. Ser convidado para integrar as equipes da escola era a chance conhecer novos lugares, mais pessoas e, às vezes, até viajar para outras cidades. Assim, da infância aos dias atuais, o esporte faz parte da minha vida. Sim, sou um profissional do esporte e a partir dessa oportunidade me formei professor de Educação Física.

Tudo que estava relacionado aos esportes me interessava. O incentivo à prática de atividades esportivas no espaço escolar me motivou a aprender diversas modalidades, principalmente o handebol que era tradicional em nossa escola. Somado a esse interesse, naquela época, Chapecó mantinha a mais vitoriosa equipe de handebol da América do Sul. O ano era 1987. Por curiosidade e admiração passava no ginásio para assistir aos treinamentos e jogos daqueles grandes atletas que posteriormente me inspiraram muito. Até que em um dia qualquer, passando eu novamente por lá, estavam alguns meninos de minha idade jogando e o professor me convidou para participar. Foi assim que a “magia” do esporte me cativou e que minha trajetória como desportista iniciou.

Depois, entrando na adolescência, com idade oportuna à especialização técnica e física, talvez por aptidão, afinidade e/ou incentivo dos professores, fui direcionado para treinar nas equipes de base que se preparavam para competições do calendário oficial da Secretaria do Estado de Santa Catarina, Federação Catarinense e Confederação Brasileira.

Embora muito jovem, idealizei estar entre atletas de destaque, inspirei-me com determinação e persistência até conseguir integrar a equipe principal que representava a cidade.

Importante destacar que no Brasil, diferente de outros esportes com maiores investimentos, profissionalismo e visibilidade midiática, o handebol não se mantém como uma modalidade estruturada ou que permaneça em pleno funcionamento nos clubes e municípios ao longo dos anos. Mesmo diante disso, como atleta desde a década de 1990, tive a oportunidade de jogar em algumas das melhores equipes do país¹.

Na condição de atleta e estudante, consegui conciliar minha rotina de treinamentos, viagens para competições e estudos. Nesse período, interessei-me na formação em Educação Física, realizei estágios que somados às vivências esportivas, práticas e acadêmicas, acabaram por redirecionar meu foco. Ainda que iniciante na carreira de professor, continuei sendo atleta, mas não parei de estudar, me tornei funcionário público e aos poucos passei a ter algumas chances de atuação profissional nas áreas da educação física escolar, academias de ginástica e em alguns projetos esportivos educacionais. Após esses primeiros passos, vislumbrei e recebi oportunidade para ser técnico/treinador de equipes masculinas e femininas de handebol².

Hoje, pouco mais de trinta anos dedicados ao esporte, quase duas décadas atuando na educação, muitos sonhos, realizações e também frustrações naquilo que escolhi fazer, ousou expressar a seguinte frase aos educandos com os quais exerço minha missão: “não fui o melhor atleta, nem o maior vencedor, fiz o máximo para melhorar todos os dias, conjuguei o esporte com os estudos e isso me oportunizou estar aqui”. Espero que os interlocutores, principalmente os meus alunos, entendam isso como motivação para superação de desafios humanos.

Assim, aos poucos, com o empreendimento de aprender, reaprender e reescrever novas jornadas, fui me retirando das quadras para me dedicar exclusivamente à profissão e responsabilidade de professor de Educação Física. Atualmente trabalho, com vínculo de professor efetivo na rede pública, Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC) e também atuo na Secretaria de Juventude Esporte e Lazer (SEJEL) do município de

¹ Entre as equipes em que atuei é possível destacar a multicampeã de Chapecó. E outras, como a AD-Concórdia (SC); Americana (SP); Universidade Federal de Santa Maria/UFSM (RS); Fefisa/Arbos, Santo André (SP); ADC/GM, São José dos Campos (SP); Clube Itatiba (SP); Sinop (MT); Força Atlético (GO); Clube Rio Pardense (SP); Adrecha, Joaçaba (SC); Ulbra, Santa Maria (RS); Loanda (PR); Araraquara (SP). Ao longo desse percurso, desde as categorias de base, conquistei diversos títulos, nacionais e internacionais.

² Como técnico esportivo atuei em projetos e programas como: Politec de Americana (SP), (1998, 1999, 2002); Programa Segundo Tempo, Chapecó (SC), (2003) e Atleta Cidadão - São José dos Campos (SP), (2004); Projeto Esporte e Emancipação, Unochapeco (2003); ADC/GM, São José dos Campos (SP), (2004); Projeto Esporte Comunitário - Instituto UNIMED, Chapecó (SC), (2009 e 2012) e, a partir de 2007 até este momento, atuo no Programa Atleta do Futuro Cidadão (PAF/ Chapecó).

Chapecó, onde, dentre outras atribuições, desenvolvo atividades como agente público do Projeto Atleta do Futuro (PAF).

Essas breves ponderações, realizadas a partir de minha trajetória pessoal e profissional, de acordo com o descrito anteriormente, foram dispostas com o propósito de realizar deslindes, ou seja, demonstrar de onde falo, porque falo e de onde partem minhas motivações de pesquisa. Além disso, considero importante ressaltar os desafios e a responsabilidade para realizar uma pesquisa, especialmente, quanto ao meu envolvimento de pesquisador com a construção do objeto de estudo.

Neste ínterim, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – PPGE/UFGS, campus Chapecó, na linha de pesquisa em Políticas Educacionais, embora soubesse o que queria pesquisar, salvo minhas limitações epistemológicas, enquanto iniciante, mesmo com a responsabilidade de ser pesquisador, não tinha ciência que me depararia com um problema semelhante ao que o sociólogo francês Pierre Bourdieu relata, especialmente num de seus textos sobre o campo do esporte.

Explico: no texto *Como se pode ser desportista?* Apresentado no livro “Questões de Sociologia” de Bourdieu, um clássico inovador para a área das ciências sociais, o autor diz que, por exemplo, às vezes, algumas questões refletidas sociologicamente num campo como o do esporte podem ser suprimidas por aqueles que as vivenciam. Ao mesmo tempo, fazendo uma autoanálise, relata que por não ter sido um especialista do campo esportivo, sua inocência de não ser especializado oportuniza pensar questões que seu ofício de sociólogo permite (BOURDIEU, 2003).

Outra importante ponderação, de certa forma paradigmática, também descrita por Bourdieu, num dos capítulos do livro “Coisas Ditas”, no texto intitulado *Programa para uma sociologia do esporte*, é o fato de que para o autor, os sociólogos do esporte de alguma maneira são “duplamente dominados, tanto no universo dos sociólogos quanto, no universo do esporte”. Então, como bem diz Bourdieu, o campo da sociologia do esporte, pode ser desdenhado pelos sociólogos e desprezado pelos esportistas, pois, “de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-lo, ou o fazem a torto e a direito”. (BOURDIEU, 2004a, p. 207).

Conforme o exposto, mesmo estando distante do ofício de sociólogo, ao contrário de Bourdieu, tenho certa familiaridade prática e teórica nos campos do esporte e da educação e, me digno a falar. Mas, o fato de ter sido atleta, professor de Educação Física e também agente

do Projeto Atleta do Futuro (PAF) exige cautela e cuidado teórico constante para não macular o objeto da investigação. Portanto, a descrição de toda essa cronologia, mais do que demonstrar de onde o pesquisador está falando, é uma tentativa de exercitar e absorver, dentre algumas das orientações de Bourdieu, a máxima de que “fazer pesquisa é um ofício”. Ou seja, uma tarefa que exige postura de pesquisador. Sou aprendiz desse ofício.

Nesta baila, resgatamos um pequeno trecho do livro “Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia”, quando Bourdieu, *et al.* (2007, p. 45) amparados sob a afirmativa de Saussure, no item denominado *A construção do objeto*, advertem que “O ponto de vista cria o objeto”. Em outras palavras, é possível dizer que a relevância de um estudo científico não está necessariamente no objeto ou no protagonismo de quem pesquisa, mas sim nos métodos utilizados pelo pesquisador para tornar o objeto relevante.

Prestar atenção às possibilidades e potencialidades do objeto, com e sobre o qual se está envolvido, é fundamental para o desenlace da pesquisa, no entanto, é necessário, também, não se fazer avaliações apressadas, ingênuas e/ou equivocadas sobre objeto em análise. Aliás, Bourdieu reiteradamente chama atenção daqueles que se lançam na pesquisa, avaliando sua relevância pela “importância” do objeto que estudam. Quem segue esse caminho, segundo o autor, não raras vezes, são “os menos atentos aos procedimentos metodológicos”. (BOURDIEU, 1989, p. 20).

De maneira objetiva, Bourdieu explica que:

O que conta, na realidade, é a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objectos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto. (BOURDIEU, 1989, p. 20).

Como se vê, na proposta sugerida por Bourdieu, para o desenvolvimento de uma pesquisa é necessário apresentar relevância não somente na descoberta de “novos” objetos de estudo, mas levar a sério a (re)construção científica do objeto. Para tanto, é imprescindível encontrar um caminho metodológico que assegure ao pesquisador as condições de não se desviar nas subjetividades ou nos diferentes ‘atalhos’ que uma pesquisa possa percorrer.

Quando decidimos estudar e avaliar um projeto local, denominado Projeto Atleta do Futuro (PAF), embora ele tenha sido embasado a partir das diretrizes e ações de outro programa nacional que é amparado pelo Ministério do Esporte³, que também se relaciona com

³ O PAF emergiu do **Programa Segundo Tempo** (PST). Esse Programa, conforme está descrito na página *online* do Ministério do Esporte, é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão

a educação e tem foco na formação do cidadão, por conta das imbricações com distintas áreas sociais e do acolhimento que faz através de sugestões e intervenções dos diferentes agentes e instituições socioeducativas do município, consideramos prudente avaliá-lo a partir de uma perspectiva metodológica - *sociologia reflexiva* - que possibilite indicar como o objeto está sendo explorado no contexto de sua prática.

Nesse sentido, para esta pesquisa de natureza bibliográfica e documental, ter como fundamento a sociologia reflexiva de Bourdieu representou poder contar com uma seta indicadora dos caminhos que idealizávamos e que foram percorridos. Ou seja, sabíamos onde queríamos chegar, porém, não tínhamos a noção exata do que encontraríamos no decurso do estudo. E, além disso, no decorrer da construção do objeto, o quanto seríamos afetados durante esse percurso entre pesquisa teórica e empírica.

Em outras palavras, a sociologia reflexiva de Bourdieu, por intermédio do conhecimento *praxiológico*, em particular no que se reporta aos conceitos de campo e capital, assim como as noções estruturadas de *habitus*, nos ajudaram na percepção acerca do que seria necessário observar ao explorar o contexto de análise. Não obstante a isso, muitas revelações ocorreram a partir do objeto, no caso, algumas dissonâncias encontradas durante a fase de análise documental, que foram fundamentais para a experiência real da pesquisa.

Contudo, importante ressaltar que nesse estudo não estamos apontando a sociologia reflexiva como um método, mas um caminho com possibilidades para pensarmos juntos o sentido da prática de ações esportivas associadas ao esporte. Isso significa dizer que para dar conta da problemática que engendrou a pesquisa e os objetivos por ela perseguidos valemos-nos de uma metodologia a partir da qual foi possível conjugar pesquisa documental com pesquisa bibliográfica, permitindo-se assim que os procedimentos adotados na investigação, desde a pré-análise, passando pela exploração do material, até os resultados finais da pesquisa, não fossem ou ficassem perdidos.

De todo modo, a pesquisa tem foco de investigação social, e está voltada para questões relativas aos campos da educação e do esporte. Então, procurando manter viva a ideia de que o trabalho de pesquisar é um ofício, acreditamos que a avaliação de alguns dos dados presentes no PAF, amparado sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu, é uma ação que

Social do Ministério do Esporte e visa: “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e, preferencialmente, regularmente matriculados na rede pública de ensino” (BRASIL, ME. 2017). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>>. Acesso: 8 de novembro de 2017.

ganha importância, não apenas por ser inédita quanto ao contexto do objeto de nossa avaliação, mas, principalmente, por qualificar o atleta pesquisador e o pesquisador atleta. É com esse sentimento, com um pé na experiência profissional e outro nas teorias, métodos e técnicas, que o desafio de avaliar o PAF foi encarado.

Desde o início, nossa intenção era saber: como acontece a procura pelo PAF? Como chega às pessoas o gosto pelo esporte? Por que a preferência deste esporte em vez daquele? E, por fim, como os participantes do PAF se envolvem com a modalidade esportiva que praticam? Ou seja, de que maneira eles a veem, como prática, como recreação ou ocupação do tempo livre?

Em nosso entendimento, essas perguntas, *a princípio*, nos levariam à questão central da pesquisa, qual seja: em que medida um projeto voltado às crianças e adolescentes, que objetiva a formação de futuros cidadãos através de práticas esportivas, desenvolveria a cidadania, a partir de modalidades esportivas desiguais e com possibilidades de competitividades diferentes? Destacamos a expressão: *a princípio*, porque descobrimos, no decorrer da pesquisa, que o título *Atleta do Futuro Cidadão*, o qual o Projeto mantém atualmente, não faz parte da terminologia oficial do PAF.

Dessa forma, as indagações que tínhamos sobre os termos, *cidadania e futuro cidadão*, mudaram de foco. E, em meio as nossas indagações iniciais e também as descobertas que emergiram durante a pesquisa, o ponto de convergência das questões preliminares deixou de ser a *cidadania* e o *futuro cidadão* para se concentrar nas possibilidades do Projeto frente às manifestações de interesses das crianças e adolescentes para com a modalidade que escolheram praticar. Assim, o interesse pela avaliação do PAF passou a ser a busca pelo grau de alcance do Projeto, ou seja, o que quer o Projeto? O que desejam os participantes do Projeto? E o que, de fato, o Projeto está oferecendo.

Diante dos tensionamentos engendrados através dessa problemática, constituída por circunstâncias das ações práticas no âmbito do cotidiano e nas intercorrências ligadas a compreensão dos pressupostos estatutários da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, a presente pesquisa se propõe a avaliar o Projeto Atleta do Futuro, traçando um paralelo entre seus fundamentos, possibilidades de existência e as condições que o Projeto oferece às crianças e adolescentes para que estes manifestem e defendam seus interesses frente às modalidades esportivas que praticam. É esse o objetivo geral da pesquisa.

O fluxo de toda essa dinâmica, justificado em nossas questões de estudo, que nos levaram às problematizações dadas a partir da relação com a construção objeto e, também as circunstâncias advindas de um contexto específico, nos encaminharam aos objetivos

específicos da pesquisa: (i) compreender como os pressupostos da Sociologia Reflexiva desenvolvida por Bourdieu auxiliam em um estudo que tem como objeto uma estrutura do campo esportivo; (ii) verificar se as regras vivenciadas em cada modalidade esportiva dialogam com os objetivos do PAF e com os interesses dos agentes envolvidos; (iii) examinar a relação do PAF com as instituições envolvidas na seleção dos participantes, antes e durante o tempo de permanência no projeto; (iv) Identificar como são efetivadas algumas das diretrizes e ações práticas do PAF.

Assim, durante o desenvolvimento da pesquisa, a partir do capítulo I, apresentamos algumas nuances sobre o Estado, seu anacronismo e suas vertentes históricas. Na sequência destacamos os conceitos e a abrangência da área de estudos denominada “políticas públicas”. Abordamos, de maneira sucinta, alguns aspectos históricos e burocráticos relacionados ao campo das políticas públicas que estão voltadas ao desenvolvimento de projetos esportivos educacionais para crianças e adolescentes.

No capítulo II, apresentamos uma breve discussão sobre o estatuto da sociologia reflexiva de Bourdieu, e também fazemos uma abordagem do conceito de campo com intenção de destacar o PAF como uma estrutura constituinte de um subcampo do esporte.

Para descrevermos a metodologia, que está apresentada no capítulo III, na sessão intitulada “caminhos metodológicos”, com a qual nos guiamos para realizar a pesquisa teórica e empírica, além das etapas da sociologia reflexiva de Bourdieu, utilizamos o método de Análise de Conteúdo preconizado por Laurence Bardin.

O Projeto Atleta do Futuro - PAF/Chapécó (SC), suas diretrizes, fundamentos e modalidades esportivas desenvolvidas, está apresentado de forma reduzida no capítulo IV. Nesse mesmo item apresentamos o contexto, social, econômico e cultural desde a criação até a concepção do PAF, além disso, algumas explicações e interpretações acerca dos quadros com os dados avaliados sobre os participantes do Projeto.

No capítulo V, com embasamentos em algumas ideias de autores alinhados a temática, ganha espaço o atleta, o professor, o PAF e o pesquisador, fazemos uma síntese de nossas avaliações teóricas e pessoais. A partir de percepções acerca das dúvidas e incertezas quanto ao futuro da pesquisa, destacamos alguns pontos que nos oportunizaram problematizar o objeto e, ao mesmo tempo, auxiliaram no empreendimento do estudo sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu.

Por último, nas considerações finais, realizamos o resgate de parte dos conceitos desenvolvidos durante as sessões do estudo, sintetizamos algumas ideias e ponderações sobre os mecanismos de controle social que são impostos mesmo em iniciativas públicas.

Proferimos entendimentos sobre o esporte, a educação e a vida em sociedade e, em acordo com nossos novos entendimentos epistemológicos, enunciamos considerações construtivas, críticas e reflexivas ao projeto esportivo educacional, PAF, que avaliamos e apresentamos em nosso trabalho.

1 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS EDUCACIONAIS

1.1 ESTADO MODERNO: DO “ESCRITÓRIO DO REI” AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A organização e a estruturação de um território bem como as garantias básicas necessárias para a vida do seu povo em determinada nação é, ou deveria ser, competência do Estado. Diante dessa afirmação, a concepção de Estado que utilizamos para nos guiar na presente pesquisa está baseada em conceitos do sociólogo Max Weber.

Na visão de Weber, muitas tarefas que talvez possamos afirmar serem próprias do Estado não são, pois, no modelo de Estado moderno, assim como está posto na sociedade contemporânea, “não há quase nenhuma tarefa que alguma associação política, em algum momento, não tivesse tomado em suas mãos, mas, por outro lado, também não há nenhuma da qual se poderia dizer que tivesse sido própria” (WEBER, 1999, p. 525).

Seguindo no entendimento do sociólogo, é possível compreender que as associações políticas que foram precursoras dos Estados modernos já faziam muitas coisas as quais muitos acreditam ser tarefa do Estado. Mas como há equívocos nessa interpretação é preciso ter clareza de que, “do ponto de vista da consideração sociológica, uma associação "política", e particularmente um "Estado", não pode ser definida pelo conteúdo daquilo que faz” (WEBER, 1999, p. 525).

Ao contrário disso, Weber reafirma que “somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física” (WEBER, 1999, p. 525).

Para Weber, o Estado não existe sem a coação, nas suas palavras:

Se existissem apenas complexos sociais que desconhecêssem os meios da coação, teria sido dispensado o conceito de "Estado"; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de "anarquia", neste sentido específico do termo. Evidentemente, a coação não é o meio normal ou o único do Estado - não se cogita disso -, mas é seu meio específico (WEBER, 1999, p. 525).

O que Weber anuncia é que, a partir da modernidade, com o surgimento do Estado moderno, este passou a ser a única fonte de exercício da coação. E isso - a coação - passou a ser a sua principal característica. Antes da modernidade, obviamente já existiam instituições e

formas de coação, mas com o Estado moderno o direito de coagir passou a ser por ele monopolizado.

Sobre isso, Weber acrescenta:

No passado, as associações mais diversas - começando pelo clã - conheciam a coação física como meio perfeitamente normal. Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território - este, o "território", faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do "direito" de exercer coação (WEBER, 1999, p. 525-526).

Seguindo com essas considerações weberianas, o que pretendemos nesse item, é mostrar que o Estado que conhecemos hoje é fruto de um processo histórico construído pela humanidade, que emergiu a partir da modernidade e evoluiu com suas promessas. Ou seja, ele rompe com a tradição e produz inovações a partir do modelo de Estado que predominou durante o período medieval, “o Estado Moderno surge como um avanço. Em um primeiro momento, como absolutista e, depois, como liberal; mais tarde o Estado se transforma, surgindo o Estado Contemporâneo sob as suas mais variadas faces” (STRECK, 2014, p. 23-24).

É sobre esse Estado, seu histórico e contradições que falamos. Um Estado que se apresenta, nos dias atuais, de forma paradoxal, aparentemente confiável e diligente e ao mesmo tempo agindo de maneira contraditória, ou seja, realizando o oposto do que se pensa ser a real e verdadeiro. Mas o que o faz ser assim? De que forma e em que medida se faz possível creditá-lo como uma instituição que representa uma Nação e zela pelo seu bem-estar? Sendo o Estado paradoxal, ao criar políticas públicas, especialmente as que se voltam aos mais necessitados, que garantias ele oferece aos seus cidadãos de que tais políticas não são uma simples representação do controle social e uma forma disfarçada de coação?

Perguntas ou questões como essas e outras que tratam especificamente das intercorrências e das relações do Estado com as políticas públicas voltadas aos projetos sociais que englobam a educação e o esporte são, ao longo da pesquisa, debatidas de forma mais cautelosa. Da mesma forma, retomamos à concepção de Estado a partir das noções de Max Weber, para discuti-la à luz dos propósitos dessa pesquisa, mas, por ora, voltemo-nos ao Estado e suas atitudes desconexas durante a história.

1.2 AS FACES DO ESTADO E O SEU ANACRONISMO

Na face do Estado atual estão as marcas da modernidade e seu anacronismo, ou seja, há uma espécie de desacordo, duplamente determinado com o contexto do período em que se vive. Em termos históricos, embora essa fase ainda não seja tão longa, o Estado que vivenciamos já passou por muitas transformações. Assim, não é difícil realizar um resgate da trajetória do Estado que conhecemos, mas, talvez por carregar as marcas da modernidade, facilmente podemos incorrer em equívocos acerca das formas características do Estado atual e suas aparências.

Para alguns autores que costumam falar do Estado e suas relações de poder estabelecidas, na face do Estado atual onde estão as marcas da modernidade, aparece o cientista político Reinado Dias. De acordo com este autor, “seus primeiros contornos apareceram no período do Renascimento Europeu. Anteriormente, as pessoas eram ligadas às suas comunidades, às cidades e aos povoados” (DIAS, 2010, p. 292). Dias ainda esclarece que, conforme as cidades foram se expandindo, ampliando seus territórios e relações comerciais, elas passaram a se constituir como Cidades-Estado. Exemplo disso são cidades “como Veneza e Florença no século XV” (DIAS, 2010, p. 292).

Mas, mesmo nessa condição, com uma nova organização geopolítica em forma de império, as Cidades-Estado tinham dificuldades para se desenvolverem, pois estavam acostumadas a serem e fazerem-se cidades com costumes e leis próprias de um pequeno espaço geográfico. Por menores que fossem os territórios e os povoados, eles mantinham uma organização própria de cultura e encaminhamentos para resolução de seus problemas sociais.

O movimento cronológico da história, conduzido e propagado no Renascimento pela mobilização de recursos que se atrelava às navegações e as reformas políticas e religiosas, fez com que no século XV se iniciasse uma nova forma de organização geopolítica, ou seja, esse período foi um marco para a formação do que hoje chamamos de Estado.

Sobre esse acontecimento, Dias faz o seguinte destaque:

Quando as pessoas passaram a se identificar com suas nações⁴, acima de suas cidades ou dos feudos – como era feito até então –, a figura do rei se tornou mais importante, pois personificava essa nova entidade política. A fidelidade do povo⁵, identificada com a cidade ou com o senhor feudal, foi sendo transferida

⁴ ‘Nação’ é a denominação de um povo ao se fixar em uma determinada área geográfica e adquirir certo grau de organização, manifestando-se unido por uma história e cultura comuns (DIAS, 2010, p. 292).

⁵ Denominamos ‘Povo’ os agrupamentos humanos com cultura semelhante - língua, religião, tradições etc. -, implicando certa homogeneidade e desenvolvimento de laços de solidariedade entre si (DIAS, 2010, p. 292).

gradativamente ao rei, que se tornou o senhor absoluto no território ocupado pela nação (DIAS, 2010, p. 292).

Nascia assim o Estado absolutista. Nessa forma de Estado havia uma forte identificação do rei para com a instituição denominada Estado. Ou seja, havia uma personificação do Estado para com a pessoa do rei e seu poder soberano. Desse modo, ressalta Dias, “o Estado constituía uma extensão do poder real, daí essa primeira forma de Estado moderno ser denominada de Estado absolutista” (DIAS, 2010, p. 292). A esse respeito é clássica a observação do rei da França, Luiz XIV, que, “quando interpelado, costumava responder: *L'État c'est moi* (“O Estado sou eu”).” Ou seja, tudo que acontecia no Estado era reportado ao rei.

Se o Estado absolutista representou uma ampliação do “escritório do rei”, seguindo com os entendimentos de Dias, (2010), o que substituiria esse modelo de Estado, seria a delimitação do seu território e a criação de instituições públicas responsáveis pela organização dos aspectos burocráticos do próprio Estado.

Assim, depois de prevalecer por mais de três séculos no Ocidente, o predomínio do Estado absolutista começou a sofrer abalos de todas as ordens e entrou em decadência. A partir desse abalo, por consequência, surge o Liberalismo europeu. Com um conceito político de soberania que ia além do que defendia o Estado absolutista, começou a ganhar espaço dentre as instâncias do poder, defendendo não mais a personificação do rei com o Estado, mas sim da nação para com o Estado. “Desse modo, no liberalismo, o Estado (unidade política) confunde-se com a nação (unidade cultural). A nação personifica o Estado, e o poder emana do povo” (DIAS, 2010, p. 293).

Com o liberalismo, o Estado absolutista entrou em decadência e chegou ao fim, foi substituído pelo Estado-nação. Porém, é importante atentar ao fato de que a identificação dos Estados-nação, com as comunidades culturais, não aconteceu de forma paralela à constituição dessa nova forma de Estado. Esse fenômeno ainda nos dias atuais apresenta suas peculiaridades. Isso significa dizer que em alguns casos, em um mesmo Estado existe mais do que uma nação⁶.

A concepção de nação foi sendo ampliada durante a cronologia histórica do tempo, mas, sem dúvida, um marco dessa ampliação foi a Revolução Francesa. Com ela, “o conceito

⁶ Há Estados formados de uma só nação, como o Brasil e outros Estados que são constituídos por duas ou mais nações (ou nacionalidades). Esse é o caso da Espanha, por exemplo, que contém as nações basca e catalã (DIAS, 2010, p. 293).

de nação passou a ficar associado à ideia de liberdade e de igualdade de direitos, e a soberania do rei foi passada para o povo”. (DIAS, 2010, p. 293).

Se antes desse período revolucionário os indivíduos se relacionavam com as Cidades-Estado, através dos feudos e viviam conforme suas recomendações, a partir do século XVIII, sobretudo após os gritos e conquistas da Revolução Francesa (1789), o relacionamento com o Estado-nação passou a ser concebido da seguinte forma:

A partir do século XVIII, os valores que motivaram os povos em suas lutas e aspirações, eram os do Estado-nação em substituição aos valores tradicionais. Nos séculos XIX e XX, os valores referenciados no nacionalismo determinaram o destino dos indivíduos e promoveram inúmeras guerras que consolidaram o papel do Estado-nação como agente legítimo e principal ator do sistema internacional (DIAS, 2010, p. 293).

De modo geral, pode-se dizer então, que o Estado moderno que surgiu superando, não por completo é claro, a organização política do mundo medieval, representou um avanço pelo menos quanto à criação de instituições que dinamizaram o poder. Esse Estado, portanto, primeiramente absolutista e depois liberal, “mais tarde se transforma, surgindo o Estado Contemporâneo sob as suas mais variadas faces”. (STRECK, 2014, p. 23-24).

Em suma, é esse o passado do Estado que hoje conhecemos. Observando a história, no entanto, podemos afirmar que a conquista do Estado Democrático de Direito não significa a sua consolidação para sempre. Ao contrário, esse modelo de Estado, assim como os outros, deve ser considerado como um paradigma, passível de crises, rompimentos e substituição, ou ainda retroceder aos modelos do passado.

É sempre oportuno lembrar que as transformações ocorridas no Estado Democrático de Direito, inclusive aquelas que forçam a sua minimização, não acontecem por acaso. Tais transformações, segundo Lenio Luiz Streck:

Decorrem justamente do acirramento das contradições sociais proporcionadas pelo liberalismo (ou aquilo que representava um modelo de Estado que atravessa o século XIX e, no século XX, “da de frente com as revoluções”). Veja-se que esse Estado intervencionista não é uma concessão do capital, *mas a única forma de a sociedade capitalista preservar-se, necessariamente mediante empenho na promoção da diminuição das desigualdades socioeconômicas* (STRECK, 2014, p. 26).

O Estado Democrático de Direito, desse modo, representa e sobrevive diante de um cenário de contradições. Suas ações, principalmente aquelas que se voltam para as questões econômicas, são marcadas por incoerências, ora age em conformidade com as classes burguesas, ora em proteção aos interesses dos trabalhadores. Streck bem observa essa postura

do Estado ao dizer que “continua sendo uma instituição anacrônica, porque é uma entidade nacional, e tudo o mais está globalizado” (STRECK, 2014, p. 26).

O processo de globalização, intensificado nas últimas décadas do século XX, quase que de maneira descontrolada, principalmente durante a primeira década do século XXI, tem provocado profundas mudanças nas economias nacionais. De acordo com Octavio Ianni (1999, p. 114), ela - a globalização - “é um processo político-econômico, sociocultural e geohistórico que adquiriu excepcional dinamismo durante a Guerra Fria”, e daí em diante se expandiu de tal forma que fez o modelo de Estado-nação alterar seu lugar⁷.

Em vista disso, frente à globalização, cabe ao Estado, em primeiro lugar, tomar ciência de que está diante de um dos maiores desafios no que diz respeito a sua postura soberana enquanto Estado nacional. É urgente, portanto, que o Estado se levante para enfrentar o anacronismo no qual se envolveu. Caso contrário, o Estado corre risco de ceder ao capital até que este se abasteça de tudo o que pode e quer, inclusive das riquezas que alimentam e garantem a sua soberania enquanto nação.

Entendemos melhor essa relação do Estado Democrático de Direito e as relações anacrônicas, quando elegemos como exemplo um Estado específico para observar. Nesse caso, nada melhor do que nos voltarmos ao Estado brasileiro. A República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição vigente, é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito tendo como fundamentos: *a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político* e, ainda, a garantia de que *todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal de 1988*⁸. Essas garantias constitucionais fazem parte dos *Princípios Fundamentais* que compõe o art. 1º da CF de 1988.

No entanto, ao longo de trinta anos de vigência da CF/1988, esses fundamentos democráticos não foram propagados adequadamente por todo território nacional, muito menos vivenciados de maneira plena pelos cidadãos brasileiros. Alguns avanços quanto aos direitos e garantias fundamentais, foram incorporados a população que vive no território nacional, mas, essa jovem democracia e seu povo aguardava, de maneira esperançosa, saborear os frutos dessa terra tropical fértil e rica de oportunidades.

⁷ IANNI, Octavio. O Estado-Nação na época da globalização. (p. 114-115). Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/octavio.pdf>>. Acesso: 15 de novembro de 2017.

⁸ Art. 1º da CF/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 15 de novembro de 2017.

Diante desse cenário, cabe indagar o seguinte: existe uma explicação plausível para a não vivenciarmos esses Princípios Fundamentais? Alguns estudiosos do Estado e do Direito, dentre eles o já citado procurador de justiça e professor de Direito, Lenio Luiz Streck, entendem que uma das razões para tal fato seria o desenvolvimento tardio da modernidade no Brasil, pois, não tivemos a oportunidade enquanto nação de aprender com a Idade Média e, além disso, a convicção de que grande parte da elite brasileira acredita que ela - a modernidade - já teria acabado. O que parece, segundo Streck, paradoxal, pois, “a modernidade nos legou a noção de sujeito, o Estado, o Direito e as instituições” (STRECK, 2014, p. 23).

Esse conceito equivocado e ao mesmo tempo contraditório de que a modernidade acabou, pode ser compreendido como falacioso pois, por meio das instituições, o Estado participa intensamente das decisões e da vida das pessoas. E estas - as pessoas - cotidianamente, em certa medida, clamam pela presença do Estado. Ou seja, se o Estado Democrático de Direito é um legado da modernidade, reivindicá-lo não significaria o mesmo que querer realizar os desejos da modernidade? Será? O discurso de Estado mínimo está presente no resultado eleitoral das eleições brasileiras.

Na atualidade, do berço ao túmulo, o Estado se faz presente na vida das pessoas que ocupam seu território. A partir do registro de nascimento, passando pelo RG, CPF, Título de Eleitor, PIS etc., até o atestado de óbito, tudo passa pelo olhar e regulação do Estado. No entanto, essa forma de Estado inventada na modernidade capitalista, não consegue cumprir com as demandas sociais que surgiram no decorrer dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI.

Em países como o Brasil, nação regida sob uma democracia representativa, em que os representantes são legitimados pelo instituto do voto popular obrigatório, esse Estado, que pode ser chamado de *Estado Social*, ainda não conseguiu resolver questões básicas referentes às garantias e o direito ao bem-estar da sua população.

Segundo Streck,

O Estado interventor-desenvolvimentista-regulador, que deveria fazer esta função social, foi - especialmente no Brasil - pródigo (somente) para com as elites, enfim, para as camadas médio-superiores da sociedade, que se apropriaram/aproveitaram de tudo desse Estado, privatizando-o, dividindo/loteando com o capital internacional os monopólios e os oligopólios da economia (STRECK, 2014, p. 28).

Para ilustrar e ter uma breve noção de como o Estado brasileiro foi generoso apenas para alguns, principalmente em décadas passadas, o mesmo autor cita que o uso e a distribuição do dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), “fundo esse que,

em 1966, *custou a estabilidade no emprego para milhões de brasileiros!*” (STRECK, 2014, p. 28). Ou seja, os governantes do período instituíram a “livre escolha” sobre o saque e a contratação opcional com recolhimento do FGTS por parte dos trabalhadores. Isso acarretou em desvantagens para os próprios trabalhadores que se viram reféns empregadores.

Contudo, se, para muitos dos cidadãos brasileiros isso custou a estabilidade no emprego, para os patrões foi a oportunidade de explorar mão-de-obra com contratação livre de recolhimentos e, para outros - das classes superiores - possibilitou a construção de empreendimentos imobiliários com o dinheiro “emprestado” junto a este mesmo fundo de garantia (FGTS) dos trabalhadores:

Exemplo disto é que, enquanto os reais detentores/destinatários do dinheiro do FGTS não têm onde morar (ou se moram, moram em favelas ou bairros distantes), nossas classes médio-superiores obtiveram financiamentos (a juros subsidiados) do Banco Nacional de Habitação (*sic*) - depositário dos recolhimentos do FGTS - para construir casas e apartamentos na cidade e na praia (STRECK, 2014, p. 28).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Streck cita em seu texto outros exemplos que para o momento não serão resgatados aqui, mas todos demonstram que, de modo geral, no Brasil, “existe, ainda, um imenso déficit social em nosso país, e, por isso, temos que defender as instituições da modernidade”. (STRECK, 2014, p. 28).

Aqueles que conhecem a história do Estado brasileiro, em particular, das dificuldades de transparência, lisura dos governantes e fatores diversificados que travam a consolidação da democracia no país, sabem que a intermitência de projetos sociais dos quais, não raras vezes, deixam de existir antes de serem avaliados, é um dos motivos pelos quais o Estado, mesmo com todas as riquezas que possui, não consegue ser forte.

Esse comportamento vem de longe e persiste em continuar, o que nos leva a compreender que, devido à complexidade do Estado brasileiro, estudá-lo, sob a ótica da sociologia reflexiva, é um trabalho para a vida inteira. Ou seja, existem experiências, comportamentos e *vícios* que sobrevivem desde a chegada dos colonizadores até os dias atuais⁹. À vista disso, há que se estudar não só o Brasil, mas o contexto mundial que impera sobre a soberania do Estado, essa descolonização do pensamento coletivo exige um conhecimento mais pormenorizado da história, para a partir desses esclarecimentos começarmos a tecer conclusões do por que estarmos nessa condição.

⁹ Ver: Raymundo Faoro. “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro”.

Não temos possibilidade de nos lançarmos num estudo que justifique o porquê dessa cronologia com sucessivos sequestros da democracia brasileira. Então, por ora, o que podemos afirmar sobre o Estado brasileiro, a partir das leituras e contextualizações realizadas durante a pesquisa em cena, é que o Brasil desde a sua concepção como Estado sofreu influências absolutistas e liberais, e essas influências aconteceram conforme a ação de pessoas, grupos políticos e econômicos que agiram de acordo com interesses particulares, pressões externas ou visões de mundo construídas a partir das leituras próprias em cada tempo.

Decidimos fazer essas considerações, sobre as faces Estado e seu anacronismo, matizado de maneira antagônica durante a história, por entender que avaliar uma ação pública, que nasceu a partir de um projeto social vinculada ao esporte e a educação, implementado por políticas públicas de uma instituição criada pelo próprio Estado, não pode ignorar o que está no contexto macro histórico do objeto avaliado desde a sua concepção até o momento da pesquisa.

A presença do Estado, porém, direta ou indiretamente, pode ser visualizado através de políticas públicas de Estado ou de governo. Assim, é possível ampliarmos a compreensão sobre as razões de certas realidades no contexto de cada país e seus entes e, ao evocarmos estudos acerca das políticas públicas criadas e implementadas em cada período histórico da humanidade, podemos clarificar diversas nuances sobre a sociedade em que vivemos.

Entretanto, a criação e a vivência de políticas públicas que buscam implementar ações em prol da população, em especial aquelas voltadas às crianças e aos adolescentes, precisam ser observadas de forma crítica. Essa postura é necessária para que possamos diferenciar as políticas públicas de potencialização da cidadania, emancipação e outros valores caros a formação humana, daquelas políticas assistencialistas implementadas como fruto de interesses, muitas vezes antagônicos aos pressupostos conceituais, próprios do que seja uma educação cidadã. Frente a esse contexto, consideramos importante realizarmos algumas abordagens conceituais que nos permitam refletir o que são e para que servem as políticas públicas.

1.3 CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que possamos compreender melhor a área de políticas públicas é preciso que tenhamos uma visão conceitual do que sejam elas. Por essa razão, embora o exercício de estabelecer conceitos possa parecer uma atividade didática complexa, ainda mais se

pensarmos na amplitude do assunto, somada a nossa limitação, com apoio na literatura que escolhemos para fundamentar a pesquisa, buscamos a partir da base teórica elaborada por autores bastante utilizados no campo da educação apresentar e problematizar alguns aspectos relacionados a temática.

A despeito disso, para refletirmos e nos balizarmos sobre as inúmeras conexões que explicam conceitualmente as políticas públicas, utilizamos como suporte teórico algumas abordagens descritas por autores que estão na vanguarda científica de estudos sobre o campo das políticas públicas. Assim, realizamos o exercício de partir da conceituação de políticas públicas, passando pelo histórico e ressurgimento da área, chegando aos aspectos burocráticos para formulação e implementação de uma política pública.

Dentre os autores que geralmente aparecem nas discussões sobre a área das políticas públicas, em particular nas discussões que acontecem no campo da educação, estão, principalmente, os trabalhos de Celina Souza (2003a, 2003b, 2006, 2007) e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2003), e outros que partilham interesses comuns para os avanços teóricos e empíricos sobre esse ramo das ciências sociais. Em alguns de seus trabalhos encontramos considerações pontuais sobre a conceituação das políticas públicas e o surgimento da área enquanto disciplina acadêmica. Essas considerações foram as que mais nos ajudaram na compreensão da temática e nas relações pretensas que tivemos quando realizamos a avaliação do PAF.

Nesse sentido, Celina Souza, quando trata do campo da política pública, destaca que,

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA 2003a, p.13).

De acordo com as observações de Souza, fica evidente que a participação de governos na criação e gestão de políticas públicas é condição *sine qua non* para sua existência. Indo além e amparada em conceitos de vários autores, Celina Sousa procura definir o que seja uma política pública, da seguinte maneira:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio:

política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Em seus estudos sobre políticas públicas, Souza salienta que, apesar de todas as ponderações estabelecidas e dos vários conceitos possíveis de serem apresentados, até meados dos anos 2000, não havia consenso literário sobre o conceito ou a definição clara de políticas públicas (SOUZA, 2003b). Dessa forma, por ser ainda um campo recente da ciência política, principalmente brasileira é, de modo genérico, compreendido como um instrumento de ação dos governos. É importante atentar para as razões que o campo de estudos das políticas públicas está sendo utilizado de maneira maciça nas pesquisas sobre problemas públicos (SOUZA, 2006).

De todo modo e em função das diversas interpretações do que são ou do que podem ser as políticas públicas, muitos embates surgem sobre a necessidade de eficácia e eficiência das políticas públicas. Conforme Souza (2007, p. 9), “Não existe, uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Então, a fim de dar continuidade ao debate, faz-se importante contextualizar o histórico e o ressurgimento das políticas públicas.

De acordo com Souza, a política pública como disciplina, surge no campo acadêmico como subárea do conhecimento e ramo da ciência política, apropriando-se de vários estudos das ciências sociais, muitas explicações sobre seus processos contribuíram para que a área tivesse maior abrangência e organização. Com o pressuposto de identificar o que “o governo faz ou deixa de fazer” (SOUZA, 2006, p. 28). Nesse sentido, a política pública, como disciplina acadêmica, passou a se preocupar com pesquisas acerca das opções e ações dos governos bem como das suas instituições, regras e modelos que regem os processos de decisão, formulação, implementação e avaliação (SOUZA, 2006; SOUZA, 2003a).

Nesse contexto é importante também não esquecer as diferenças entre política pública e política social. “Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos”. (SOUZA, 2006, p. 25).¹⁰ No entendimento de Souza, é razoável sustentar, dentre as muitas definições, que política pública

¹⁰ In: SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

e política social são dois campos que, mesmo ligados, se diferenciam quanto ao foco e objetivos.

Em síntese, a área de estudo denominada de política pública visa responder a partir de análises teóricas e conceituais as políticas públicas formuladas e implementadas bem como seus procedimentos. Elas podem ser traduzidas como um campo de conhecimento que visa colocar o poder público em ação e/ou analisar essa ação de forma independente e, se necessário, alterar o rumo dessas ações de forma dependente. As políticas sociais, como o próprio nome diz, tratam do social, podem ser entendidas como um campo que trata das demandas da população, circulando nos setores da política e da gestão dos serviços sociais (SOUZA, 2007).

Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2003), em seus estudos sobre essa temática, conceitua e destaca que os modelos de formulação e análise de políticas públicas servem para melhor compreender como e por que os governos executam ou deixam de executar ações que impactarão diretamente no cotidiano da população.

Para Faria, os modelos de formulação e análise das políticas públicas, podem ser delimitados como um conjunto de ações e decisões governamentais que visam ou não a solução e precaução dos problemas com impacto direto para a sociedade. Ou seja, é a totalidade das ações, metas e planos que os agentes do governo traçam para se conseguir alcançar o bem comum e o interesse público (FARIA, 2003).

O conceito de políticas públicas, na visão do autor, embora esteja fundamentado em uma linguagem explicativa que afirma o que é a política pública, por si só não consegue ser vivenciado plenamente em uma sociedade. Em outras palavras, as políticas públicas se associam às ações dos governos para o atendimento das demandas públicas da sociedade. Daí a aproximação das concepções conceituais de Faria com Celina Souza. Isto é, ambos percebem a presença dos governos e do Estado na criação e implementação de políticas públicas e nos estudos que delas se fazem.

Talvez esse seja um dos motivos que, no Brasil, embora “há hoje uma Babel de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar inteligibilidade à diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas” (FARIA, 2003, p. 22),¹¹ ainda não maturou um processo de avaliação das políticas públicas que as “enxergue” desde a gênese, aos frutos que ela gerou, ou a não frutificação.

¹¹ In: FARIA. Carlos Aurélio Pimenta de. IDEIAS, CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. RBCS vol. 18 n°. 51. fevereiro/2003.

Na opinião de Faria,

A escassez de estudos “pós-decisão” parece explicada não apenas pela frágil institucionalização da área no Brasil, que faz com que a análise das políticas públicas continue gravitando na órbita das questões analíticas mais tradicionalmente valorizadas pela ciência política, mas também pela debilidade do campo de estudos da administração pública no país (FARIA, 2003, p. 22).

A negligência de estudos relacionados à idealização, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas no Brasil impedem que elas possam ser melhor aproveitadas nas diversas áreas sociais para as quais são destinadas. Portanto, é válido o esforço na e para a compreensão do que sejam elas e, principalmente, do que podem ser as políticas públicas.

Seguindo com as explicações de Souza e Faria, é possível interpretar que as políticas públicas estão para além das políticas governamentais e é exatamente por isso que julgamos necessário refletir, de modo racional e crítico, sobre os fundamentos de uma política pública, as justificativas de sua existência, as condições práticas para sua vivência e os resultados por ela obtidos.

Souza estabelece ainda, que além do governo, as políticas públicas podem ser desenhadas e elaboradas pelo Estado ou instituições privadas, desde que sejam a serviço do público e atendam as demandas da população. Assim, é possível interpretar que as políticas públicas estão para além das políticas governamentais, em que os administradores públicos, apesar de serem os principais arquitetos, não são os únicos a promovê-las, uma vez que a demanda pública é que as define (SOUZA, 2003b, 2007).

O campo de atuação dessa área está ligado à ciência política, sociologia, antropologia, gestão, geografia, administração pública, direito, etc. Repercute principalmente nas relações entre Estado, política, economia e sociedade. Seus conceitos são utilizados nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, bem como nas abordagens que acentuam o papel dos governos e suas ideias preconizadas durante a formação de uma agenda administrativa (FARIA, 2003).

Dessa forma, a fim de darmos continuidade aos entendimentos teóricos sobre a temática, apesar de todos os possíveis embates e visão holística que a área assume, importante contextualizar alguns aspectos históricos e também o ressurgimento da área de estudos denominada políticas públicas.

1.4 A ÁREA DE ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

Ultrapassada a fase de conceituação da área de políticas públicas, nesta seção nos deteremos ao movimento epistemológico de tentar conhecer e clarificar alguns aspectos que estão relacionados ao histórico e ao ressurgimento delas no cenário mundial e brasileiro.

Para tanto, partimos do pressuposto de que para se compreender uma política pública é importante conhecer a história, o contexto do local, os processos políticos, os aspectos culturais dessa sociedade e seus desdobramentos em diferentes períodos históricos. Associar tudo isso em um estudo, como dissemos anteriormente, é um trabalho para uma longa vida acadêmica. O destaque que faremos, então, tem a intenção de dizer que temos consciência dessas exigências e não queremos nos distanciar delas. Mas, nesta pesquisa, buscamos cumprir com aquilo que está ao nosso alcance, que julgamos necessário ser realizado para uma pós-graduação em nível *stricto sensu*, no caso uma dissertação de Mestrado.

Seguindo na companhia de Celina Souza, ao procurarmos informações sobre o histórico da área de estudo denominada Políticas Públicas, verificamos que no contexto mundial o reaparecimento das erudições sobre esse tema se deu especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, a partir de meados do século XX até os dias atuais. De lá para cá, o campo de estudo das políticas públicas, embora com diversos limites, como apontado anteriormente, vem tentando compreender o percurso das ações dos governos e do Estado com suas imbricações nos campos político, econômico e social.

No cenário internacional, mais precisamente na Europa, segundo Souza, a disciplina surge como desdobramento baseado nas relações teóricas sobre o papel do Estado, ou seja, em teorias e explicações sobre a função do Estado e sua mais importante instituição, o governo, “produtor por excelência, de políticas públicas” (SOUZA, 2006, p. 22).

Nos Estados Unidos nasce como área do conhecimento e disciplina acadêmica, focando mais na análise sobre o Estado e suas regras institucionais que na produção dos governos. Dessa maneira, rompe e pula as etapas clássicas da tradição europeia, “sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (*Idem*, p. 22).

Na América Latina, região que foi colonizada por países do “velho continente”, é perceptível a influência europeia, principalmente no que diz respeito aos referenciais que ajudaram a fundamentar as pesquisas sobre políticas públicas ao longo do século XX. Mas,

note-se, que é a partir da Segunda Guerra Mundial que os estudos sobre as políticas públicas são impulsionados. Nesse momento da história, a América Latina já está sobre forte influência dos Estados Unidos da América, o que significa dizer que muitas das ações de governo e de Estado na América Latina sofreram influências diretas da política externa e doutrina economicista norte-americana.

Como bem destaca Souza (2006), os estudos das políticas públicas ressurgem na América Latina a partir da década de 1980, focados no enfrentamento dos problemas econômicos e na garantia de direitos sociais, procurando apontar caminhos para países com recorrentes trajetórias inflacionárias, intitulados como subdesenvolvidos e com democracias instáveis, sob influência externa “violenta”, prevalecia o Estado mínimo e as políticas públicas sucumbiam.

No Brasil, os estudos sobre o campo das políticas públicas ressurgem num momento importante para a área das ciências sociais. Ou melhor, na transição do autoritarismo para a democracia. Poder-se-ia dizer até que, nessa fase inicial, o auge desse estudo se deu na fase de redemocratização entre os anos de 1970 e a primeira metade dos anos de 1980. Nesse ínterim, as pesquisas sobre políticas públicas se apresentaram com foco nas reformas necessárias ao Estado, direcionadas à promoção de serviços e a maior participação do povo na política. Nesse período foram realizados estudos com análises interpretativas dos setores estatais que conseqüentemente originaram propostas alternativas para as instituições nacionais (SOUZA, 2007).

Conforme vimos no item sobre o Estado, particularmente nas observações da pesquisa realizada por Lenio Luiz Streck, o Estado brasileiro continua privilegiando minorias. Esse fato merece ser observado porque quando rememoramos a empolgação de muitos brasileiros durante o processo de redemocratização do país, fato que culminou com a promulgação da chamada Constituição cidadã de 1988, levamos um susto ao nos dar conta de que, praticamente trinta anos depois da CF/1988, ainda persistem privilégios para minorias que vivem da exploração de grandes camadas sociais. A atual democracia está tanto ou mais frágil quanto estava em outros momentos históricos, anteriores a abril de 1964.

A partir da democratização, a autoestima e os sonhos dos brasileiros aumentaram e com eles as políticas públicas foram sendo planejadas, elaboradas e promovidas. Logo, estudos acadêmicos acerca das políticas públicas e das atitudes do poder público frente aos problemas sociais também se ampliaram. Foi a partir dos estudos sobre as políticas públicas que vieram à tona dados que demonstravam que, no Brasil, direitos sociais eram privilégio para uma minoria, que havia um modelo excludente e de concentração de renda no qual se

reproduziam relações de clientelismo e paternalismo para o acesso aos benefícios sociais promovidos por políticas públicas estatais.

Ao longo dos anos, que se seguiram pós-período de democratização, percebeu-se uma nova agenda de pesquisas sobre o tema políticas públicas: grupos de estudos e linhas de pesquisa bem abrangentes surgiram com o propósito de estudar a área de políticas públicas no Brasil. No campo da educação, por exemplo, são diversas as pesquisas no entorno das políticas públicas.

Para corroborar com as explicações anteriores, vale também destacar que grande parte dos estudos realizados por alguns dos mais renomados autores brasileiros, no campo de conhecimento denominado políticas públicas, foram traduzidos, descritos e apresentados ao meio acadêmico a partir de meados da década passada. O início dos anos 2000 pode ser considerado como um período de avanços das políticas de intercâmbio acadêmico do Brasil com outros países.

Esse fato possivelmente favoreceu a entrada e tradução de estudos internacionais relacionados à área de política pública. Durante o período ditatorial, entre 1964 a 1985, as pesquisas sobre políticas públicas mesmo “clandestinamente” sendo produzidas, não eram apresentadas, elas ficaram maturando por mais de duas décadas. Ressurgiram com qualidade acadêmica e científica, consolidando-se em volume e qualidade até os dias atuais.

Segundo alguns pesquisadores, esses estudos demonstram que o ressurgimento da área de políticas públicas no Brasil ocorreu para fins de controle do aparelho estatal, ou seja, para analisar os setores transitórios dos governos e verificar se as políticas públicas instituídas no contexto subjetivo dos setores do Estado atendem aos interesses da população (ARRETCHE, 2001; FARIA, 2003; SOUZA, 2003b).

A autora Celina Souza (2003a, 2003b, 2006, 2007), em textos nos quais elabora revisão de literatura e reporta o estado da arte na pesquisa sobre políticas públicas, descreve que o ressurgimento do campo de conhecimento denominado políticas públicas bem como o das instituições – regras e modelos que determinam a decisão, elaboração, formulação, implementação, tempo de vida e avaliação delas – ocorreu devido a sucessivos fatores. Dentre eles, destaca-se a *agenda de controle dos gastos públicos*.

Isso ocorreu porque muitos dos países que estavam em desenvolvimento, necessitavam instituir políticas de ajuste fiscal e social. E, além desse fator, também podemos destacar aspectos que dizem respeito às inovações governamentais que “substituíram as políticas *keynesianas* do pós-guerra por políticas restritivas de gasto” (SOUZA, 2007, p. 2).

Muitos dos estudos sobre políticas públicas realizados e apresentados no Brasil redemocratizado, segundo Souza (2007), justificam-se pelo entendimento sobre o impacto que crises fiscais e políticas somadas resultam para a escassez de recursos. Eles têm objetivo de demonstrar a importância de reformas, muitas vezes sonhadas. E a atitude que governantes devem ter em relação à eficiência, eficácia e efetividade dos serviços e da qualidade do que seja público.

Dessa forma, ainda de acordo com Souza (2007), a partir de 1988, quando passamos a ter uma nova forma de governo, com sistema presidencialista e entes federados à União, foi possível entendermos com certa razoabilidade como, quando e por que surgiu o interesse de se conhecer a ontologia da área de políticas públicas.

Muitas das políticas públicas instituídas e voltadas ao desenvolvimento da cidadania no Brasil justificavam-se por conta de tamanhas desigualdades sociais e se tornaram visíveis graças ao novo aprendizado democrático. Mas, ao mesmo tempo que alguns organismos nacionais e internacionais apontavam para as irresponsabilidades dos governos, outros facilitavam a corrupção e incentivam a negligência aparelhada do Estado brasileiro na resolução de problemas sociais.

Assim se encontrava o Brasil e a América Latina nas últimas décadas do século XX. A emergência de fomentar políticas públicas estava imbricada nesse cenário com o desafio de desenvolver a economia, consolidar a democracia e promover a inclusão social. Além disso, não podemos deixar de rememorar que fatores internos e externos “também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre a política pública” (SOUZA, 2006, p. 21).

Diante de tudo isso, as observações de Souza nos ajudam a entender porque, no Brasil, os propósitos das políticas públicas nem sempre estiveram em acordo com as justificativas para as quais foram criadas. Como sabemos, em muitos casos, as políticas públicas serviram e servem como mecanismos de controle social. Esses mecanismos “controladores”, por vezes, seguem determinações e estão alinhados às exigências de órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Esses órgãos internacionais legalmente instituídos “ajudam” a promover o desenvolvimento econômico e a qualificar os investimentos públicos dos países filiados a eles. Porém, nesse engajamento há condições e metas estabelecidas (regras do jogo). Mas, essas metas e exigências como contrapartida, nem sempre são possíveis de serem realizadas de acordo com as pretensões. Ou seja, esses órgãos e países credores exigem resultados que,

por vezes, são impossíveis de serem realizados, embora “ajudem” sob os auspícios de pretender qualificar os gastos públicos dos países em desenvolvimento (SOUZA, 2007).

Em função das diferentes formas de controle estatal, tanto internos quanto externos, paralelo ao processo de redemocratização do país, aumentaram processos burocráticos para a formulação e implementação das políticas públicas. Eis a razão pela qual consideramos importante, também, fazer um breve resgate acerca dos aspectos burocráticos de uma política pública no contexto brasileiro.

1.5 ASPECTOS BUROCRÁTICOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Compreender os processos de criação e de execução de uma política pública é trazer para fora os atores responsáveis pelo seu sistema de funcionamento. Ou seja, é desnudar os protagonistas e coadjuvantes que formulam e implementam as políticas públicas em seus diversos contextos. Essa teia, quando arquitetada, *a priori* por seus formuladores, mesmo sendo modulada durante a fase de implementação, quando colocada em ação, ainda que na forma de lei, com projetos ou programas de governo, pode definir e contribuir para decidir os rumos de uma nação.

Então, para compreender como é constituído o processo formulação das políticas públicas, faz-se necessário saber quem são os agentes do sistema: os burocratas dos setores técnico, administrativo e econômico, aqueles que operacionalizam os projetos e programas. Muitas vezes esses agentes, de maneira confusa, no cotidiano das práticas e da burocracia, tornam-se implementadores.

Importante destacar, ainda de acordo com Celina Souza, que a área de políticas públicas no Brasil, é um campo recente da ciência política e, de modo genérico, compreendida como um instrumento de ações promovidas por governos. Nesse contexto, as normas burocráticas para a formulação e implementação de políticas públicas tendem a se ampliar frente às demandas públicas que vão emergindo (SOUZA, 2006).

Na visão de Lipsky (1980), “as políticas públicas não são melhor entendidas na legislação (na letra da lei), isto porque as políticas são elaboradas, de fato, nos órgãos públicos, diariamente, no encontro dos funcionários do nível da rua com a população” (LIPSKY *apud* ROMERO, 2012, p. 27). O autor afirma ainda que “os órgãos públicos evidenciam o interesse nas ações públicas. No caso da educação compreende como educador

o funcionário público, ou seja, o burocrata que circula em meio a população de uma comunidade” (LIPSKY *apud* ROMERO, 2012, p. 27).

A compreensão dos agentes estruturantes que sustentam o funcionamento e a organização, ou melhor, os aspectos burocráticos para o percurso desde a ideia até as ações práticas de uma política pública bem como as fases da vida de um programa, que com o desenvolvimento das atividades busca alcançar os objetivos traçados em documentos, é uma experiência que culminaria com análises delongadas.

Como vimos na seção que trata dos conceitos da área de políticas públicas, há uma diversidade de fundamentos que norteiam suas bases teóricas. Essas teorias são utilizadas regularmente no cotidiano dos planos governamentais a fim de possibilitar o controle, acompanhamento e a avaliação das ações promovidas nas esferas públicas do Estado e seus entes, estados, municípios e Distrito Federal.

Marta Arretche (2001), ao tratar desse assunto, implica e chama atenção para uma situação. A autora aponta que a distância entre as intenções e o desenho para o desenvolvimento das ações práticas de programas públicos, como são concebidos pelos burocratas que formulam as políticas públicas, na maioria das vezes se distanciam durante a efetivação do programa. Numa perspectiva com ampliação da visão, com menos “ingenuidade”, Arretche destaca que a implementação pode modificar os objetivos de uma política pública.

Outro fator observado por Marta Arretche (2001), que ocorre durante a fase de estruturação de uma política pública, é a modulação que pode acontecer no transcurso de sua implementação. Reforça em seus apontamentos o fato de que na prática uma política pública está submetida a rupturas entre a teoria e a ação. Apesar de haver coincidência entre os atores governamentais, e em muitos casos eles podem ser os mesmos burocratas de uma mesma repartição pública, é raro que os objetivos e estratégias formulados *a priori* numa política pública sejam desenvolvidos integralmente durante as ações práticas de um programa. A implementação integral de um programa como política pública, então, é o resultado de uma combinação complexa de tomadas de decisão realizadas por inúmeros agentes.

As tomadas de decisão realizadas a partir desses agentes envolvem inúmeras circunstâncias ditas burocráticas. Dentre elas podemos citar interesses individuais e de grupos políticos instalados nos setores do governo. Exemplo disso são os trâmites e ritos que ocorrem entre os sistemas legislativo e judiciário. Estes, quando em vias de definição de alguma matéria, abusam das regras formais e informais, isto é, burocratizam e atravancam os setores

governamentais. Emendam normas constituídas pelo Estado e acabam modificando ou até anulando a estrutura de uma política pública.

Quanto aos aspectos burocráticos de uma política pública, Lipsky (1980) destaca que,

é preciso saber como funciona na prática as regras de um programa e como os agentes que delas participam, principalmente os funcionários públicos da organização, são por elas afetados, em particular no que se refere ao enfrentamento de incertezas e pressões no trabalho por ocasião de tal burocracia. (LIPSKY, 1980 *apud* ROMERO 2012, p. 27).

Assim, a burocracia que afeta os funcionários públicos não deveria criar impedimentos para uma política pública com foco na população. Pois, em tese, é em razão da população que são propostos e instituídos projetos. A população não está descolada dos funcionários e burocratas que circulam em meio aos problemas sociais. Numa simples reflexão é possível prever que os burocratas, que tomam decisões, enquanto agentes do sistema, também são cidadãos da sociedade e são afetados com as causas e consequências dos projetos por eles gestados.

Para confirmar o que descrevemos anteriormente, Romero (2012) afirma que é a ação dos burocratas que circulam em meio à população ou em meio a um determinado sistema da sociedade, que direciona os rumos e a maneira como um projeto será entregue à população. Em última instância é possível estabelecer que a tomada de decisão é realizada pelos burocratas instalados nos órgãos estatais e são eles que elaboram e implementam as políticas públicas de fato.

Ainda, a autora destaca que “decisões públicas tomadas por órgãos estatais formulariam políticas públicas tendo como elementos de sua lógica de produção, segundo a ciência política: a agenda, a elaboração, a formulação, a implementação, a execução, o acompanhamento e a avaliação” (ROMERO, 2012, p. 21). Para construir uma política pública, portanto, faz-se necessário tomar decisões nas quais muitos quesitos devem ser levados em consideração, dentre eles a vontade política e o compromisso com o desenvolvimento de um país.

O período de vida de uma política pública no Brasil pode variar de acordo com o tempo de permanência no poder de um partido ou de um grupo político. A lógica de uma eleição ou reeleição implica diretamente na tomada de decisões realizada pelo governo ou por órgãos estatais. Vivemos numa democracia representativa em que as políticas públicas antes de serem criadas passam por diferentes órgãos nas diferentes esferas do poder legislativo e executivo.

Todo esse engendramento implica em processos de análise burocráticos por diferentes comissões que acompanham desde a formulação até a implementação. As circunstâncias de elaboração das políticas públicas no Brasil, via de regra, não são constituídas como políticas de Estado. Elas são políticas de governo dotadas de interesses com data e prazo de validade. Os elementos que integram o ciclo de uma política se modulam conforme os atores e a ideologia demandada por cada momento histórico do país (SOUZA, 2006).

Sendo o processo de formulação e implementação de uma política pública complexo e constante, existem aspectos muito relevantes para a construção e para os resultados finais dela. Segundo Hill, “envolve escolhas e, na maioria das vezes, negociações que vão muito além do processo legislativo” (HILL, 2006, p. 71). A formulação de uma política pública é um tanto quanto confusa e permanentemente, engloba muitas escolhas, intenções e negociações. Por conta disso, tão importante quanto necessário, é conhecer o contexto social, a economia, a história e todos os atributos decisivos para a criação ou não das políticas públicas.

Devido a toda essa complexidade fica difícil identificar claramente os aspectos que compõe a gênese de uma política pública. Então, é preciso relativizar com algumas indagações: Por que razão ela é escrita em um momento e não em outro? Por que sua implementação acontece em um lugar e não em outro? Essas e outras questões adjacentes, demonstram que é necessário e oportuno avaliá-las criticamente sempre que desejarmos. Com esclarecimento e também ciência, é possível contribuir para o desenvolvimento da sociedade, da educação e do esporte de modo geral.

Foi com essa precaução, com o entusiasmo de quem ausculta e sente o ambiente do esporte e da educação, que decidimos estudar o Projeto Atleta do Futuro (PAF) desenvolvido pela Secretaria de Juventude Esporte e Lazer do município de Chapecó (SEJEL). O PAF, como já sinalizamos de antemão, é fruto de uma política pública de Estado, suas atividades esportivas estão voltadas ao desenvolvimento de princípios educacionais complementares à escola. Por isso, não podemos e nem buscamos avaliá-lo ignorando o contexto macro de onde ele está inserido, queremos entender as estruturas desse campo do esporte e também o sentido da prática de suas ações na perspectiva da sociologia reflexiva preconizada por Bourdieu.

2 A SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE BOURDIEU E AS ESTRUTURAS DO CAMPO ESPORTIVO

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA

Praticar a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu é um ofício, entendemos isso quando realizamos a leitura das primeiras linhas do capítulo II – *Introdução a uma sociologia reflexiva*, da obra “O Poder Simbólico”. Nessa ocasião Bourdieu expressa a assertiva: *ensinar é um ofício*, resumidamente ele explica que na ciência não se pode admitir nada que não seja de fato evidenciado. E, quando o pesquisador tem uma intenção científica, necessário discorrer sobre a construção do objeto e os procedimentos da pesquisa (BOURDIEU, 1989).

A temática em questão foi apresentada em um seminário desenvolvido na *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales*, na França, em outubro de 1987. Na oportunidade em que tratou dessa proposição, Bourdieu afirmou o seguinte: “gostaria hoje, excepcionalmente, de procurar explicitar um pouco as intenções pedagógicas que tento seguir na prática deste ensino” (BOURDIEU, 1989, p. 17). Por intenções pedagógicas, Bourdieu apontou algumas das precauções que um pesquisador precisa ter para não deturpar a pesquisa e, conseqüentemente, não se frustrar na e com a tarefa de pesquisar.

Essa preocupação, do sociólogo com o rigor de se fazer pesquisa, não ocorre apenas durante o seminário supracitado, ela é perceptível ao longo de toda a obra. O pesquisador deve ter responsabilidade para com a pesquisa, especialmente quando trata dos aspectos relacionados à importância da racionalização científica. Sobre esse aspecto, no decorrer do referido seminário, o autor também afirmou:

Gostaria de dizer, de passagem, que, entre as várias atitudes que eu desejaria inculcar, se acha a de se ser capaz de aprender a pesquisa como uma actividade racional - e não como uma espécie de busca mística de que se fala com ênfase para se sentir confiante - mas que tem também o efeito de aumentar o temor ou a angústia: esta postura realista - o que não quer dizer cínica - está orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que se dispõe (BOURDIEU, 1989, p. 18).

Bourdieu entende e afirma que “essa maneira de viver o trabalho científico tem qualquer coisa de decepcionante” (BOURDIEU, 1989, p. 18). E, além disso, essa postura pode, segundo a interpretação do sociólogo, “perturbar a imagem que de si próprios muitos investigadores desejam conservar” (BOURDIEU, 1989, p. 18). É difícil, portanto, fazer

pesquisa guiando-se por uma concepção racional, que tira das mãos do pesquisador a capacidade pretensa de ser protagonista das investigações para torná-las parte de um processo maior do que ele.

Os escritos deixados por Bourdieu demonstram e confirmam a qualidade de seu legado científico e epistemológico. A sua autenticidade literária rompeu com o conservadorismo de fazer pesquisa. Ele refutou de maneira arrojada o *modus operandi* que imperava nos laboratórios científicos de seu tempo, criou um método próprio, realizou pesquisas autônomas que revolucionaram o campo da sociologia para sempre. Sua teoria é capaz de explicar desde os mais simples até os mais complexos e variados objetos sociais.

Difícil de compreender, mas, necessário. Ou seja, todo esse engendramento – racionalidade e pesquisa – tem razão de existir quando o desejo do estudo for para o desenvolvimento da ciência, ainda mais se for por meio de pesquisas científicas responsáveis. Assim, é imperativo a compreensão do jogo social existente num campo como o da sociologia, de maneira metafórica, para Bourdieu, “a sociologia é um esporte de combate”.

Aliás, diz Bourdieu, que nada é mais universal e universalizável das as dificuldades de uma exposição científica e, que essa é, ou talvez seja, “a melhor e a única maneira de se evitar decepções muito mais graves” (BOURDIEU, 1989, p. 18). Mas que decepções seriam essas? Bourdieu responde que tais decepções são expressas pelo próprio investigador no momento em que cai do pedestal, após anos de automistificação. E por quê, e como isso acontece? Porque, durante muito tempo, o investigador “despendeu mais energias a tentar conformar-se com a ideia exagerada que faz da pesquisa, isto é, de si mesmo como investigador, do que a exercer muito simplesmente seu ofício” (BOURDIEU, 1989, p. 18).

Portanto, o compromisso de fazer pesquisa ou construir um objeto de estudo, nada mais é do que *ensinar um ofício*, encarar a pesquisa não como um evento místico ou algo de outra natureza, mas como um trabalho que pode ser aprendido e ensinado. É esse o cenário com o qual o *homo academicus* deve se envolver, embora *goste do acabado*, sem se interessar pelos procedimentos e meios que fizeram parte da pesquisa, que o conduziu e/ou conduzirá a este ou aquele resultado.

No entendimento de Bourdieu, mais importante que o acabado, são os passos, os equívocos, os erros, as idas e voltas de uma pesquisa até se chegar às conclusões. E, tudo isso se aprende fazendo, de preferência, guiando-se por métodos adequados a cada tipo de pesquisa. Somente assim as setas que apontam caminhos e possibilidades poderão ser visualizadas com mais nitidez. Por tudo isso, reiteradamente para Bourdieu, fazer pesquisa é *ensinar um ofício*.

Para praticar a sociologia reflexiva de Bourdieu, além de *ensinar um ofício* é necessário também *pensar relacionamente* e, diante disso, *romper com o senso comum* de modo que seja possível adotar uma postura marcada pela *objetivação participante*. Sendo assim, como Bourdieu trata de todo esse empreendimento epistemológico para o desenvolvimento da sociologia reflexiva?

Pensar relacionamente é uma condição necessária para que um pesquisador não “se feche” em si mesmo. As premissas que Bourdieu resgata ao dizer que “É proibido proibir” e, de maneira metafórica, adverte para “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos” (BOURDIEU, 1989, p. 26), dizem muito sobre o sentido de pensar relacionamente. Na visão de Bourdieu, um pesquisador precisa se “policiar” para não deixar que seu pensamento seja isolado das diferentes possibilidades de interpretação da realidade. Em suma, diz ele,

a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina (BOURDIEU, 1989, p. 26).

Bourdieu entende que a realização de uma análise relacional, do objeto da pesquisa e as questões sociológicas que o envolvem, não é simples de ser desenvolvida, mas isso não impede que o pesquisador fique atento para as relações existentes entre as teorias e métodos que fazem parte da pesquisa. Ignorar as imbricações contidas nas relações do objeto de estudo, seria desconsiderar os recursos disponíveis para o desenvolvimento de uma pesquisa. Em outras palavras, seria empobrecer a investigação.

Prezar pelo *rigor* de uma pesquisa, portanto, implica dar atenção ao objeto pesquisado e às escolhas metodológicas que tornarão visíveis o percurso da pesquisa. No caso de uma pesquisa sociológica, segundo Bourdieu, o sociólogo, “poderia tornar sua a fórmula de Flaubert¹²: ‘pintar bem o medíocre’” (BOURDIEU, 1989, p. 20). Mas isso valeria para todos os pesquisadores que desejassem “pintar bem suas obras”. Nesse caso, o rigor de pensar relacionamente, aumentaria as condições para a superação da mediocridade.

Outra condição fundamental para a sociologia reflexiva é a superação do senso comum. Por senso comum, entenda-se aqui tudo aquilo que é superficial, fragmentado e não organizacionalmente pensado, mas, que também é importante para a sociedade. Na tradução para a língua portuguesa, aliás, o tradutor adverte para que não seja confundido, de maneira

¹² Ver: Gustave Flaubert (1821 – 1880), escritor francês com importantes obras literárias marcadas pela profundidade de análises e senso realista sobre o comportamento da sociedade francesa. O mais famoso de seus romances foi *Madame Bovary* em 1857.

vulgar, senso comum com *bom senso*. O comum aqui equivale ao que é habitual a um grupo de agentes, mas que, no entanto, se distancia de um pensamento radical, no sentido de explorar ao máximo o significado das coisas.

É esse senso comum – vulgar – que a pesquisa deve superar, e conseguirá isso através do uso de uma abordagem teórico-metodológica capaz de desfazer as aparências mais evidentes de um objeto. Para Bourdieu, construir um objeto científico, que rompa com o senso comum, implica descontinuar “representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e dos cérebros” (BOURDIEU, 1989, p. 34).

A pretensão de Bourdieu, com o recado de que *é preciso romper com o senso comum*, demonstra sua intenção de que para levar a cabo a prática da sociologia reflexiva é necessário dizer que quem faz pesquisa, faz para o mundo no qual está inserido e, conseqüentemente, é por este mundo “alimentado”. Essa realidade exige que o pesquisador, além de estar atento, não se apegue a coisas que lhe impossibilitem refletir criticamente sobre elas. É nesse exercício que reside a necessidade de rompimento com o senso comum e estabelecimento de uma *dúvida radical* como princípio, meio e fim de uma investigação científica sem ilusões.

Ante o exposto, seguimos com a árdua tarefa de adentrarmos para o item que, segundo Bourdieu, constitui-se como o ápice pedagógico de uma pesquisa sociológica. Nessa etapa é possível estabelecer os limites e possibilidades do pesquisador em relação ao objeto a ser construído. A *objetivação participante*, de acordo com o próprio Bourdieu, constitui-se como:

o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o <<interesse>> do próprio objecto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer (BOURDIEU, 1989, p. 51).

Difícil e imprescindível, acrescenta o autor. Pois, é graças à objetivação participante, mediada por uma espécie de pedagogia da pesquisa, que o estudo pode progredir. Isso se faz necessário para que o pesquisador perceba seus limites e suas possibilidades diante do objeto pesquisado. Para Bourdieu, a objetivação participante é o cume da arte sociológica. Pois, mesmo que seja pouco realizável, “só o é se se firmar numa objectivação tão completa quanto possível do interesse a objectivar o qual está inscrito no facto da participação, e num por-em-suspensão desse interesse e das representações que ele induz” (BOURDIEU, 1989, p.

58). Ou seja, para que a objetivação participante aconteça, o pesquisador precisa “estar aberto” às novas possibilidades de pesquisa que surgem no cerne da pesquisa em construção.

Vivenciar essa realidade é tarefa extremamente cara ao pesquisador. Isso porque, não raras vezes, é necessário deixar para trás um caminho já percorrido e recomeçar o estudo a partir de novas bases teóricas e metodológicas. Quando se somam a isso as convicções e interesses pessoais daquele que pesquisa, a tarefa se torna ainda mais valorosa. Muitas vezes, devido a amarras acadêmicas, quando os interesses estão associados ao presente e ao futuro profissional do pesquisador, a administração da preferência não consegue “fazer frente” à objetivação participante no desenvolvimento da pesquisa. Daí a advém a explicação de Bourdieu, na qual a objetivação participante é considerada um dos exercícios mais difíceis ao tratar do desenvolvimento do pensamento científico realizado através de pesquisas guiadas pela sociologia reflexiva.

A partir das rápidas considerações e apontamentos acerca daquilo que podemos chamar de uma metodologia de Bourdieu, para desenvolver e acompanhar suas reflexões sobre um campo ou subcampo, a exemplo de um projeto esportivo para crianças e adolescentes, pretendemos afirmar que a avaliação do Projeto Atleta do Futuro (PAF), ao ter como horizonte a sociologia reflexiva, assume a pesquisa como uma *atividade racional*. Sabemos o quanto essa postura exige de um pesquisador, mas estamos convictos de que se mantivermos o *rigor* nas leituras e buscas de dados, não nos acomodarmos no *senso comum* e atentarmos para as possibilidades do *pensamento relacional*, assim como para as imbricações da *objetivação participante*, sem dúvida, mais do que fazer pesquisa, estaremos aprendendo um ofício.

2.2 A ESTRUTURA DE UM SUBCAMPO DO ESPORTE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DOS CAMPOS

Desenvolver uma abordagem sobre os campos, à luz da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, é uma tarefa necessária que exige seguir alguns passos fundamentais. Na obra *Una invitación a la sociología reflexiva* (2005), escrita juntamente com Loïc Wacquant, em resposta à pergunta *Como abordar um estudo de um campo e quais são os passos necessários para esse tipo de análise?*¹³, Bourdieu afirma que para a realização de uma análise do campo

¹³ *Cómo aborda uno el estudio de un campo y cuáles son los pasos necesarios en este tipo de análisis?* (BOURDIEU Y WACQUANT, 2005, p. 159-160). Disponível em:

estão implicados três momentos basilares internamente conectados. Primeiro, deve-se analisar a posição do campo específico frente ao campo de poder. Segundo, é preciso traçar um mapa da estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica do campo. Terceiro, devem ser analisados os *habitus* dos agentes¹⁴.

No texto em que escreveu sobre a gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*, principalmente quanto ao conceito de campo, Bourdieu destaca que “a noção serviu primeiro para indicar uma direção à pesquisa” (BOURDIEU, 1989, p. 66). Essa primeira elaboração sobre a noção de campo é fruto de leitura e releitura num capítulo de uma das obras de Max Weber e em seu desiderato realiza referências à sociologia religiosa. Dessa maneira, Bourdieu percebeu que aquilo que Weber tentava explicar, mas não conseguira, acerca das relações entre os agentes religiosos, só se tornaria possível se a religião fosse estudada como um campo com especificidades próprias. E assim raciocinou o sociólogo:

Com efeito, mediante uma crítica da visão interacionista das relações entre os agentes religiosos proposta por Weber que implicava uma crítica retrospectiva da minha representação inicial do campo intelectual, eu propunha uma construção do campo religioso como estrutura de relações *objectivas* que pudesse explicar a forma concreta das interações que Max Weber descrevia em forma de uma *tipologia realista* (BOURDIEU, 1989, p. 66).

Desde o primeiro momento, portanto, quando passou a estudar as relações de indivíduos pertencentes a uma mesma instituição, grupo ou, o que posteriormente chamou de campo, Bourdieu percebeu que tais relações, de forma objetiva, ocorrem a partir do jogo que os próprios agentes criam para sobreviver no campo. E foi a partir do entendimento dessas relações imanentes, em campos com leis implícitas e condutas próprias, que Bourdieu vislumbrou a possibilidade de ir além do que outros estudiosos já tinham descoberto sobre as relações humanas.

<<https://sociologiaycultura.files.wordpress.com/2014/02/bourdieu-y-wacquant.pdf>>. Acesso: 8 de outubro de 2017.

¹⁴ Un análisis, en términos de campo implica tres momentos necesarios e internamente conectados (Bourdieu 1971d). Primero, se debe analizar la posición del campo frente al campo del poder. En el caso de los artistas y escritores (Bourdieu 1983d), encontramos que el campo literario está contenido en el campo del poder, donde ocupa una posición dominada. (En palabras comunes y mucho menos adecuadas: los artistas y escritores, o intelectuales en sentido más general, son una "fracción dominada de la clase dominante".) Segundo, es necesario trazar un mapa de la estructura objetiva de las relaciones entre las posiciones ocupadas por los agentes o instituciones que compiten por la forma legítima de autoridad específica del campo. Y, tercero, hay que analizar los *habitus* de los agentes, los diferentes sistemas de disposiciones que han adquirido al internalizar un determinado tipo de condición social y económica, condición que encuentra en su trayectoria dentro del campo oportunidades más o menos favorables de actualización. (BOURDIEU Y WACQUANT, 2005, p. 159-160). disponible em: <<https://sociologiaycultura.files.wordpress.com/2014/02/bourdieu-y-wacquant.pdf>>. Acesso: 8 de outubro de 2017.

A partir desse entendimento houve a propagação da ciência de Bourdieu, ele difundiu, como poucos, ou nenhum outro sociólogo, a noção de campo para o desenvolvimento de diversos estudos. Mas o que é exatamente essa noção? É o próprio Bourdieu quem responde essa pergunta:

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada (BOURDIEU, 2004b, p. 20-21).

Seguindo na esteira e no pensamento do autor, um campo é um espaço que mesmo não sendo físico é perceptível de modo especial através das relações estabelecidas por seres humanos em instituições e organizações profissionais. Destarte disso, Bourdieu ainda afirma que “os campos são os lugares das relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004b, p. 27). Assim sendo, “um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento” (BOURDIEU, 2004b, p. 27). No entanto, em meio as vantagens sociais de pertencer a um campo, “está precisamente o fato de ter, por uma espécie de ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo, leis não escritas que são inscritas na realidade em estado de tendências e de ter o que se chama em *rugby*, mas também na bolsa, o sentido do jogo” (BOURDIEU, 2004b, p. 27).

Diante do exposto, ainda de acordo com o autor, é razoável a implicação de que para fazer parte de um determinado campo, necessário ter que jogar o jogo do campo e, embora existam diferenças claras entre campo e jogo, é impossível entender um campo sem entender o jogo que ali se estabelece em busca dos troféus que aquele campo oportuniza.

Sendo assim, importante trazer à baila um estudo chamado *As possibilidades analíticas da noção de campo social*, texto escrito por Afrânio Mendes Catani (2011), em que é realizado importante resgate do trabalho de Bernard Lahire (2002), cujo título é *Reprodução ou prolongamentos críticos?* Nesses artigos: “Quelques propriétés des champs” (Questions de sociologie, 1980) e “Le champ littéraire” (1991), Lahire, extrai alguns elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição de campo.

Tais elementos, segundo Lahire (2002) *apud* Catani (2011), expressam que:

- Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global.

- Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irreduzíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro).
- Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições.
- Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.
- As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.
- O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados.
- A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo.
- Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, “ortodoxos” e ‘heterodoxos’ (...).
- Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.
- Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico
- A cada campo corresponde um habitus (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo o habitus da filologia ou o habitus do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o habitus próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo.
- Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu habitus e sua posição no campo.
- Um campo possui uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas. (LAHIRE, 2002, p. 47 – 48 *apud* CATANI, 2011. p. 192)¹⁵.

Traçando um paralelo entre a parte descrita por Lahire, do capital desigual distribuído num campo, ou seja os “dominantes e dominados” de uma estrutura social, com a teoria de Bourdieu quando destaca os fundamentos ocultos de dupla dominação, tacitamente reforçados pela mídia, escola, igreja, Estado, etc. É possível compreender, mesmo diante das delimitações de um campo com múltiplas dimensões como o esporte, que nessa estrutura hajam mecanismos de reprodução da miséria social contemporânea tão combatida durante a prática intelectual de Bourdieu.

Continuando esse raciocínio, se fizéssemos um estudo sobre a estruturação do esporte no Brasil, em síntese, deveríamos considerar de que forma esse campo se integraria com as

¹⁵ In: CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 09 de outubro de 2017.

demais estruturas dos campos com os quais mantém relações. Nesse caso, a possibilidade seria relacioná-lo com o próprio Estado brasileiro, tendo como objeto central um subcampo do esporte associado ao desenvolvimento da educação através de políticas públicas institucionalizadas do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Esporte (ME), isso se considerarmos que tais ministérios são *as* instituições que mais influenciam para o desenvolvimento da educação e do esporte.

Se o assunto é a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela autoridade específica de um campo, uma alternativa de análise seria então, observar o contexto de criação dos *Projetos e Ações* desenvolvidos através do MEC e ME e, dessa maneira, perceber as razões de suas existências: quem são os atores proponentes de tais Projetos e Ações? Assim como as justificativas e o compromisso social para tais proposições.

Quanto ao *habitus* e suas disposições, capital, demanda e oferta, seria necessário atentar para o comportamento dos agentes dos campos do esporte e da educação, seus traços de interação e as formas internalizadas das ações por eles exteriorizadas durante a estruturação das práticas visíveis e invisíveis que determinam capilarização da sociedade.

Essa breve descrição sobre as possibilidades de compreensão do *habitus* estabelecido por ordem das relações dos agentes de um determinado campo e suas derivações, denominadas de estrutura do campo esportivo, nos mostram o quão desafiador é estudar o esporte no contexto derivado de um projeto esportivo educacional. Todas essas informações, segundo a tradição bourdieusiana, servem para que o ofício de pesquisar sob a ótica da sociologia reflexiva não seja desvirtuado, serve também, para podermos identificar algumas das prerrogativas que podem e devem ser seguidas.

Isso significa dizer que um estudo qualificado sobre o campo do esporte no Brasil e suas estruturas, enquanto subcampos, denominados de projetos esportivos educacionais, que pretende manter o rigor científico sugerido pela sociologia reflexiva, deve considerar a importância e a necessidade, quando for o caso, de pesquisas qualitativas, quantitativas, análises bibliográficas e documentais, entrevistas etc. Entretanto, nesse momento de nossas investigações, como o foco da pesquisa está no Projeto Atleta do Futuro (PAF), é nesse objeto de pesquisa que concentraremos nossas atenções.

O PAF é fruto de políticas públicas educacionais engajadas ao MEC, suas ações estão voltadas, dentre outras, à ampliação e qualidade do quadro educacional brasileiro. A base conceitual, descrita no documento que baliza as ações desse Projeto, está franqueada a um dos Programas e Ações do Ministério do Esporte (ME), em especial do Programa Segundo

Tempo. Por isso, ao avaliá-lo, por diversos momentos, faremos referência ao ME bem como aos seus programas e ações. Mas é sempre oportuno dizer que, para o presente estudo, os três momentos necessários e internamente conectados para uma abordagem dos campos, serão aplicados especificamente na avaliação do PAF, aqui entendido como uma *estrutura* constituinte de um subcampo do esporte.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para nos balizarmos e também situarmos o trajeto metodológico percorrido em nosso estudo, é importante, inicialmente, resgatarmos a relevância de Bourdieu, sua autenticidade epistemológica ou simplesmente o seu “jeito de fazer pesquisa”. Suas contribuições e aplicações teóricas para a pesquisa empírica derrubaram inúmeras barreiras do formalismo acadêmico que imperava como *modus operandi* no cenário da pesquisa social.

Conforme Loïc Wacquant (2002), Bourdieu não apenas fez descobertas importantes, vivenciou a sociologia na prática, foi o precursor de inovações que marcaram para sempre o cenário da produção científica no campo das ciências sociais. Rompeu com barreiras ortodoxas de se fazer pesquisas científicas, com a lentidão, complexidade e impessoalidade dos objetos de estudos sociológicos.

Com isso, de acordo com Wacquant (2002), Bourdieu instituiu:

uma mudança no modo de pensar, indagar e escrever. [...] ele alterou para sempre a maneira como os estudiosos da sociedade, da cultura e da história em todo o mundo, de Tóquio a Tijuana e a Tel Aviv, concebem e exercem seus ofícios. Para ser fiel ao espírito de sua vida sociológica e para continuar seu legado, devemos seguir aplicando suas ideias e testando seus achados a fim de produzir novos objetos de pesquisa (WACQUANT, p. 95-96, 2002).

Bourdieu, inicialmente, estudou filosofia. Em seguida fez estudos antropológicos e depois rumou à sociologia. A partir de todas essas incursões, com muita persistência e talento desenvolveu uma metodologia própria de pesquisa, conhecida e propagada como sociologia reflexiva. Ele demonstrou, através de estudos amplos e diversificados, que fazer pesquisa é um ofício, ou seja, é um trabalho racional que depende do pesquisador. Além disso, a prática da sociologia reflexiva propõe alguns passos: (i) *ensinar um ofício*, (ii) *pensar relacionalmente*, (iii) *romper com o senso comum* e (iv) *exercitar-se na difícil tarefa de adotar uma objetivação participante*.

Frente a esses passos, interrogamo-nos: seguindo tão e somente os preceitos metodológicos de Pierre Bourdieu, podemos dispensar outra metodologia de pesquisa para uma investigação acadêmica, a exemplo de uma pesquisa *stricto sensu*? Acreditamos que, dependendo do objeto de pesquisa, talvez, sim.

Por isso, pautamos nossa pesquisa no tripé metodológico bourdieusiano de fazer pesquisa: autonomia intelectual, engajamento político com a causa e competência técnica. Mas, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, incrementamos outra

abordagem metodológica. Pois, entendemos que a parte da pesquisa que se ocupou dos documentos do PAF não deveria ser realizada sem que houvesse uma *pré-análise do material*, uma *descrição analítica da exploração do material* e, por fim, uma *interpretação dos resultados obtidos*. Esses passos referidos fazem parte do método de Análise de Conteúdo preconizado por Laurence Bardin (1977; 2006).

Sendo assim, as técnicas metodológicas de Análise de Conteúdo, expostas e problematizadas por Laurence Bardin possibilitam que diversos tipos de estudos possam ser realizados a partir de instrumentos metodológicos que acompanham objetos de pesquisas durante todo seu desenvolvimento e etapas.

Na compreensão da autora, a análise de conteúdo caracteriza-se por um conjunto de instrumentos técnicos que podem ser aperfeiçoados constantemente e, com isso, serem aplicados em variados discursos. Esse direcionamento possibilita explicar o oculto e o intrínseco contido nos documentos possíveis de serem avaliados.

Assim, para utilizarmos o método de análise de conteúdo preconizado por Bardin, precisamos seguir alguns passos necessários. De acordo com Bardin (2006), esses passos implicam que sigamos três etapas: 1) a pré-análise; 2) a descrição analítica, ou seja, exploração do material; 3) interpretação inferencial, o tratamento dos resultados obtidos.

Conforme a autora, na primeira etapa é necessário acontecer a seleção, sistematização, organização e operacionalização do material a ser analisado. Essas etapas são constituídas por leitura flutuante, escolha e seleção dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos, elaboração de indicadores e construção de índices (BARDIN, 2006).

Ainda em estado embrionário, a pesquisa deve atentar para a exaustividade e racionalidade do material que será utilizado. Devem ser elaboradas referências sobre a importância de todos os itens que constituem o *corpus teórico* dos documentos e *corpus empírico* dos dados que serão selecionados para análise. Nesse momento da pesquisa, faz-se necessário ir ao encontro de todos os aspectos dos quais o objeto de estudo pode proporcionar e, desta maneira, observar como o referido método de pesquisa pode absorvê-los.

Sobre isso, Bardin (2006), indica que o pesquisador precisa considerar:

- a) representatividade com relevância dos documentos escolhidos. Estes devem apresentar informações que destaquem o cenário do objeto pesquisado. No caso de haver exagero de dados sugere-se utilizar a técnica de amostragem.
- b) homogeneidade no tratamento dos dados encontrados na pesquisa. Eles devem seguir critérios precisos de seleção e estar encadeados de maneira homogênea.

c) pertinência com clareza do objetivo e problema da pesquisa (BARDIN, 1977; 2006), apontando que os documentos necessitam estar ajustados aos propósitos da pesquisa. Necessário investigar, também, se a fonte dos documentos corresponde de forma adequada ao objetivo determinado pelo estudo.

Quanto ao segundo passo referido pela autora, que constitui a etapa de descrição analítica do material e que compõe o *corpus teórico* da pesquisa, há que se realizar um aprofundamento do estudo com procedimentos básicos de codificação, classificação e categorização. Essa fase, segundo Bardin (2006), é a fase mais longa e cansativa. Isso porque é nessa etapa que se representa a pesquisa de fato e isso exige seguir com rigorosidade as regras traçadas e necessárias à aplicabilidade do método.

Neste momento, de categorização dos dados obtidos, a autora destaca que esse é um processo de classificação dos elementos diferenciados que são reagrupados analogicamente de acordo com o gênero. A classificação de elementos em categorias de análise, segundo a autora, requer investigar a semelhança que cada um deles possui (BARDIN, 2006).

O terceiro passo, de interpretação inferencial ou dedutiva dos resultados obtidos, de acordo a autora, é a fase em que o alcance das informações extraídas dos documentos ganha força. Nesse processo todos os elementos devem ser considerados e é onde aparecem as marcas dos protagonistas e coadjuvantes, dos agentes que se comunicam no sistema (BARDIN, 2006).

Para essa etapa da pesquisa, deve-se constar a apresentação dos resultados de acordo com os objetivos referenciados no sumário, resgatando e apresentando os indicadores extraídos nos recortes dos documentos selecionados para análise (BARDIN, 2006).

No entanto, é válido lembrar que, conforme entende a própria autora, a compreensão do rigor necessário aos passos e as regras de aplicação da técnica de análise de conteúdo não deve transformar o método em uma maneira rígida e amarrada de fazer pesquisa. Afinal de contas, a análise de conteúdo, assim entendida por Bardin, trafega em dois universos distintos nos quais circundam a investigação científica, a objetividade rigorosa e, também, a subjetividade fértil da ciência como obra inacabada.

Dessa forma, a presente pesquisa ocorreu com a previsão de que, através da utilização da análise de conteúdo de Laurence Bardin, o objeto da pesquisa fosse explorado de forma responsável, focado na racionalidade de um método científico. A análise de conteúdo abarca tanto a organização da parte bibliográfica quanto a análise de documentos e dados, perpassando o senso comum (*doxa*) das subjetividades e conquistando a coesão necessária à ciência (*episteme*).

Em relação ao local da pesquisa, onde está situado o objeto de nossa problematização, o estudo ocorreu, especificamente, junto à Secretaria de Juventude Esporte e Lazer – SEJEL de Chapecó e coordenação do Projeto Atleta do Futuro - PAF. De acordo com o exposto no texto, a parte da avaliação quântica, das variáveis descritas a partir de informações dos participantes do PAF, aconteceu através da catalogação de dados pesquisados em fichas de inscrição das crianças e adolescentes participantes do Projeto, que foram organizados e registrados em planilhas *Excel*.

A partir dessa catalogação foi possível observar e explicar algumas variáveis específicas do contexto de cada modalidade e seus participantes. Esse exercício foi realizado a partir da organização de quadros que nos permitiram interpretar e avaliar a realidade prática das ações realizadas no PAF, especificamente, a partir dos dados referentes aos atendimentos efetuados no ano de 2018.

É importante destacar que, atualmente, o PAF atende crianças e adolescentes na faixa etária dos 5 aos 17 anos. Essa informação é relevante porque nos documentos oficiais consta que o Projeto atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. No entanto, a presença desses menores com 5 a 7 anos e dos maiores com 14 a 17 anos, deve-se às novas demandas recebidas pela SEJEL e o entendimento legal de que há possibilidade de atendê-los.

Sobre os direcionamentos metodológicos da pesquisa, podemos dizer que o estudo e a avaliação do objeto de pesquisa ocorreram a partir da exploração, organização e catalogação de informações arquivadas em documentos do PAF. Além das diretrizes do PAF, apresentaremos quadros com dados quânticos categorizados através de variáveis como: modalidade de esporte praticada; local das atividades esportivas; local onde residem; diferença de participantes de acordo com o sexo; modalidade e demanda por sexo; idade dos participantes; escolas públicas ou privadas que estudam, série que estudam, turno que estudam e ocupações profissionais dos responsáveis familiares.

Abordados os caminhos metodológicos com os quais nos guiamos para realizamos a pesquisa, apresentaremos a seguir alguns dados estatísticos sobre a realidade e contexto do local onde ocorreu o desenvolvimento do estudo (município de Chapecó - SC), mais especificamente junto à Secretaria de Juventude Esporte e Lazer - SEJEL e o Projeto Atleta do Futuro - PAF.

4 PROJETO ATLETA DO FUTURO – PAF/CHAPECÓ (SC)

4.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONCEPÇÃO DO PAF

No ano de 2007 a Prefeitura Municipal de Chapecó, com iniciativa de agentes da Secretaria de Juventude Esporte e Lazer (SEJEL), diante da responsabilidade pública de ofertar esporte e lazer para a comunidade chapecoense e, ainda a importância social de promover educação para a sociedade com garantias, incentivos e recursos do Ministério da Educação (MEC), idealiza e implementa o Projeto Atleta do Futuro (PAF).

O objetivo principal, destacado nas diretrizes do texto inaugural do projeto, é a promoção do esporte educacional para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. O PAF é um projeto democrático e social, além da promoção das ações educacionais associadas ao esporte, outros objetivos estão elencados em suas diretrizes. Eles estão relacionados a saúde, qualidade de vida, assistência social e a oportunidade de detecção de talentos esportivos para compor os quadros das equipes esportivas de base e rendimento do município. Ainda, de acordo com texto efetivado, o PAF fundamenta-se em razão de “*Referenciais direcionados à educação e ao esporte como atividade complementar à escola*”¹⁶.

Assim, considerando a importância da educação formal e não-formal, principalmente quanto às garantias e deveres constitucionais de promover educação, esporte, cultura e outros direitos humanos para a população brasileira, especialmente no período que compreende a educação fundamental, fase latente das descobertas e experimentações de crianças e adolescentes que estão conectados as “facilidades” tecnológicas de nosso tempo e, que, muito em função disso podem ser estimulados a evasão escolar, ao uso de drogas, bebidas alcoólicas, sedentarismo, sexualidade precoce, etc.

Então, partir dessas constatações, houve a mobilização e a preocupação dos gestores do poder público municipal, que incentivados por políticas públicas, amparadas pela CF/1988, Ministério do Esporte, Ministério da Educação, LDB/1996 e outras, promoveram o incremento de projetos, bem como a criação de alternativas para incentivar a educação e o esporte e, dessa forma, também, contribuir para minimizar problemáticas de ordem social. Todo esse contexto, formulação e implementação do PAF, contribui para que crianças e adolescentes a conheçam, aprendam e pratiquem diversas modalidades esportivas e, também,

¹⁶ Informações extraídas da introdução e justificativa do projeto básico do Projeto Atleta do Futuro (PAF).

adquiram conhecimentos sobre a função e o desenvolvimento de valores e atitudes morais importantes para formação de cidadãos.

Além das questões educacionais, de saúde pública, qualidade de vida e lazer, a prática esportiva promove valores e princípios de convivência social. O acesso ao esporte, ao lazer e às práticas esportivas educativas se integram à política nacional do esporte, um direito humano essencial para uma vida mais plena e saudável. O PAF, ante o exposto, tem diretrizes claras que estão focadas na detecção e promoção do desenvolvimento de talentos esportivos para as equipes esportivas da cidade. Em que pese o índice de desenvolvimento humano, o alto índice educacional e as condições de vida da cidade de Chapecó destoam da média nacional em relação a outros municípios brasileiros. O crescimento demográfico e a rápida expansão da cidade inevitavelmente trazem problemas que geram precariedade, desigualdade e vulnerabilidade social no espaço urbano.

Sob esses aspectos, relacionados aos problemas da criminalidade e vulnerabilidade social, para participar do PAF as crianças e adolescentes devem estar matriculadas na rede de ensino, o que de certa forma facilita a detecção e prevenção dessa problemática.

A seleção dos beneficiários do projeto é realizada através da oferta e livre procura dos interessados. Em conjunto com a Secretaria Municipal de Ação Social, utiliza-se o cadastro das famílias que recebem auxílio de outros projetos e programas do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Família, etc.), com cruzamento dessas informações é possível diagnosticar o perfil dos alunos de escolas localizadas nos arredores dos núcleos (escolas públicas municipais, estaduais, federais e privadas). Desta forma, faz-se a seleção e escolha da localização dos núcleos, que como destacado, muitas vezes está baseada em fatores relacionados ao risco social que envolve a população a ser beneficiada.

Há que se destacar a compreensão de risco social como qualquer situação que seja nociva ao desenvolvimento humano e à cidadania. A violência, o desemprego, a pobreza, a falta de assistência à saúde, a baixa escolaridade, a presença de tráfico de drogas e a criminalidade, dentre outros, são exemplos claros.

Além da avaliação e da inserção das crianças e adolescentes em diversas atividades esportivas, o Projeto prevê alguns princípios norteadores para os participantes e envolvidos. São eles: (i) reversibilidade do quadro de exclusão e vulnerabilidade social, (ii) acesso à educação, esporte e lazer como direito individual e dever do Estado, (iii) universalização e inclusão social como forma vivência dos direitos democráticos, (iv) participação da sociedade civil organizada como protagonista das decisões políticas do município.

Contudo, para contextualizarmos os propósitos da pesquisa, consideramos ainda, importante ressaltar mais alguns objetivos específicos do PAF: promover a prática esportiva orientada às crianças e adolescentes do município, contribuir para a democratização e o acesso popular das práticas esportivas, cooperar no processo de formação de cidadãos incorporando valores éticos, morais e socioafetivos, fortalecer o trabalho articulado com as escolas como uma alternativa de prevenção ao uso de drogas e combate à violência, auxiliar no processo de acompanhamento e desempenho educacional das crianças e adolescentes e contribuir no processo de reintegração social através de parcerias com entidades assistenciais do município de Chapecó.

De acordo com a demanda e o contexto local novas ações e implementações foram sendo incorporadas ao Projeto. A oferta de atividades com práticas esportivas à comunidade indígena, a inclusão social e participação das crianças com deficiências diversas, o acompanhamento do desenvolvimento físico e psíquico através de avaliações periódicas, a detecção de talentos para representar o município em competições regionais, estaduais e nacionais, a busca de convênios e parcerias com instituições de ensino superior do município, a promoção de cursos de qualificação e capacitação para professores, gestores e agentes do projeto, a realização de festivais esportivos com o objetivo de integração social e detecção de talentos esportivos, os estágios abertos aos acadêmicos de áreas afins, o auxílio em campanhas de promoção da saúde em conjunto com a Secretaria da Saúde etc.

A partir da apresentação e das justificativas para realização do projeto, dos objetivos por ele perseguidos e os resultados desejados para a constante ampliação do número de participantes, ou seja, o aumento sistemático do número de beneficiários e a integração do esporte com a educação, bem como com as equipes esportivas do município, oportunizando a qualificação da estrutura e dos profissionais envolvidos. Fica evidente que tudo isso, possivelmente reflita diretamente nos índices de qualidade educacional e social, de diminuição e exposição dos participantes aos riscos sociais, e que de forma intrínseca ocorram a promoção e o aumento no rendimento escolar dos alunos envolvidos.

O PAF tem abrangência em toda extensão territorial do município, com núcleos e polos localizados nos bairros, loteamentos, distritos, vilas, zona rural e área indígena. As ações são estruturadas por eixos/diretrizes, a partir de modalidades esportivas focadas na aprendizagem, participação e atividade complementar à educação. O projeto busca e tem capacidade para atender aproximadamente cinco mil crianças e adolescentes por ano, sob orientação de profissionais, com vínculo principalmente na educação. Os núcleos para desenvolvimento das atividades esportivas, recreativas e complementares acontecem no

período extraescolar ou contraturno escolar, em horários ociosos nos espaços físicos do ambiente das escolas e em outros locais disponíveis em parceria com a iniciativa privada.

As modalidades esportivas, coletivas ou individuais, ofertadas aos participantes do sexo masculino e feminino são atletismo, basquetebol, handebol, futsal, futebol de campo, voleibol, judô, caratê, taekwondo, tênis de mesa, tênis de campo, xadrez, ciclismo, bocha, bolão, natação, ginástica artística, ginástica rítmica e outras modalidades cujas demandas são solicitadas junto às entidades e poder público.

As atividades esportivas realizadas pelo PAF são consideradas como Atividades Complementares¹⁷. Os espaços físicos ou locais das atividades são denominados núcleos. Neles são constituídos/formados polos de atendimento das modalidades onde são realizadas as atividades esportivas educacionais. Os critérios de escolha e seleção desses locais, na maioria das vezes, aparentam não ser muito claros. Porém, geralmente, os polos são escolhidos por estarem com horários vagos ou ociosos. A utilização desses espaços ocorre por ocasião da vacância e disponibilidade dos ginásios, campos, parques, quadras, piscinas e salas das escolas municipais, estaduais, federais, particulares, associações, condomínios, comunidade indígena, com abrangência nas zonas urbana e rural do município.

Importante ressaltar que em um mesmo núcleo, podem ser desenvolvidos mais de um polo da mesma, ou de diferentes modalidades, e, que além disso, os participantes de determinados núcleos ou polos podem participar de mais de uma turma na mesma ou em demais modalidades. Fator que amplia consideravelmente a oportunidade de participação para o público-alvo de “certos” bairros.

A justificativa, ou o mais razoável, que encontramos para responder como ocorre o processo das iniciativas e tratativas para abertura de um novo núcleo, polo ou turmas, a partir de nossa observação *in loco* é a apresentação de demanda poder público. A formalização desse processo “burocrático” pode ocorrer por solicitação das entidades educacionais, assistenciais, associações e lideranças comunitárias existentes nos locais onde são “exigidos” tais núcleos. Esses locais podem ser públicos, privados, comunitários ou público-privados.

A organização do cronograma para funcionamento das turmas é elaborada a partir de um quadro de horários com a disponibilidade e a especialidade dos professores que podem iniciar as atividades naquele espaço (núcleo e/ou polo). Isso ocorre de acordo demanda disponibilidade de professores, levando em consideração estratégias da coordenação e

¹⁷Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2018/caderno_de_instrucoes-censo_escolar2018.pdf>. Acesso: 7 de outubro de 2017.

gerência do PAF. A caracterização dos grupos, para divisão das turmas, de modo geral, ocorre por sexo e faixa etária, ou seja, de acordo com as especificidades de cada modalidade. Via de regra por idade e nível de aprendizagem.

O PAF, em sua concepção, destaca a função social do esporte como fomentador de oportunidades para a ascensão pessoal. Através de suas atividades práticas oportuniza, ou deveria oportunizar, dentre outros, o convívio de pessoas sem distinção de classe, cor, etnia e sexo. Ainda, ressalta-se que a prática de esportes é elemento essencial, como parte integrante do processo de educação continuada para o desenvolvimento humano. Também, possibilita experiências desafiadoras de modo a estimular a formação da personalidade cognitiva e física, promoção da saúde e hábitos de vida ativos, destacando as oportunidades reais de integração e desenvolvimento social aos menos favorecidos.

Outro aspecto importante, de grande relevância no campo social e que pode garantir a manutenção desse tipo de projeto é o fato de que o esporte amador, em algumas modalidades, baseado nos preceitos do mercado, oportuniza apenas para que uma pequena minoria que possui recursos financeiros para a aquisição de materiais esportivos tenha acesso às “escolinhas” e melhores espaços de treinamento. Assim sendo, a formulação e a implementação dessa política pública para o esporte e para a educação são de extrema valia, pois estimula crianças e adolescentes a buscar inserções junto à comunidade.

Nesse sentido, muitos podem ser os fatores de compreensão sobre a função desse tipo de projeto, ainda superficiais quanto à intenção e resultados promovidos por políticas públicas educacionais. Superar o viés assistencialista que tem caracterizado as políticas públicas de esporte educacional no Brasil, pode ser um caminho. A partir das observações apresentadas, buscaremos, na sequência, aprofundar o estudo com a apresentação de dados que nos possibilitaram ampliar explicações e discussões que serão entrecruzadas com a teoria de alguns autores, o que podemos evidenciar como importância dessa investigação.

4.2 EXPLICAÇÕES E INTERPRETAÇÕES SOBRE OS DADOS DO PAF

Para apresentarmos o contexto de oferta das modalidades esportivas ao público-alvo, nos núcleos e, por conseguinte nos polos de atividades do PAF, realizamos a organização e catalogação de todas as fichas de inscrição entregues pelos participantes à coordenação do Projeto no ano de 2018, mais especificamente no espaço entre fevereiro a agosto de 2018.

Além disso, acessamos o portal do Inep - Educacenso¹⁸, onde extraímos mais algumas informações sobre o objeto pesquisado no presente estudo. Por que realizamos esse processo? Para entendermos o contexto e os mecanismos de funcionamento das modalidades esportivas ofertadas e demandadas aos participantes do PAF.

É válido ressaltar, porém, que as informações lançadas sobre o PAF se referem ao desenvolvimento das atividades especificamente no ano de 2018, e não sobre todos os anos de sua existência, como era nossa primeira intenção. Isso porque, durante o processo de pesquisa documental, evidenciamos um desencontro de informações que seriam oficiais e que estariam apresentadas nos documentos físicos e *on-line*. Devido a essa circunstância, que impossibilitou a organização dos dados desde a concepção do projeto, tomamos a decisão de organizar e catalogar as informações das fichas de inscrição entregues em 2018.

Desse modo, a iniciativa de catalogação desses dados ocorreu para que pudéssemos, através da caracterização de variáveis quantitativas, classificar e categorizar importantes informações sobre os participantes e suas realidades sociais. Essas informações estatísticas possibilitaram importantes revelações, merecedoras de reflexões que vão desde a evidência na diferença do número de participantes do sexo masculino em relação ao feminino, passando pela maior escolha de algumas modalidades ao invés de outras e até a correlação de todos esses fatores com as profissões ou ocupações profissionais dos pais e mães desses participantes.

No intento de poder apresentar, avaliar e responder reflexivamente algumas questões relacionadas ao sentido da prática do PAF, seguimos com as palavras de Bourdieu (2003):

As questões que vou pôr vêm de fora, são as questões de um sociólogo que encontra entre os seus objectos as práticas e os consumos desportivos sob a forma por exemplo de quadros estatísticos apresentando a distribuição das práticas desportivas segundo o nível de instrução, a idade, o sexo, a profissão, e que é assim levado a interrogar-se não só sobre as relações entre essas práticas e essas variáveis, mas sobre o próprio sentido de que as mesmas práticas se revestem nessas relações (BOURDIEU, 2003, p. 181).

Essas questões, de acordo com a metodologia de classificação dos dados que utilizamos para estabelecer tensionamentos sobre as ações realizadas no PAF, para demonstrar e abordar nossos entendimentos, foram lançadas sem deixar de levar em consideração algumas peculiaridades que nos remeteram às etapas da sociologia reflexiva preconizada por

¹⁸ Ver: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar/>>. Acesso: 30 de julho de 2018.

Bourdieu. Por exemplo, a popularidade de certas modalidades no contexto brasileiro e local; a tendência apresentada de maior participação masculina em grande parte das turmas ou em certas modalidades; a relação direta entre a escolha e o local de oferta de algumas modalidades.

Os quadros, que apresentaremos a seguir, foram organizados a partir da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Estão catalogados a partir da leitura de fichas preenchidas pelos participantes de 2018. Esses dados do PAF expressam as informações dos elementos que julgamos como importantes para a avaliação de um projeto esportivo sob a ótica da Sociologia Reflexiva de Bourdieu.

No quadro 1 estão descritos e entrecruzados o número de modalidades ofertadas pelo PAF em 2018 com o número de participantes dos sexos masculino e feminino em cada uma dessas modalidades.

Quadro 1: Número de meninos e meninas por modalidades desenvolvidas no PAF - 2018

MODALIDADES	MENINOS	MENINAS	Nº PARTICIPANTES
Atletismo	19	25	44
Basquetebol	65	17	82
Futebol	492	46	538
Futsal	347	239	586
Ginástica Artística	2	49	51
Ginástica Rítmica	0	134	134
Handebol	52	56	108
Judô	123	112	235
Karatê	144	82	226
Natação	100	99	199
Taekwondo	32	21	53
Tênis de Mesa	55	23	78
Voleibol	38	155	193
Xadrez	121	84	205
Total	1590	1142	2732

Fonte: elaboração do autor, 2018.

A partir da organização dessas informações, foi possível pensarmos de maneira relacional algumas questões que nos deram os subsídios necessários para realizamos as ponderações sobre o objeto de estudo. O tratamento dos dados obtidos também nos possibilitou discorrer e refletir sobre os tensionamentos do sentido prático envolvido durante a

as ações do PAF e elementos encontrados em nossa avaliação. Contudo, antecipamos e sabemos que não conseguiríamos extrair e descrever todas potencialidades ou amplitudes de análise do objeto.

Mas, de acordo com o exposto, modalidade e contexto quantitativo específico de cada uma das modalidades ofertadas pelo PAF, observa-se, por exemplo, na quantidade total da amostra pesquisada, uma diferença acentuada em favor da maior participação do sexo masculino em relação ao feminino. Esse dado evoca pensarmos e realizarmos reflexões, mesmo que subjetivas, sobre a dominação simbólica reproduzida e aceita como “natural” na seleção e proporção das escolhas de acordo com o sexo dos indivíduos.

Acerca disso Bourdieu (1998) corrobora, na obra traduzida para o português em 2012, com o título “A dominação masculina”, dizendo que:

A divisão entre sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2012a, p. 17).

E, a despeito dessa “naturalização” da divisão dos sexos e seus mecanismos reproduzidos socialmente, refutados por Bourdieu (2012), ainda que legitimados vulgarmente, o autor nos impõe pensar o seguinte:

Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire assim, todo um reconhecimento de legitimação. É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, e, por tal, a experiência dóxica do mundo social (por exemplo, em nossas sociedades, a lógica reprodutora do sistema educacional), que pensadores de linhas filosóficas muito diferentes podem imputar todos os efeitos simbólicos de legitimação (ou de sociodiceia) a fatores que decorrem da ordem da *representação* mais ou menos consciente e intencional (“ideologia”, “discurso” etc.) (BOURDIEU, 2012a, p. 18).

Sobre a distribuição dos participantes, nas modalidades esportivas e contexto específico de cada uma delas no PAF, observa-se, por exemplo, que o Atletismo, aparentemente com pouca procura, não apresenta escores elevados de participantes nem para os meninos e tampouco para as meninas. O que se evidencia ainda mais quando correlacionamos os dados quantitativos da modalidade ao número total de crianças e adolescentes catalogados em nossa avaliação. No entanto, ao consultarmos a base de dados e documentos do PAF, observamos que a modalidade de atletismo é trabalhada num único

núcleo, pista do Complexo Esportivo Verdão, local onde são ofertados dois polos de atendimento, um matutino e outro vespertino, com apenas dois professores para desenvolver as provas e especificidades desse esporte.

Então, numa explicação simples, pode-se considerar que o atletismo seja uma modalidade que apresenta “certas facilidades” para o trabalho de ensino e aprendizagem, tanto para quem ensina quanto para quem aprende. É um esporte com muitas atividades e movimentos fisiológicos naturais, de grande aceitação e gosto popular, conta com ampla difusão midiática no Brasil. Situações favoráveis que outras modalidades mais procuradas no Projeto não têm. Por que então é uma das modalidades com menos participantes? A resposta *a priori* pode estar dada.

Aqueles que conhecem esse esporte entenderão que é praticamente impossível um ou dois professores, com turmas muito numerosas e diversas especificidades para serem desenvolvidas, conseguirem trabalhar com qualidade o ensino das inúmeras e variadas potencialidades da modalidade. Para exemplificar, existem provas de corridas rasas e com obstáculos, elas são divididas em curtas, médias e longas distâncias. Existem ainda as provas de saltos em distância, triplo, altura e com vara. Além disso, os lançamentos e arremessos. Ou seja, “as certas facilidades”, tornam-se complexas em decorrência da falta de locais e insuficiência de profissionais que possibilitem mais oportunidades de participação e desenvolvimento da modalidade.

Ainda, podemos destacar outras questões que podem justificar muitas das respostas sobre o atletismo no PAF, o local das atividades e o perfil social dos participantes. Quando analisamos a planilha das variáveis dessa modalidade, observa-se que grande parte dos alunos são moradores da região chamada “grande Efapi”, essa região apresenta alto índice populacional, boa parcela das pessoas são trabalhadores das agroindústrias e/ou prestadores de serviços diretos e indiretos para essas empresas. Assim, evidenciamos o setor de ocupação profissional da maioria dos responsáveis familiares desses participantes e, a partir disso, consideramos que os endereços residenciais e profissionais das famílias desses participantes, somados a localização dos núcleos e polos esportivos do PAF, influenciam na escolha do Atletismo.

Outra modalidade apresentada no Quadro 1, que merece destaque e apontamentos quanto à realidade de suas ações é a Natação. O município de Chapecó não possui piscinas públicas. Então, para ofertar também essa modalidade o PAF junto com o poder público municipal, desde a sua concepção, vem fazendo parcerias com três clubes privados da cidade, que em contrapartida cedem suas piscinas e estrutura física ao Projeto. Essa iniciativa, como

demonstramos em nosso estudo, oportuniza atendimento para cerca de 200 crianças e adolescentes que queiram praticar a modalidade de natação.

No entanto, durante a exploração e catalogação do material que utilizamos para realizar nossa avaliação e ponderações reflexivas acerca do objeto de estudo, pudemos evidenciar a ocorrência de uma lista com fila de espera para matrículas na modalidade de natação. Além dessa demanda, observamos, possivelmente por ocasião do endereço de localização dos clubes e de outras peculiaridades, tais como a condição socioeconômica das famílias desse estrato, que o perfil dos participantes da natação é composto, em boa parcela, por crianças e adolescentes moradores da região central da cidade. Seus pais, de modo geral, conforme os quadros 4 e 5 abaixo, trabalham como autônomos, empresários, funcionários públicos e profissionais liberais. Profissões que geralmente garantem e remuneram melhor seus trabalhadores. O que certamente favorece a participação de uns em detrimento de outros.

O Judô, também em evidência quanto ao número expressivo de participantes nos naipes masculino e feminino, apresenta importante aspecto de análise. Ou seja, no ano de 2018, devido a demanda criada por exigências da sociedade civil organizada e poder judiciário, o PAF além de promover atividades esportivas nos polos da modalidade, firmou parceria com entidades de apoio a crianças e adolescentes que estejam “envolvidos” em delitos, em situação de “risco social” e/ou “vulnerabilidades social”. Dessa forma, representado por agentes responsáveis pela modalidade de Judô, o PAF passou a desenvolver ações conjuntas com o Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribua ato infracional (NAI-PROPAZ).

O protocolo de atividades para o atendimento dos participantes nessa condição é diferenciado, pois está voltado a menores que tenham cometido algum ato infracional ou que estejam em conflito com a lei. Em muitos casos esses indivíduos estão afastados de seus familiares e/ou responsáveis legais, vivem ou estão submetidos às Casas de Acolhimento, Conselho Tutelar, etc. Grande parte deles são adolescentes com até 17 anos de idade e, no Projeto, além das garantias legais, recebem oportunidade de praticar atividades esportivas duas vezes por semana.

Por estarem sob a tutela do Estado, faz-se a exigência de seguir algumas normas legais¹⁹, as fichas de inscrição não estão catalogadas nos anexos, via de regra, processos judiciais que envolvem menores de idade tramitam em “segredo de justiça”, ainda mais quando se trata do cumprimento das chamadas sanções alternativas, medidas socioeducativas

¹⁹ Lei 8.069 de 13/07/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso: 11 de agosto de 2018.

e medidas protetivas. Assim, consideramos ser essa uma das possíveis razões de explicação para os altos escores numéricos do Judô em relação a grande maioria das modalidades do PAF. Porém, esses dados são baixos quando correlacionados especificamente com as modalidades de Futebol e Futsal.

Trataremos do Futebol e do Futsal assim como as demais modalidades desenvolvidas no PAF e, que também apresentam particularidades passíveis de reflexões e avaliações mais adiante, pois muitas nuances ou indagações decorrentes de outras informações que apresentaremos nos quadros que seguem, poderão emergir.

No quadro 2, a seguir, classificamos os dados da coleta em duas amostras, masculino e feminino, por considerarmos que a apresentação dos resultados desse modo fica mais inteligível e concisa. Assim, foi possível caracterizar e condensar o máximo de informações para a apresentação dos resultados que se relacionam com as características sociodemográficas, dos participantes dos PAF.

Quadro 2: Dados sociodemográficos de acordo com o sexo dos participantes do PAF - 2018

Variáveis		Categorias	Número	Percentual %
Masculino (n=1.590)	Idade	Crianças 5 a 12	519	32,64
		Adolescentes 13 a 17	1.071	67,36
	Local Moradia	Zona Urbana	1.489	93,65
		Zona Rural	63	3,96
		Área Indígena	38	2,39
	Escola	Pública estadual	702	44,15
		Pública municipal	754	47,42
		Privada	95	5,98
		Pública Federal	1	0,06
		Pública Indígena	38	2,39
Feminino (n=1.142)	Idade	Crianças 5 a 12	910	79,69
		Adolescentes 13 a 17	232	20,31
	Local Moradia	Zona Urbana	1.127	98,68
		Zona Rural	6	0,52
		Área Indígena	9	0,79
	Escola	Pública estadual	585	51,23
		Pública municipal	431	37,74
		Privada	114	9,98
		Pública Federal	3	0,26
		Pública Indígena	9	0,79

Fonte: elaboração do autor, 2018.

Ao observarmos o número total de participantes catalogados em nosso estudo, a partir da amostra (n) constituída por 2.732 crianças e adolescentes, é possível avaliar que todos os componentes desse estrato populacional, sexo masculino (n=1.590) e feminino (n=1142), estão regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da cidade de Chapecó e, em casos pontuais, na fase final da educação infantil. Segundo dados do IBGE, que demonstraremos num quadro abaixo, atualmente são 114 instituições de ensino nos níveis fundamental e médio do município²⁰.

Se considerarmos os eixos de sustentação e as diretrizes normativas do PAF, é possível dizer que as ações do projeto em 2018 estão em consonância com a legislação constitucional e com os índices controlados pelo Ministério da Educação (INEP – Educacenso). Quando analisamos os objetivos e direcionamentos das políticas públicas para ampliação e promoção da educação básica nacional, principalmente para os quadros do ensino fundamental do município, bem como a erradicação e o combate da evasão escolar, adesão e retenção de estudantes, a informação de que todos os participantes estão matriculados na escola, justifica a relevância e importância do PAF.

No entanto, de acordo com nossa busca, é possível ver algumas outras variáveis sociodemográficas, que além das descritas, podem ser avaliadas e interpretadas a partir de realidades distintas no contexto do PAF. Um dado já evidenciado que classificamos como importante é a desproporção entre participantes do sexo masculino e feminino, ou seja, há evidências de “masculinização” na participação e promoção das atividades do Projeto. Mas, para contribuir com essa discussão, a seguir trataremos especificamente da diferença na participação de meninos e meninas da área indígena.

O Futebol é a modalidade desenvolvida no núcleo de atendimento da Área indígena, junto à comunidade denominada Toldo Chimbangué²¹. As turmas desses polos são constituídas por filhos de indígenas. O quadro 2 demonstra uma proporção de 38 meninos e 9 meninas, a maioria deles são filhos de agricultores moradores daquela reserva. Enquanto pesquisa, evidenciamos a hipótese de que essa diferença esteja diretamente relacionada à modalidade ofertada e a especialidade do professor designado para ministrar as atividades.

O que podemos definir então, de acordo com as leituras que fizemos, é que a implantação do núcleo de atendimento na comunidade indígena ainda é recente, necessário ponderar algumas análises e considerações. De modo racional abrir questionamentos para

²⁰ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acesso: 11 de agosto de 2018.

²¹ Disponível em: <<https://www.escolas/238928-ceim-toldo-chimbangué>>. Acesso: 11 de agosto de 2018.
Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_t_chimbangué.htm>. Acesso: 11 de agosto de 2018.

investigações futuras, realizar avaliações mais serenas sobre as razões reais da abertura desse núcleo. Por que decidiram ofertar somente a modalidade de futebol? O PAF seria refém da especialidade do professor que executa as atividades naquele espaço? Será que não seria importante abrir um debate sobre a realidade indígena, sobre os costumes, a cultura e as atividades esportivas ou jogos deles? Enfim, ao invés de “recoloniza-los”, deveríamos compreender até que ponto o esporte institucionalizado poderia contribuir com a educação dos povos indígenas.

Sobre as escolhas e tomadas de decisão realizadas pelos agentes do PAF, no que diz respeito à oferta dos locais onde são desenvolvidas as ações do Projeto para públicos específicos, assim como acontece na área indígena e na zona rural, nossa pesquisa demonstra que os gestores e atores do PAF, a sociedade civil organizada e o poder público municipal, precisam traçar um movimento de debate mais ampliado. Isso porque a localização dos núcleos, com seus polos de atendimento, influencia diretamente na escolha das atividades a serem desenvolvidas no programa e ações do Projeto.

Explicamos. De modo geral, as modalidades não são ofertadas ao acaso nesses espaços (Zona Urbana, Zona Rural e Área Indígena). Algumas circunstâncias logísticas, de acesso, disponibilidade de espaços e professores, bem como a estrutura física, solicitação de demanda ao poder público municipal (executivo) e judiciário especial (juizado e ministério público), dentre outras, determinam a escolha dos locais onde são desenvolvidas as atividades.

Mas a escolha de uma modalidade ao invés de outra, nesses espaços, muitas vezes é fruto do que é ofertado e não do que, talvez, o público-alvo gostaria de praticar. Fator determinante que justifica a quantidade de inscritos em algumas modalidades específicas e, também, o elevado número de participantes que mesmo não residindo no perímetro urbano buscam ou têm que participar dos núcleos na Zona Urbana.

Na variável Escola (local onde os participantes estudam), é possível evidenciar que tanto para o público masculino quanto para o público feminino são apresentados maiores escores de participantes nas instituições públicas estaduais e municipais. As escolas públicas, além de contribuírem com a oferta ao público-alvo do Projeto, geralmente cedem seus espaços para o desenvolvimento das ações do PAF. As atividades acontecem, via de regra, no contraturno escolar ou em horários extraescolares.

No entanto, a experiência das escolas merece melhor atenção por parte dos burocratas do sistema, ou seja, cabe ao poder público municipal e aos agentes envolvidos com o PAF, das escolas e da comunidade escolar, aquiescerem debates sobre as possibilidades de ocupação dos espaços para o ensino e aprendizagem prático do esporte. Algumas questões de ordem

prática, que estão para além da agenda burocrática implementada nos gabinetes, que abrem janelas de oportunidades educacionais e humanas.

Para a variável Idade, onde estão apresentados os dados dos participantes masculinos e femininos nas duas faixas etárias, de 5 a 12 e de 13 a 17 anos de idade²², observa-se que o percentual de meninos da primeira faixa etária (crianças) é menor, comparando-se ao percentual de meninas dessa mesma faixa e, ao contrário, na segunda faixa etária (adolescentes). Essa realidade também requer possibilidades de análise, pois, provavelmente, implica na promoção de certas modalidades ao invés de outras.

No entanto, de modo implícito é possível considerar que a localização dos polos, bem como as condições financeiras e profissionais dos pais para levar e buscar, principalmente as crianças, nos locais onde são ofertadas as modalidades, favorece a participação de alguns em detrimento de outros. Infelizmente, nesse momento da pesquisa não tivemos a possibilidade de realizar e esboçar análises acerca desses aspectos, mas, sem dúvida, eles são pertinentes e merecedores de maiores amplificações.

Diante das evidências apresentadas, num contexto de maiores oportunidades e “seleção de uma elite de pessoas bem-nascidas”, evocamos Bourdieu (2014, p. 101):

Se se concorda que o ensino realmente democrático é aquele que se atribui como fim incondicional *permitir ao maior número possível de indivíduos apreender no menor tempo possível, o mais completamente e mais perfeitamente possível, o maior número possível de aptidões que caracterizam a cultura escolar em um dado momento*, vê-se que ele se opõe [...] a vontade política de oferecer a todos chances iguais diante do ensino não consegue vencer as desigualdades reais (BOURDIEU, 2014, p. 101).

Com mais essa explicação de Bourdieu é possível compreender a formação de um *habitus* de relações entre capital, demanda e oferta, podemos reificar essa ideia dizendo que a sociedade não é movida pelo capital econômico, existem alguns mecanismos de dupla dominação, que são “invisíveis”, que geram e perpetuam as desigualdades. A mídia, a escola, a igreja, o Estado, etc. através de fundamentos ocultos da transparência democrática de acesso e participação, como é o caso do PAF, regulam as leis de reprodução social de um campo (BOURDIEU, 2004a).

²² Ver ECA: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso: 13 de agosto de 2018.

Além das exposições anteriores, no que tange a preponderância de oferta e participação urbana, podemos observar a presença de participantes residentes da Zona Rural. Se considerarmos o número total de atendimentos realizados nas comunidades rurais, que são abrangidas pelo PAF, eles representam uma parcela pequena do todo. Entretanto, de acordo com nossa avaliação, há cerca de dez vezes mais meninos que meninas participando nesses polos. A maioria desses participantes, por serem, em grande maioria, filhos de agricultores inscrevem-se por “obviedade” em polos que ficam próximos as suas residências e, na maioria das vezes participam somente da modalidade de Futebol.

A disposição dos dados apresentados confirma que em esportes específicos há a presença total ou suprema de meninas, sobretudo, nas modalidades de Ginástica Rítmica, Ginástica Artística e Voleibol. No caso da Ginástica Rítmica, modalidade com regras oficiais de prática única e exclusivamente para o sexo feminino, não há o que ponderarmos. Porém, na Ginástica Artística, onde tanto meninas quanto meninos podem participar, esta é frequentada majoritariamente por meninas. Durante a nossa catalogação apareceram apenas dois participantes do sexo masculino. Essa baixa procura, em princípio, é justificada por questões culturais, falta de esclarecimento e desinformação quanto a possibilidade de participação dos meninos.

A modalidade de Voleibol, esporte olímpico popular em nosso país, com grande aceitação, procura e participação das meninas em relação aos meninos, é ofertada em quatro polos do PAF, distribuídos no centro e bairros centrais da cidade. Essas condições nos oportunizam realizar observações de certa forma bem diretas, pois algumas respostas para os resultados são autoexplicativas. Ou seja, diversas justificativas sobre a procura, principalmente de meninas entre 5 a 12 anos de idade podem ser apresentadas, dentre elas, as condições de moradia, escola e turno escolar da maioria dessas participantes ser próxima aos locais das atividades, além disso, é uma modalidade coletiva sem contato físico. Condições de oferta que certamente agradam as famílias e favorecem, sobretudo, o público feminino.

Outro caso que apresenta alta demanda de participantes, tanto para os meninos quanto para as meninas, é o Futsal, porém, mesmo que a participação das meninas seja menor em relação aos meninos, nesta modalidade em específico há uma grande demanda para o público feminino. As explicações possíveis para esse fato estão diretamente associadas ao contexto do trabalho nas escolas e nas equipes de rendimento do município de Chapecó. Muitos títulos estaduais, nacionais e internacionais, foram e são conquistados, criando tradição na modalidade a mais de uma década. Fator que certamente eleva a procura, principalmente pelo público das meninas.

Além das informações até aqui apresentadas, consideramos importante, ainda, trazer à baila aspectos sobre a cultura masculinizada do esporte. Mesmo em nosso tempo, com inúmeras políticas voltadas a igualdade de oportunidades entre os sexos, observamos essa distinção, sobretudo, se analisarmos a diferença de 1.590 meninos comparada com 1.142 meninas participantes do PAF. Vejamos, no entanto, de acordo com os dados oficiais do IBGE, que não há diferença significativa no número total da população de meninos e meninas que residem em Chapecó, principalmente para a faixa etária que coincide com o público-alvo do PAF.

Sobre isso Bourdieu faz o destaque que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina (BOURDIEU, 2012a, p. 18).

Assim, de acordo com o já exposto, mais uma vez amparados na sociologia dos objetos sociais de Bourdieu, quando analisamos os dados das duas modalidades mais numerosas do Projeto, o Futebol e o Futsal, observa-se a “a força da ordem masculina”, comprovada com a preponderante presença de 839 participantes do sexo masculino.

Essa questão pode ser avaliada, tão e somente, pelo viés do “gosto popular brasileiro”. Mas, utilizando-nos na íntegra as palavras de Bourdieu (2003, p. 1), interroga-se: “como se produz a demanda dos “produtos esportivos”, como as pessoas passam a ter “gosto” pelo esporte e justamente por um determinado esporte mais do que por outro, enquanto prática ou enquanto espetáculo? Tentaremos responder.

Estes são esportes com grande visibilidade e predileção da população brasileira. A mídia e os patrocinadores do sistema privado e público, muitas vezes em nome do capital e dos interesses políticos, eleitoreiros, sabem explorar muito bem esse “gosto popular”. Basta observar o futebol espetáculo difundido pelos meios de comunicação, televisão, jornais, internet, rádio etc. Indo além, no Brasil, em estádios, arenas ou campos para essa prática, ou em encontros sociais de atividade física e lazer, esses são os esportes culturalmente mais praticados e apreciados por uma plateia de espectadores basicamente masculina.

No entanto, no contexto do PAF, há que se ponderar diversas outras questões, além daquelas relativas a cultura e o gosto popular, os locais ou regiões onde são ofertadas as atividades do Projeto. Para contribuir ainda mais com todas essas condições que favorece o desenvolvimento do futebol, no momento atual, a cidade conta com a ascendência e

manutenção da equipe de futebol profissional²³ que participa há alguns anos do principal e mais visado campeonato nacional. Em resumo, esse que é considerado por alguns como um esporte “bretão”, é a marca registrada do povo brasileiro, tem apoio político, cultural, midiático, apelos passionais que certamente estão ligados ao histórico da “pátria de chuteiras”.

Realizadas todas essas contextualizações, podemos invocar novamente discussões sobre a maior incidência de demanda, principalmente nessas duas modalidades do PAF: qual a forma e os critérios de oportunidade de participação para o público-alvo? Qual o interesse dos agentes públicos, coordenadores, professores e políticos? Quais são as intenções e o entendimento dos pais, principalmente dos meninos? Essas e outras questões podem ser suscitadas a partir dos dados coletados, mas, embora surjam respostas iniciais para essas perguntas e elas possam estar nas entrelinhas dessa pesquisa, para melhor discuti-las, acreditamos ser necessário uma investigação com demandas e problematização para além de nosso estudo.

Ademais, temos que reiteradamente relativizar sobre os locais e/ou regiões da cidade onde são ofertadas as modalidades. Atualmente sabermos que, de modo geral, a demanda e a prática dos esportes ofertados pelo PAF, estão associados ao “fácil” acesso até os campos e quadras públicas, comunitárias e privadas existentes na cidade. Nesse caso, não só para o futebol e o futsal, mas para todas as modalidades e especificidades dos esportes ofertados pelo Projeto.

Indo além, podemos citar o Xadrez, modalidade que não é muito popular no Brasil, mas que tem boa aceitação pelo público-alvo do PAF, inclusive com muitos dos participantes dentro da faixa etária dos 5 aos 10 anos. Esse esporte é desenvolvido em 7 polos com dois professores que administram e ensinam a modalidade para 205 participantes. A lógica para essa demanda e quantidade de participantes é que, mesmo com apenas dois professores trabalhando, numa sala aula, por exemplo, com uma lousa, trinta tabuleiros, trinta mesas e sessenta cadeiras ou bancos é possível oferecer atividades para, no mínimo sessenta alunos interessados a cada hora. Fato que não é possível, como descrito anteriormente, em outras modalidades.

A pesquisa suscita questões difíceis de serem respondidas, pois, além dos aspectos apresentados, de organização e alocação das modalidades em núcleos e polos, quando correlacionávamos as informações do PAF com as teorias de Bourdieu, e fazíamos tentativas

²³ Para mais informações ver: <<https://chapecoense.com/pt>>. Acesso: 10 de outubro de 2018.

de compreendê-las à luz de tais teorias, emergiam hipóteses e subjetividades que não fazem parte das discussões cotidianas do Projeto. Ou seja, os dados estatísticos catalogados por nós e a vivência prática junto ao PAF, desde a sua concepção, nos possibilitam estabelecer, com muito cuidado, conexões entre a sociedade, a cultura popular, o contexto local, a mídia, a escolha dos núcleos e polos, o interesse e a formação dos agentes (professores e gestores do PAF) etc. No entanto, realizar o resgate dessas conexões para uma síntese avaliativa do PAF é um exercício que não finda com a presente pesquisa.

Assim, após realizarmos algumas descrições das avaliações e explicações, sobre o PAF, que até o momento foram possíveis através de nossa busca *in loco*, seguiremos apresentando no quadro 3, alguns indicadores oficiais do município de Chapecó, que estão descritos na página *on-line* do IBGE²⁴.

Quadro 3: Dados sociodemográficos e educacionais de Chapecó – Censo IBGE

VARIÁVEIS	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Nº matrículas	25.776 alunos (censo 2017)	6.539 alunos (censo 2017)
Nº de estabelecimentos de ensino	84 (censo 2017)	30 (censo 2017)
Taxa de escolarização IDEB	98,4% (censo 2010)	X
Nota IDEB 2015 – Rede Pública	6,4 anos iniciais e 5,1 anos finais	X
Professores	1.543 (censo 2015)	578 (censo 2017)
População Chapecó	183.530 (censo 2010)	216.654 (estim. censo 2018)
Meninos de 5 a 9 anos	6.649 (censo 2010)	X
Meninas de 5 a 9 anos	6.308 (censo 2010)	X
Meninos de 10 a 14 anos	7.854 (censo 2010)	X
Meninas de 10 a 14 anos	7.623 (censo 2010)	X
Meninos de 15 a 19 anos*	8.255 (censo 2010)	X
Meninas de 15 a 19 anos*	8.537 (censo 2010)	X
Taxa de pessoas ocupadas	87.463 ou 41,7% (censo 2016)	X
Renda per capita até ½ salário	24,7 % da pop. (censo 2010)	X
Renda trabalhadores formais	2,7 sal. mínimos (censo 2010)	X
Óbitos para 1.000 nascidos vivos	6,43 (censo 2010)	X

Fonte: IBGE, 2018; Elaboração do autor, 2018.

O panorama das informações organizadas acima apresenta informações com dados absolutos e estimados a partir da plataforma do IBGE. Assim, num primeiro olhar, se em 2018 houver de fato 216.654 mil habitantes, Chapecó, no cenário nacional, pode ser considerada

²⁴ Visto em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acesso: 10 de setembro de 2018.

uma cidade de médio porte e, para os padrões catarinenses, uma das maiores. Também, de acordo o último Censo de 2010, realizado por este renomado instituto, é possível evidenciar uma taxa de escolarização de 98,4% para a população entre 5 a 14 anos de idade.

A atualização realizada pelo IBGE em 2017 revela que existem 84 estabelecimentos de ensino fundamental e 30 de ensino médio – escolas públicas das redes municipal, estadual, federal, indígenas e privadas. Nesse sistema educacional atuam 2.121 professores que atendem uma demanda de 25.776 estudantes do ensino fundamental e 6.539 do ensino médio. Outro dado revelado pelo IBGE, que julgamos importante para ser correlacionado com o PAF, é que em Chapecó há 14.503 meninos de 5 a 14 anos de idade e 13.931 meninas na mesma faixa etária. Optamos por não fazer abordagens sobre os índices masculinos e femininos nas idades de 15 a 19 anos porque o PAF, como descrito, atende participantes com até 17 anos de idade.

Sobre a renda aproximada da população trabalhadora, em 2016 o salário médio mensal das pessoas com carteira assinada de Chapecó era de 2,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 41,7%. Se considerarmos os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 24,7% da população nessas condições, ou seja, um quarto das pessoas do município vive na condição denominada de “classe baixa” (IBGE, 2018).

Para os índices de educação escolar apresentados pelo Censo/IBGE, dados disponíveis em pesquisa de 2015, os alunos dos anos iniciais, estudantes da rede pública, alcançaram nota média de 6,4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5,1. Na comparação com cidades de Santa Catarina, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava o município na posição 73º do total 295 municípios. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição era 74º das mesmas 295 cidades do estado. A taxa de escolarização, para pessoas de 6 a 14 anos, segundo o IDEB de 2010 foi de 98,4, colocando o município na posição 137 dos 295 e em 1440 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

As informações apresentadas a partir dessa plataforma estão lançadas em nosso estudo porque com esses dados oficiais encontrados nela conseguimos tecer mais algumas ponderações que julgamos necessárias para desvelamento de nosso objeto de pesquisa. A realidade socioeconômica e educacional do município de Chapecó, segundo os dados oficiais encontrados no site do IBGE, nos fez enxergar e considerar outros pontos de avaliação sobre o público-alvo do PAF.

Assim, de acordo com os quadros 4 e 5, que estão logo abaixo, podemos realizar avaliações respectivas a partir dos dados específicos sobre as ocupações dos pais e mães dos

participantes do PAF. Em nossa observação, grande parte dos responsáveis pelos alunos do Projeto trabalham em ocupações profissionais que remuneram na faixa salarial descrita pelo IBGE e, ainda, é plausível tecermos entendimentos que alguns participantes possam estar buscando no esporte, não somente uma atividade complementar à escola, ocupação do tempo livre, formação para o esporte de rendimento, inclusão social, afastamento de situações como “risco social ou vulnerabilidade social”, mas, além disso, capitais simbólicos e culturais desejáveis para a formação de uma sociedade emancipada.

Quadro 4: Ocupação dos pais e das mães de meninos participantes do PAF - 2018

Masculino (n=1.590)	Ocupação	Pais	%	Mães	%
	Agricultores(as)	40	2,51	13	0,82
	Aposentados(as) ou Pensionistas	39	2,45	10	0,63
	Autônomos(as)	341	21,45	157	9,87
	Celetistas	372	23,40	360	22,64
	Desempregados(as)	74	4,65	23	1,45
	Empresários(as)	86	5,41	39	2,45
	Funcionários(as) Públicos(as)	100	6,29	176	11,07
	Informalidade	21	1,32	66	4,15
	Não Informado	319	20,06	242	15,22
	Outros(as) ou Do Lar	12	0,76	333	20,94
	Profissionais Liberais	34	2,14	33	2,08
	Trabalhadores(as) da Agroindústria	152	9,56	138	8,68

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quadro 5: Ocupação dos pais e das mães de meninas participantes do PAF - 2018

Feminino (n=1.142)	Ocupação	Pais	%	Mães	%
	Agricultores(as)	10	0,88	5	0,44
	Aposentados(as) ou Pensionistas	13	1,14	18	1,58
	Autônomos(as)	288	25,22	149	13,05
	Celetistas	224	19,62	240	21,01
	Desempregados(as)	28	2,45	16	1,40
	Empresários(as)	105	9,19	50	4,38
	Funcionários(as) Públicos(as)	68	5,95	146	12,78
	Informalidade	18	1,58	36	3,15
	Não Informado	260	22,77	174	15,24
	Outros(as) ou Do Lar	3	0,26	201	17,60
	Profissionais Liberais	48	4,20	37	3,24
	Trabalhadores(as) da Agroindústria	77	6,74	70	6,13

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A classificação das ocupações profissionais dos pais e mães dos meninos e meninas participantes do PAF, de acordo com a catalogação apresentada, nos permite refletir e realizar interlocuções a partir de alguns trechos da obra “Os herdeiros” de Bourdieu e Passeron (1964). Traduzido para o português em 2014, cerca de meio século após sua publicação original, esse texto nos oferece excelentes parâmetros e subsídios para discutirmos principalmente os dois quadros acima estruturados.

Com este texto, também é possível elaborar analogias sobre a atual situação educacional brasileira. Mas como? A França, na época em que Bourdieu e Passeron realizaram o estudo, vivia um período de expansão da escolarização, principalmente nos níveis secundário e universitário. Além disso, haviam muitos debates sobre a forma de democratizar a educação com o objetivo de formar mão de obra qualificada tanto em quantidade, quanto em suficiência, segundo os autores para atender as necessidades do mercado. Se bem observarmos, de maneira análoga, podemos dizer que a experiência francesa continua ressoando no cenário educacional brasileiro.

A classificação das ocupações dos pais e mães dos participantes do PAF, então, pode, de acordo com o nosso entendimento acerca da obra *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura* de Bourdieu e Passeron (2014), auxiliar-nos na determinação da origem social das crianças e adolescentes do Projeto. Os autores já evidenciaram naquela época que não seria mais aceitável e nem desejável que as oportunidades de acesso às profissões mais qualificadas fossem de sobremaneira destinadas a uma casta populacional, “os herdeiros”, que usufruíam de benefícios em decorrência de sua origem e *status* social privilegiada.

As problematizações e respostas sobre questões sociais não são neutras, não é possível aceitar que a construção de objetos de avaliação organizados a partir de dados quantitativos assegure uma única interpretação dos resultados durante uma pesquisa. Portanto, é impossível perante os dados acessados do PAF responder todas as questões que possam surgir, ou seja, para os autores nada acontece de imediato, tudo deve ser construído pelo pesquisador e seus interlocutores (BOURDIEU & PASSERON, 2014).

Em primeiro lugar, se olharmos tão e somente para as desigualdades econômicas, que supostamente estão relacionadas com a classificação das ocupações dos pais e mães dos participantes do PAF, não poderemos predizer que haja escolha e gosto por certas modalidades a partir dessa determinante, seria um exagero. No entanto, há que se considerar que as escolhas e os gostos estão relacionados, além da renda ou condição econômica da família, ao local onde os participantes moram, a cultura escolar onde estudam, às “oportunidades” que lhes são dadas.

Essas oportunidades, muitas vezes apregoadas como democráticas, com igualdade de acesso e oportunidade para todos, como estamos vendo no PAF, são de maneira semelhante aos estudos de Bourdieu e Passeron (2014), mecanismos que certamente contribuem com a lógica do sistema escolar vigente. Favorecem para que sejam perpetuados alguns privilégios, “fundamentos ocultos de dominação”, dos quais os filhos das classes menos abastadas, que estudam nas em escolas de menor tradição, que moram no interior, que seus pais não trabalham em ocupações que os deem maior *status* social, não acessam, ou que recebam parcialmente os meios que favoreçam sua ascensão social.

Como vimos, não só nos quadros acima, mas na realidade de cada uma das modalidades que catalogamos e avaliamos, no contexto de oferta dos esportes, há também desigualdades. Principalmente, no que se reporta a acessibilidade e locomoção do público-alvo para o desenvolvimento de certos esportes. A função de um projeto esportivo, mesmo com todos os benefícios sociais e educacionais, fica, de certo modo, relegado aos mecanismos ideológicos de reprodução social, do livre e democrático “gosto pelo esporte e justamente por um determinado esporte mais do que por outro” (BOURDIEU, 1983, p. 1), e da escolha das modalidades, das “oportunidades iguais” para contextos e realidades desiguais e do acesso livre com projeção por “méritos”.

Sendo assim, não parece um exagero dizer que, tal como as instituições de ensino, de acordo com os estudos de Bourdieu, contribuem e mantêm, no passado e hoje ainda, para a reprodução das desigualdades sociais. Dessa forma, é plausível preestabelecer que projetos esportivos também contribuam para as desigualdades esportivas e, que de alguma forma, o PAF seria uma ferramenta de “analgésia social”.

A partir de todas essas ponderações, outros aspectos podem ser avaliados. Assim, se analisarmos seis das categorias com a descrição das ocupações dos pais e mães que classificamos no PAF – Agricultores(as), Aposentados(as) ou Pensionistas, Desempregados(as), Empresários(as), Informalidade e Profissionais Liberais –, perceberemos que elas aparecem pouco. Poderíamos dizer que isso é “normal”? Se considerarmos que o município tem muitas indústrias e que a maioria da população, independente do trabalho ser formalizado ou não, são trabalhadores assalariados, sim. Outra questão. Seria “normal” se, por conveniência ou *status social*, os filhos das classes média e alta, que geralmente estudam em escolas da elite, participassem somente das atividades esportivas e culturais nas instituições privadas? No modelo de sociedade que vivemos sim. E agora?

A origem social das pessoas, potencializa os gostos e as escolhas, favorece para o sucesso e o fracasso. Os filhos e filhas de operários assalariados, agricultores, empresários e

profissionais liberais, indistintamente, são vistos como pessoas com “dons escolares e esportivos”, além disso, o sucesso desses é concebido por alcance de seus “méritos”. Tudo para esse pequeno estrato dos eleitos e aceitos é encarado como “normal”, eles terão maiores oportunidades no percurso formativo escolar, esportivo, universitário e profissional. “Os eleitos”, portanto, serão oportunizados desde jovens, a justificativa por parte dos agentes responsáveis pelo jogo das decisões é de que esses eleitos são aceitos porque são dotados de dons e por seus esforços possuem méritos (BOURDIEU & PASSERON, 2014).

No meio esportivo, isso fica ainda mais evidente, quando olhamos o contexto das modalidades e dos participantes do PAF, com atividades em regiões centrais da cidade, moradores e estudantes de espaços nobres, filhos de famílias com maiores condições culturais e econômicas, a exemplo da natação, voleibol, tênis de mesa, basquetebol, em parte o futsal e o xadrez, pode-se dizer, subjetivamente, que para alguns a cultura do projeto esportivo é igual a cultura de suas vidas em família, com melhores condições, enquanto que para outros configura aculturação ou a socialização (BOURDIEU & PASSERON, 2014; BOURDIEU, 1989).

Ou seja, todo esse engendramento é retratado na cultura das escolhas e gostos por certas modalidades ao invés de outras. Podemos, de maneira relacional, admitir que para os filhos de pais com profissões de menos *status*, rendimentos inferiores e, que geralmente moram em localidades periféricas, no interior e estudam em escolas mais precárias, as condições de escolhas por locais de participação e modalidades esportivas sejam mais restritas.

Ainda, contextualizando os quadros 4 e 5, onde são apresentadas 12 categorias de ocupações dos pais e das mães dos participantes do PAF, pela ordem, de meninos e meninas, podemos avaliar que entre os quadros, ou mesmo entre os escores apenas de um dos quadros, por exemplo, é possível observar de sobremaneira a alta apresentação da categoria “Não Informado”. Ou seja, do total de 1.590 meninos que participam do PAF, que entregaram as fichas de inscrição, 561 deles, o que daria cerca de 35,3% dos participantes do sexo masculino, “não sabem, não preencheram, não convivem com seu pai ou sua mãe, ou até ambos, além da hipótese de estarem vivendo sob a tutela do Estado e outros casos cujas particularidades não são descritas nestas fichas”. Esses meninos participantes do PAF, podem estar vivendo sob as condições anteriormente citadas que utilizamos para criar a categoria “Não Informado”.

Indo além, com as informações contidas nos quadros 4 e 5, verifica-se a ocorrência de uma grande quantidade de mães, tanto dos meninos quanto das meninas, enquadradas no

grupo “Outros(as) ou Do Lar”. Isso revela que do total de 2.732 participantes do PAF, aproximadamente 19,55% de suas mães estão na categoria “Outros(as) ou Do Lar”, o que, de acordo com nossa análise, representa 534 trabalhadoras que estão enquadradas na condição de voluntárias, estudantes e principalmente donas de casa.

Nesse jogo da convivência social, dos sexos, Bourdieu (2012a) destaca que entre a dominação *versus* resignação e a virilidade *versus* sutileza, está:

a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação femininos. (BOURDIEU, 2012a, p. 18).

Da maneira como estão dispostos os dados avaliados, é possível verificar que grande parte do público atendido pelo PAF, com vínculo de responsabilidade por um adulto apenas, convive com a mãe e é sustentado por essa mãe. A cultura, talvez universalizada, das mães que geram, cuidam e educam os filhos, que abrem mão de trabalhar formalmente é o motivo que perpetua esse gesto de laço inalienável, muito nobre para a formação humana de pessoas em processo de crescimento biológico e educacional.

Se planejarmos uma pesquisa longitudinal, com arquivos baseados nos dados dos participantes do Projeto atual, possivelmente encontraremos um grande número de filhos de pais e mães que também foram filhos de funcionários assalariados, agricultores e trabalhadores informais com baixa renda. Moradores das periferias, que estudam em escolas menos elitizadas e que, ainda, participam de grupos esportivos afastados, que não consigam seguir com a cultura esportiva, que não entrem nas “melhores” universidades e, por conseguinte não acessem melhores condições de trabalho quando adultos.

Mas, se através do esporte descortinarem-se oportunidades para além da reprodução das desigualdades sociais, também incutidas no esporte e na educação, então, esses indivíduos poderão encontrar possibilidades para a refletir sobre o sentido prático do esporte em suas vidas. Sobre as razões de suas escolhas, não só das modalidades esportivas escolhidas e praticadas mas sobre as conquistas humanas e sociais possíveis graças as suas relações e vivências acumuladas nessas atividades. Talvez, encontre-se aí um pouco ou muito da ambição e do desafio de ser pesquisador, do interesse de um ex-atleta e professor de educação física avaliar um projeto esportivo educacional.

5 O ATLETA, O PROFESSOR, O PAF E O PESQUISADOR: ENTENDIMENTOS ACERCA DO “PESQUISAR É UM OFÍCIO”

Durante a realização da presente pesquisa, oportunizada principalmente pela vivência e trajetória junto aos campos do esporte e da educação, o Projeto Atleta do Futuro tornou-se o objeto de nossa problematização. Conforme justificativas descritas no desenlace do texto, o empreendimento de fazer pesquisa sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu, ou de modo mais específico, inspirando-se na sociologia do esporte, não se apresenta como uma tarefa fácil ou simples, mas, consideramos que as descobertas emergidas até o presente momento, além das dúvidas e incertezas, que também fazem parte do processo, possibilitaram um melhor equilíbrio para o futuro da pesquisa, do objeto de investigação e do pesquisador.

Assim sendo, a partir de nosso engajamento ambicioso, realizamos a acrobacia racional de pensar e fazer ciência apoiados em redes de sustentação ancoradas às recomendações do sociólogo Pierre Bourdieu: “pesquisar é um ofício”. Sobre isso, convém frisar que o objetivo deste estudo não foi discutir a densa obra de Bourdieu. Não nos julgamos capazes para tal intento, mas, vale dizer que, embora muitas sinalizações de Bourdieu tenham sido captadas, o caminho para compreensões acerca dos apontamentos desse autor ainda é longo, pois, conforme ele mesmo sustenta, não é fácil para um profissional do esporte falar academicamente sobre o esporte, ainda mais na perspectiva da sociologia do esporte.

Quem seriam então, as pessoas que deveriam dignar-se a falar do esporte? Nós, os protagonistas e coadjuvantes das ações práticas e políticas dessa área. De acordo com os preceitos de Bourdieu, os agentes de um campo, com consistência teórica e analítica podem e devem lançar-se ao ofício de ensinar uma sociologia para o esporte. Pois, a capilarização de um campo constituído por tantas abordagens e contingências, com capacidade e correlações temáticas reconhecidas no meio acadêmico, nos remete ao compromisso social não só do envolvimento com as suas ações, mas com a produção acadêmica e científica.

De todo modo, trilhando nossos anseios, lançamo-nos ao empreendimento de avaliar um projeto esportivo educacional desenvolvido num contexto de particularidades próprias, o PAF de Chapecó. Este empreendimento, determinado por políticas públicas de apoio ao esporte educacional, está engendrado num cenário tacitamente reforçado por disputas em torno do capital político, social, cultural, econômico, geográfico e étnico, estruturas difusas, mas, ao mesmo tempo bem específicas.

A pesquisa de um projeto esportivo pautado em atividades educacionais complementares, embora com iniciativas e diretrizes diversificadas, que o mantém oxigenado,

nos mostra suas ações ganham força quando se tornam políticas públicas, ou programas desenvolvidos mediante derivação delas. Mas, sobre isso, é imperioso estar atento, pois, projetos esportivos educacionais, quando resultantes de políticas públicas para a promoção social e educacional, assim como carregam consigo o potencial de êxito quanto aos objetivos que expressam, também, poderão “mascarar” de maneira demagógica resultados que contribuem para a promoção e manutenção das desigualdades sociais, esportivas e educacionais.

Consideramos o recado de Wacquant, ao evocar a *práxis* epistemológica de Bourdieu: “devemos seguir aplicando suas ideias e testando seus achados a fim de produzir novos objetos de pesquisa” (WACQUANT, p. 95-96, 2002). Mais do que nos acompanhar durante as etapas da pesquisa, permite-nos e sugere uma autocrítica sobre o processo (ofício de fazer pesquisa) para possíveis e futuras intenções investigativas.

Essa compreensão tem como emergência o caminho metodológico edificado para o desenvolvimento desta pesquisa, ou seja, ao entrarmos nessa arena, logo na primeira sessão, quando iniciamos a construção do objeto de nosso estudo, julgamos necessário realizar algumas abordagens sobre o *Estado e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de projetos esportivos educacionais*.

Para isso, no exercício de compreendermos a evolução do Estado, partindo do Estado Moderno - “escritório do rei” - ao Estado Democrático de Direito, intentamos apontar, e, brevemente, realizar discussões sobre: as faces do Estado e o seu anacronismo; o conceito de políticas públicas; a área de estudo das políticas públicas, observando alguns aspectos históricos, assim como aspectos burocráticos de uma política pública e seus agentes públicos burocratas do sistema. A partir desse exercício, tínhamos a intenção de dizer que um Projeto de promoção do esporte educacional do século XXI já eclode com uma história e não pode ser avaliado fora dela. Foi com essa perspectiva, inspirado na sociologia reflexiva de Bourdieu, que nos desafiamos avaliar o sentido da prática durante as ações do PAF.

O Estado Moderno, de acordo com a metáfora utilizada por Reinaldo Dias, teve sua gênese no “escritório do rei” e, paradoxalmente, tornou-se o órgão máximo onde são decididas questões de diversas ordens, que impactam diretamente no território e respectivamente no povo. De forma permanente, o Estado mesmo sendo anacrônico, existe e administra geograficamente um espaço e uma população delimitada e, através do seu poder “soberano”, conduz o povo que ali habita. Assim sendo, com base em prerrogativas legais, um *rol* de normas é instituído e legalizado de maneira que a administração pública garanta que os direitos e deveres sejam cumpridos, num sentido amplo, em nome do bem-estar comum.

Os governos, instalados no Estado, devem desenvolver e contribuir com a administração pública, em especial, através de políticas públicas que resultam em programas e ações para atender o bem comum em circunstâncias específicas. O aparelho governamental é formado e gerido por atores e instituições transitórias que atuam durante um curto período de tempo no poder e na administração pública, fato esse que torna difícil avaliação de projetos enquanto frutos da ação de governos. Isso porque, se por um lado as transições de governos contribuem para a democratização da política, por outro a interrupção de políticas públicas, projetos e programas delas derivados, torna estéril medidas que poderiam potencializar a emancipação, política, social, cultural e educacional da população.

Nesse sentido, o PAF enquanto uma política pública de promoção do esporte educacional, assim como os inúmeros projetos e programas criados no país, mantidos por verbas do Ministério do Esporte (ME) e Ministério da Educação (MEC), principalmente após a promulgação da CF/1988, foi influenciado diretamente pelas diretrizes do Programa Segundo Tempo²⁵, talvez esse tenha sido o maior e mais famoso movimento em nome do esporte educacional brasileiro. Mesmo com suas fragilidades, deixou um legado de inspiração para muitas iniciativas futuras.

Os dispositivos legais, do artigo 208 da CF/1988 e sua Emenda Constitucional nº 59²⁶ também o artigo 217 da CF/1988 na seção III²⁷ que tratam do desporto, além do artigo 3 da lei nº 9.615²⁸ (“Lei Pelé”), potencializam para que os governos ou entes federados amparados, através de seus agente públicos formulem ações e implementem políticas públicas de atenção à educação e ao esporte, principalmente para crianças e adolescentes. No artigo 217, para exemplificar, onde está estabelecido a obrigatoriedade do Estado em fomentar as práticas educacionais formais e não-formais, como direito subjetivo a todos os cidadãos brasileiros, estimulou a propagação e incentivos de medidas importantes a criação de políticas públicas para o fomento e desenvolvimento do esporte como princípio educacional.

A instituição do PAF no ano de 2007, ocorreu a partir desses contributos, sua principal diretriz está voltada à promoção de atividades esportivas para crianças e adolescentes que

²⁵ In: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2017/diretrizes_pst_padrao_2017.pdf>. Acesso: 25 de agosto de 2018.

²⁶ In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso: 25 de agosto de 2018.

²⁷ In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 25 de agosto de 2018.

²⁸ In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso: 25 de agosto de 2018.

devem, além de estar matriculados, frequentar regularmente a escola. Portanto, é um projeto educacional subsidiado pelo MEC, onde todos os resultados são acompanhados e cadastrados na plataforma do Inep - Educacenso, sob responsabilidade civil do poder público e agentes que administram as ações.

Todas essas informações são levadas em consideração, pois o PAF enquanto política pública deve incorrer em acompanhamento, o que de fato acontece a cada trimestre através dos órgãos responsáveis do MEC. Porém, enquanto pesquisador do objeto, nossa perspectiva de avaliação está para além dos resultados quantitativos demonstrados nas plataformas alimentadas pelos burocratas do sistema governamental. Nossos objetivos de pesquisa, somados aos pressupostos engendrados a todo esse contexto situacional, legislação, governo, poder público, etc. nos permite ampliar o *ethos* operacional desse sistema de políticas públicas para o esporte educacional.

Esse costume modulador do sistema nos mostrou que o governo é o principal criador de políticas públicas. Elas vão desde a identificação de um problema social, construção de uma agenda, formulação de possibilidades, tomada de decisões, implementação da política, avaliação do processo inovações se for o caso e, por fim, manutenção ou dissolução de acordo com os resultados que ela atingiu. Em muitos casos, podem ser ajustadas, temporariamente cessadas e finalizadas com ou sem avaliações acerca de suas contribuições sociais.

Nesse sentido, se considerarmos as justificativas das políticas públicas, sua existência até a operacionalização para solucionar problemas e/ou desenvolver ações para melhorar a qualidade de vida da população, não seria exagero afirmar que o PAF segue tais recomendações. Portanto, compreender esse projeto e percebê-lo na sua relação com o Estado, políticas públicas no campo do esporte e da educação, é condição *sine qua non* para uma avaliação que se aproxime das exigências de uma pesquisa científica nos moldes da sociologia reflexiva de Bourdieu.

De acordo com o que foi destacado, sobre políticas públicas, seguindo o raciocínio de autores que utilizamos na sessão de nosso estudo, em que abordamos essa temática, podemos dizer que estas ocorrem num campo de idiosincrasias complexas. Ou seja, nos países desenvolvidos, de acordo com cada contexto, as políticas públicas são implementadas como mecanismo de controle fiscal dos gastos ou investimentos públicos. Para o contexto brasileiro, a área das políticas públicas tomou corpo e teve abrangência mais tarde, principalmente no período de redemocratização do Estado. Mas, em ambos os casos, as ações de governos, assim como as reações da sociedade sofrem influências internas e externas, de acordo com as forças dominantes em cada período histórico.

Então, conforme a abordagem que fizemos, sobre o campo das políticas públicas, especificamente para o contexto brasileiro, sobretudo no período de redemocratização, políticas de toda ordem precisavam ser formuladas e implementadas, o que de certa forma ocorreu nos últimos tempos. Porém, como acontece recorrentemente, muitos planos e rupturas estão em trânsito e as incertezas são contínuas no imaginário coletivo da sociedade brasileira.

O PAF, nesse contexto, apresenta-se como um Projeto de âmbito municipal, que de acordo com suas diretrizes responde às necessidades e desejos desse espaço geográfico, entretanto, se bem entendemos o sentido de uma política pública e o papel do Estado na sua execução, podemos dizer que ela não deveria ser determinada somente pelo local de suas ações. Uma política pública social não é neutra e nem autossuficiente, a ponto de não ser avaliada sobre outras perspectivas que não sejam, tão e somente, aquelas quantificadas ou biológicas.

A avaliação é necessária, tratando-se de políticas públicas que impulsionam projetos esportivos educacionais, mais importante ainda, pois, existem muitas propagandas redentoras que atribuem resoluções de problemas sociais ao esporte. Ou seja, muitos agentes (burocratas do sistema público) ditam e propagam, de maneira romântica e midiática, que o esporte é um instrumento capaz de oportunizar transformações sociais. Sim, o esporte pode ser utilizado como um instrumento de promoção social e educacional, mas ele também pode promover e gerar desigualdades. Questão que merece ser melhor estudada e divulgada.

Nesse sentido, no caso de projetos esportivos, necessário entender, repercutir e explicar a teia de relações entre as ações dos burocratas do governo, as normas legisladas e as “regras do jogo” vigentes em cada tomada de decisão. A justificativa de implementação de um projeto social, com objetivo de qualificar, resolver ou prevenir problemas públicos, não deve ser medida pela resposta midiática de quem a implementa.

Apenas para se ter uma ideia da amplitude dessas relações, no caso da prática social do PAF, ao buscarmos subsídios para a avaliação de nosso objeto de estudo, sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu, surgiram múltiplas discussões que transcendem de modo amplo o pretense entendimento que tínhamos sobre os conceitos de campo, *habitus* e capital. Pois, diante de todo o exposto, somente compreendendo uma estrutura constituinte do campo do esporte, como é o PAF, é possível encontrar elementos para discussões acerca da cidadania, emancipação, solidariedade, inclusão social, formação de mão de obra qualificada, desenvolvimento de valores morais e éticos, descobrimento de talentos, qualidade de vida, saúde, bem-estar, lazer e saúde etc.

A ciência do esporte e suas idiossincrasias relacionais, que tenham intenção de realizar analogias com estudos sociológicos, possibilitam diversas e delongadas explicações. Acerca disso, no desiderato de nosso exercício embrionário, de estabelecer tensionamentos para campo da sociologia do esporte, podemos considerar que Bourdieu tem razão em dizer que a prática da sociologia reflexiva pressupõe autonomia intelectual, engajamento político com a causa e competência técnica como parte do ofício de ser pesquisador. Seguiremos ampliando leituras e aproximações para melhor entender o esporte e dele poder falar sociologicamente.

As etapas preconizadas pela sociologia de Bourdieu, bem como as leis invariantes de um campo como o do esporte, provocaram o entrecruzamento do *corpus teórico* de nosso empreendimento científico (educação, esporte, sociologia, sociologia reflexiva, Estado, políticas públicas e projetos esportivos educacionais), com o sentido de realizar a busca de entendimentos sobre quais seriam as ações pedagógicas do PAF frente a realidade de seus participantes.

Nessas condições, de apresentação e de reflexões a partir das quatro etapas fundantes da sociologia reflexiva de Bourdieu – (I) *ensinar um ofício*; (II) *pensar relacionamente*; (III) *romper com o senso comum* ou *superar o senso comum*; (IV) *objetivação participante* – que possibilitaram um novo olhar sobre o PAF, apesar das dificuldades, principalmente por conta do envolvimento do pesquisador com o objeto estudado, buscamos focar no processo de pesquisa e na exigência de superação do senso comum e amarras profissionais e acadêmicas.

Amparado nos pressupostos bourdieusianos, de romper com as barreiras ontológicas de uma sociologia conservadora, realizada com lentidão, complexidade e impessoalidade, onde são evocadas algumas reflexões reificadas sobre *modus operandi* de encarar a pesquisa, rigor acadêmico e procedimentos para não haver desvios ou equívocos pelos caminhos metodológicos. Sobretudo, não cair nas armadilhas tradicionais da pesquisa pré-determinada, mas, ao mesmo tempo, também, fugir do conservadorismo epistemológico, ou seja, tentando superar o método clássico de se realizar pesquisas padronizadas por uma “cartilha acadêmica”, chegamos até aqui.

5.1 O SENTIDO DA PRÁTICA ESPORTIVA EDUCACIONAL: PERCEPÇÕES PARA UMA SOCIOLOGIA REFLEXIVA

O aprendizado e a prática da sociologia reflexiva pressupõem compreender a arena estruturante de um campo com conflitos particulares, o espaço das disputas visíveis e

invisíveis por troféus que simbolizam a cultura, a economia, a educação, enfim, a sociedade como um todo. Bourdieu explica isso através da metáfora do jogo: “a sociologia é um esporte de combate”. Assim, podemos estabelecer que durante o jogo de pesquisar um projeto esportivo educacional, que visa contribuir com o ganho de capitais educacionais e esportivos distintos, entramos num campo de disposições com capacidade de destruir a ilusão social.

Sobre essas inserções, entre a sociologia reflexiva de Bourdieu e o sentido prático ou social do esporte educacional, Souza e Marchi Júnior (2017), auxiliam-nos com amplificações que oportunizam compreendermos melhor a estrutura e o sentido social do PAF.

Nesse sentido os autores entendem que:

compreender a estruturação dessa prática como um campo regido por leis de oferta e demanda e, na esteira dessa linha investigativa, demonstrar como o esporte é apropriado a partir de uma economia simbólica peculiar que atualiza as divisões do mundo social e, muitas vezes, reforça mecanismos de dominação”. (SOUZA & MARCHI JÚNIOR, 2017, p. 245).

Sendo assim, se a cultura do esporte e da educação formal e não-formal para uns é uma conquista, para outros, de acordo com Bourdieu e Passeron (2014) é uma herança. Pois, para as classes menos favorecidas, a escola, os projetos esportivos e até mesmo as políticas ditas assistencialistas podem ser as únicas formas de acessar e garantir oportunidades de ascensão cultural, educacional, econômica e social.

A propagação dos parâmetros de aprendizagem cartesianos, aqueles que verbalizam asserções do tipo, “esporte para todos”, não atendem as demandas dos aprendizes oriundos de círculos sociais diferentes. Participantes de origem burguesa, via de regra, escolhem e manifestam decisões com maior segurança. Então, há que se relativizar ou mesmo compreender toda essa cronologia a partir da oferta democrática e das escolhas livres. O atendimento ao “gosto popular” pode, em diversas situações, ser uma armadilha dos determinismos estereotipados como “dons naturels”, que são contrários à lógica do que seja preferido.

Algumas asserções, propagadas pelo PAF e por projetos esportivos semelhantes ao nosso objeto de estudo, podem ser utópicas e exageradas. A promoção de políticas públicas de desenvolvimento da educação e do esporte por si só não são instrumentos libertadores capazes de promover todos os benefícios subjetivos que um cidadão necessita para se desenvolver e pertencer a uma sociedade. Aceitamos com otimismo essas e outras iniciativas, porém não entendemos que elas sejam determinantes para a cidadania, emancipação e inclusão social.

Aliás, a promoção da cidadania divulgada através dos diversos tipos de projetos sociais, tanto de esporte quanto de educação formal, nada mais é do que um pressuposto obrigatório de qualquer política pública educacional. O esporte, por exemplo, por si só tem uma função cidadã, não necessitando de justificações. Então, o conceito de cidadania, de maneira sintética, é descrito como um conjunto de direitos e deveres que podem ser exercidos por indivíduos que vivem num determinado território, em sociedade, podendo nele provocar intervenções e transformações.

Podemos, de maneira objetiva, reiterar que Pierre Bourdieu postulou algumas perspectivas para estudar sociologicamente temas como a sociedade, a educação e o esporte. Mesmo que não tenha escrito um grande volume de teorias para o campo esportivo, contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento de uma sociologia reflexiva. Através da construção e da problematização de objetos incomuns empreendeu formas de compreender o jogo social, estruturou na sua prática teórica conceitos como *habitus*, *campo*, *capital*. Essas problematizações se tornaram uma possibilidade para a compreensão e avaliação do contexto em que o PAF está inserido.

A avaliação do contexto de nosso objeto de pesquisa, possibilitou novos entendimentos, com eles pretendemos contribuir, de forma responsável, para o conhecimento acadêmico nas áreas da educação, educação física, esporte e sociologia. No entanto, a partir das leituras e releituras realizadas, evidenciamos que na área da sociologia, o campo da educação é amplamente discutido e referenciado, enquanto que, no campo do esporte, apesar de haver grande volume de produções científicas, ainda há certa rejeição de pesquisas publicadas em periódicos das ciências sociais (SOUZA & MARCHI JÚNIOR, 2017).

Os autores Souza e Marchy Júnior (2009), consideram que os estudiosos do esporte devem trilhar um caminho de reflexividade tal como Bourdieu preconizava. Isso porque, quando nos utilizamos do método investigativo de Bourdieu, necessário conhecermos previamente os instrumentos de compreensão do universo social (*habitus*, *campo*, *capital* etc.), no qual o objeto está inserido, no caso dessa pesquisa, o PAF.

Assim, ao mesmo tempo em que empreendemos compreender com aprofundamento um determinado campo, pretendemos, a partir dele, criar problematizações sobre o *habitus* dos agentes que nele atuam. Provavelmente, é devido a esse fato que Bourdieu aconselhava que a sociologia reflexiva, tal como ele concebeu, não deveria ser estudada de maneira dissociada da pesquisa para a qual deveria ser aplicada.

As respostas acadêmicas nos remetem ao entendimento de que esporte e a educação são de fato fenômenos sociais da modernidade, são áreas que se nutrem das mais variadas

faces das ciências, seus campos são dotados de particularidades e leis invariantes com dinâmica e leituras próprias, dispostas numa diversidade subjetiva de conceitos e teorias científicas amplamente discutidas. Enquanto ferramentas para o incremento social da população, podem produzir frutos doces e também amargos, depende sob qual enfoque suas ações práticas são trabalhadas e como o público-alvo compreende essas ações na prática.

O esporte, sem sombra de dúvidas, colabora com os processos educacionais, suas ações práticas e pedagógicas contribuem para a aquisição e formação de valores como, cidadania, emancipação, inclusão social, solidariedade etc. No entanto, ainda não foram criados sistemas, mecanismos ou aparatos tecnológicos capazes de detectar e valorar o capital das vivências humanas, mesmo aquelas antagônicas, positivas e negativas, oriundas da escolha e do gosto esportivo subjetivo de cada indivíduo (atletas, espectadores, participantes, torcedores ou consumidores).

É difícil dizer que a promoção do desenvolvimento social, no que se refere à relação entre esporte e educação, seja fruto dessa ou daquela política pública, de Estado ou de governo, vivenciada na escola ou em um projeto esportivo educacional. Compreender esse cenário é/foi fundamental para as pretensões dessa pesquisa. Considerando o estudo já realizado, podemos dizer que se ampliariam as possibilidades de interpretação acerca do que está em jogo. Pretendemos continuar fazendo isso? Sim, com o PAF? Não sabemos. A aquisição desse “capital” está para além da utopia de nosso estudo.

Para finalizar, se é que existe finalização, algumas respostas que encontramos durante nossa incursão científica parecem autoexplicativas, porém, enquanto ciência, principalmente para os leitores que não são da área, essas questões não são explicadas de maneira tão simples. Vejamos aquelas asserções relativas aos benefícios que supostamente o esporte possa oportunizar. Sim, esses benefícios existem, nas diversas formas que apresentamos durante o texto. Porém, há que se ponderar melhor sobre as representações dos objetivos de todo esse discurso redentor atribuído ao esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto desse estudo permite problematizar uma grande amplitude de informações. Porém, preferimos ficar com as reflexões que nos possibilitaram pensar relacionalmente o esporte, a escola e a vida em sociedade. O que, de acordo com nossas interlocuções, foram os pressupostos que nos balizaram até chegarmos a intenção de avaliar o PAF sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu.

Para isso, entre idas e vindas, seguindo as recomendações de Bourdieu, realizamos o exercício ininterrupto de construir e desconstruir nosso objeto de estudo. Em meio a esse “jogo de vai e vem”, conseguimos chegar ao consenso final, criamos algumas hipóteses, travamos duras batalhas metodológicas e teóricas, com as quais, entendemos ter encontrado os “melhores” conteúdos que nos sustentaram durante a circunscrição epistemológica e empírica da pesquisa em cena.

Então, chegamos a concordância de que não poderíamos dissociar a pesquisa do pesquisador e, a partir desse entendimento, julgamos ter demonstrado de onde e por que surgiu tal problemática. Pois, neste jogo tautológico, jogado com Bourdieu (1989, p. 28), ratificamos que “o real é relacional”, não há dissociação entre pesquisa e pesquisador. Toda construção advém de uma dada realidade e resulta de uma relação.

Diante disso, iniciamos o empreendimento visionário de construir um objeto de pesquisa a partir da avaliação do PAF. Mesmo que o PAF tenha um histórico com tantos anos de existência, não há evidência ou relatos de investigações acadêmicas sobre as ações desse Projeto, principalmente sob o olhar da sociologia do esporte.

Assim, foram suscitadas algumas questões que ao nosso entender poderiam ser objeto de pesquisa. Dentre elas, amplamente discutidas no texto, a falta de clareza sobre as diretrizes e ações do PAF, as reais aderências e contribuições educacionais, o real foco das atividades esportivas, a promoção social, os ganhos culturais etc. Supostos benefícios educacionais e sociais, que são ou estão propagadas como resultados e apelo de demanda ao público-alvo.

Além do exposto, as incursões no objeto abriram cicatrizes mais profundas, que foram sendo desdobradas no problema e nos objetivos do estudo. Essas angústias nos oportunizaram pensar algumas questões relacionadas a compreensão e o sentido dessa política pública educacional, a função social das ações do Projeto, enfim, todos os possíveis meandros da fachada sociológica, por vezes, ocultada nos estudos biológicos ou quantificados sobre o esporte principalmente.

Os destaques que encontramos, face ao acervo da pesquisa social, para o caso dos projetos de esporte educacional voltados à crianças e adolescentes, não nos possibilitaram acessar muitos estudos sociológicos produzidos a partir de dados quantitativos dos participantes e das iniciativas. Frente a isso, o estatuto *bourdieusiano* somado a algumas incursões em pesquisas de autores nacionais e internacionais, com interesse na sociologia do esporte e, também, na sociologia reflexiva, instigaram uma experiência desafiadora, firmaram nossos pretensos desejos e nos outorgaram o protagonismo de uma missão para além do esporte e da educação.

Ocorre que há um acervo extenso de estudos realizados a partir de objetos semelhantes ao nosso. Os discursos são diversos, inclusive destacamos que sobre o esporte moderno, muitos olhares e muitos enfoques podem ser apresentados, alguns até seriam válidos. No entanto, durante o processo de busca por estudos que nos dessem suporte, não encontramos praticamente nenhuma avaliação sociológica, do esporte educacional, que fosse realizada através da catalogação de dados quantitativos e da realidade sociodemográfica dos participantes.

Outro ponto que salientamos e que justificamos, é que durante a construção da pesquisa nos deparamos com a compreensão de que o PAF não elege como termo redacional a condição de desenvolver *cidadania*, apesar de o esporte por si só ter função cidadã. Mas, esse fato alterou um pouco nossa rota. Contudo, podemos predizer que o ambiente das atividades esportivas, bem como a integração escolar, comunitária, familiar e também as relações sociais dos participantes, favorece para que exista a significação de diversos aprendizados humanos.

A aquisição de capitais sociais, de acordo com entendimentos de Bourdieu, é imanente a todo o engendramento concebido e oportunizado a partir das vivências promovidas com os relacionamentos interpessoais. O esporte tem capacidade e predisposição intrínsecos, explicado filosoficamente, consegue com práticas antagônicas, que vão do jogo individual e coletivo ao “enfrentamento” do oponente, provocar uma espécie de catarse dos corpos, um encantamento inexplicável sob o ponto de vista dos desafios e superação que a arena de um jogo pode ocasionar.

O exercício metodológico que adotamos, para dar conta das problematizações de nosso estudo, sobretudo, a partir da estrutura de um campo esportivo, convertido no aprendizado parcial de tentar produzir uma sociologia reflexiva para explicar “coisas teóricas” do esporte educacional, que estão postas em jogo a partir de dados “empíricos”, possibilitou pensarmos o objeto da pesquisa de maneira relacional. Neste cenário, Bourdieu pondera alertando que o que conta na realidade é a construção de objetos científicos que socialmente

parecem insignificantes para uns, e significantes para outros. Mas isso deve ser realizado através de um ângulo ainda não observado, o que pode ampliar a capacidade do pesquisador na realização de novas avaliações.

Sobre isso, Bourdieu e autores correlatos evidenciam que, em muitos casos, objetos de análise social focados no esporte são considerados como não relevantes, principalmente por aqueles que estudam e publicam nos periódicos do esporte. Entretanto, dentre outras, revelamos que a relevância de uma pesquisa não está, necessariamente, no objeto ou no pesquisador, senão nos métodos utilizados pelo pesquisados para tornar o objeto relevante, ou seja, o foco está na importância do processo. Então, evocamos, além das etapas da sociologia reflexiva para o esporte, a recomendação de Bourdieu: “fazer pesquisa é um ofício” (BOURDIEU, 1989).

Para a pesquisa em tela, de natureza bibliográfica (*corpus teórico*) e documental (*corpus empírico*), realizada a partir dos procedimentos metodológicos ancorados nos passos da sociologia reflexiva de Bourdieu também lançamos mão de outra abordagem ou técnica de pesquisa, no caso o método de análise de conteúdo preconizado por Bardin (1977). Os dados quantitativos encontrados na exploração do material do PAF sugeriram realizar alguns passos que foram organizados desde a pré-análise até o tratamento e catalogação dos resultados obtidos. Utilizamos esses caminhos para não nos perdermos durante o percurso investigativo e, dessa forma, chegarmos aos pretensos resultados finais objetivados.

Essas incursões, por caminhos e métodos, nos fizeram chegar ao que consideramos ser o melhor problema de pesquisa para responder as inquietações que impulsionaram o pesquisador até o estudo. O PAF é um projeto pautado em atividades esportivas educacionais para crianças e adolescentes inseridas em diversos contextos sociais. Com o objetivo de promover educação formal e não-formal, a partir de modalidades e contextos desiguais, além de competitividades por capitais dispares, formar futuros atletas e principalmente cidadãos críticos, emancipados, éticos, morais, assim como os valores carreados por uma sociedade. O que, de maneira conclusiva, seria uma excelente possibilidade ou resposta social.

Mas, como destacado no texto, todas essas “possibilidades” de acesso aos capitais e produtos sociais de uma política pública de esporte educacional (in)dependem das manifestações dos participantes. Uma vez que a garantia de solução dos problemas sociais da população deveria ser assegurada e atribuída pelo Estado e seu maior formulador de políticas públicas, o governo e as instituições que deveriam estar a serviço das demandas de atendimento aos interesses do povo.

As asserções desse Estado atual em que vivemos, o Estado de direito democrático anacrônico, muitas vezes paradoxal, com muitos planos e projetos, que de tempos em tempos rompe com o que há de mais sagrado numa Nação, com a sua população, nos faz racionalizar sobre um cenário pessimista. Será que ainda estamos à mercê das decisões impostas no “escritório do rei”?

Frente aos interesses dos participantes do PAF, de acordo com os critérios reflexivos que adotamos, trouxemos à baila algumas questões sobre a instituição mantenedora do Projeto, o Ministério da Educação. Enquanto instituição federal, de acordo com o modelo de Estado que temos, é quem rege e destina os recursos públicos para fomento, manutenção e desenvolvimento da educação brasileira. Esses recursos são oriundos da receita dos impostos e outros dispositivos legais. A União aplica e é responsável por nunca menos que 18% dessa parcela, os estados, municípios e Distrito Federal 25% no mínimo. Então, o risco de rompimento com projetos públicos é eminente.

Embora o PAF, a partir de suas diretrizes democráticas, atenda em sinergia diversas demandas da escola, da formação de talentos, do auxílio no controle e combate de problemas de ordem social etc., ele não sinaliza a isonomia que uma política pública, como o próprio nome diz, deveria exercer para o público. Pois, num contexto de oferta e participação desiguais, há o contrassenso, ou seja, às vezes as oportunidades “igualitárias” para todos os cidadãos ficam mais à mercê das circunstâncias do que propriamente nas necessidades de fato, ou menos ainda nas obrigações positivadas legalmente.

Apesar de tudo, mesmo que os supostos benefícios sociais não sejam garantidos em sua plenitude, que a comunidade e os participantes não entendam o sentido e o significado das ações e que não sejam demonstrados claramente os objetivos do projeto, muitos olhares positivos devem ser outorgados ao PAF. A ocorrência de participação dos 2.732 alunos catalogados em 2018 justifica a sua vigência, o que, de certa forma, seria o mínimo desejável para uma cidade com pouco mais de duzentos mil habitantes.

Por essas e outras respostas, encontradas na pesquisa, é evidente que hajam lacunas e fragilidades no atendimento realizado pelo PAF. Sobre isso, podemos citar que em algumas regiões da cidade os serviços são precários ou inexistentes, negando o discurso de acesso e garantia de participação a todos, inviabilizando a participação de certos estratos da população, de cidadãos que também são parte integrante da sociedade.

Assim, pode-se dizer que os objetivos do PAF, mesmo que não formalizados adequadamente, até mesmo insuficientes, são atingidos de maneira parcial, pois, em mais de

dez anos de vigência, milhares de crianças e adolescentes receberam oportunidade de praticar diversas modalidades esportivas.

Tal como um organismo que sofre mutações, o PAF incorre em implementações decorrentes de contingências que muitas vezes são necessárias. No entanto, como agente do sistema, com compromisso social, ousou postular considerações que podem ser relativizadas, mas as faço por considerar necessário argumentar em defesa do capital esportivo e seus produtos sociais reconhecidos, assim como necessário é fazer crítica às insuficiências e exageros argumentativos acerca do esporte.

A partir de todas as avaliações e evidências, consideramos demasiado tecer apontamentos que denotem falha absoluta das ações do PAF. Aliás, essa contradição de tentativa, acertos e erros pode existir em praticamente todas as instâncias humanas. A presunção da falha permite dizer que nem só de formalidades vivemos, somos seres subjetivos, o jogo da vida exige flexibilizações tal como acontecem os lances de um esporte jogado numa das modalidades do PAF.

Dessa forma, mais do que alcançarmos o intento de avaliar o PAF sob a ótica da sociologia reflexiva de Bourdieu, questionamos sobre o sentido prático de ofertar modalidades esportivas aos pretensos “atletas do futuro”, ou seja, aos cidadãos do futuro. Que cidadãos teremos no futuro? Educados e proficientes no esporte e nas disciplinas escolares, ou decisivos nos lances da vida?

Mesmo que o Estado, em seu anacronismo, passe por algumas intercorrências ou contingências de ordem política, entendemos que todas as políticas de atenção às questões humanas são válidas. Destacamos que não tínhamos a pretensão de, a partir de nossa pesquisa, estabelecer juízo de valor sobre o Projeto e seus delineamentos práticos. Nem com toda a riqueza das informações científicas e empíricas, ocasionadas pelo estudo e conhecimentos práticos, teremos condições de carregar sobre os ombros as respostas e soluções desse universo social.

O foco de ações propagadas sob a égide do discurso de esporte formador de cidadãos, aquele justificado por boa parte dos milhares de projetos brasileiros similares ao PAF, mesmo que não esteja divulgado em nossa pesquisa é um argumento que merece ser proferido. Contudo, há que se ponderar melhor o conceito de cidadania, muitas vezes discursado de maneira falaciosa e, não raras vezes, ignorando a existência de beneficiários de tais políticas, que se não fosse essas iniciativas não teriam oportunidades de acesso às práticas esportivas.

Diante de todas as possibilidades que encontramos para avaliar e ponderar considerações a partir do nosso objeto de pesquisa, do contexto e das informações dos

participantes do PAF, com uma amostra significativa da população dos estudantes do município de Chapecó, asseveramos, referenciados amplamente por Bourdieu, que o sucesso escolar, esportivo, universitário, profissional e outros, pode estar diretamente ligado ao percurso educacional formal e não-formal, mas também a origem social do indivíduo.

Mesmo com todas as limitações e fragilidades que uma pesquisa possa revelar, os dados encontrados em nosso estudo revestem bem o quadro descrito por Bourdieu sobre as desigualdades sociais. Ou seja, é possível que grande parte das crianças e adolescentes que hoje participam do PAF, não se tornem profissionais do esporte não entrem nas “melhores” universidades e, por conseguinte, não acessem as melhores condições de trabalho quando adultos, pois o ciclo das desvantagens sociais que muitos dos/as participantes do PAF vivenciam, influencia a condição de acesso ao sucesso social. Apesar de tudo isso, somos otimistas em relação a projetos que visam à cidadania e ampliam o círculo das oportunidades. Nesse sentido, desejamos que o PAF se volte, reflexivamente, aos seus objetivos e, da mesma forma – reflexivamente – realize essas duas condições.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que as tomadas de decisão a partir das políticas públicas educacionais promovidas, muitas vezes, por burocratas do sistema público, gestores e atores que operacionalizam ações sociais voltados à formação e melhoria da qualidade de vida da população, principalmente na promoção do esporte para crianças e adolescentes, como é o caso do PAF, devem ser pautadas por escolhas mais serenas. Há que se considerar as subjetividades interpretativas que os participantes possam ter em relação aos projetos esportivos educacionais. Mas, esse é um problema para outro momento, com novas e merecidas formas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- _____, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- _____, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: _____, Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b. p. 136-153.
- _____, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil S.A., 1989.
- _____, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- _____, Pierre, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- _____, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude; Passeron, Jean-Claude. A profissão do sociólogo: Preliminares epistemológicas. 2.ed. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____, Pierre. Questões de sociologia. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa. Fim de Século, 2003.
- _____, Pierre. Coisas Ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.
- _____, Pierre; WACQUANT, Loïc. Una invitación a la sociología reflexiva 1a ed. - Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Disponível em: <<https://sociologiaycultura.files.wordpress.com/2014/02/bourdieu-y-wacquant.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- _____, Pierre. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____, Pierre. *Homo academicus*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- _____, Pierre. A dominação masculina/Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a.

_____, Pierre. Escritos de Educação. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

_____, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRASIL. Ministério do Esporte, 2017. Disponível em:
<<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>> Acesso: 8 nov. 2017.

_____. Ministério do Esporte, 2010. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/esporte/2010/01/segundo-tempo-incentiva-o-esporte-como-ferramenta-social>> Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>
Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 agosto 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Ministério do Esporte. Programa Segundo Tempo. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/esporte/2010/01/segundo-tempo-incentiva-o-esporte-como-ferramenta-social>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DIAS, Reinaldo. Introdução à sociologia. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimentos e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51): 21-30, 2003.

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, E. & FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/17717650/processo-de-elaboracao-de-politicas-no-estado-capitalista-moderno-hill-pdf/187>>. Acesso em: 09 set. 2017.

IANNI, Octavio. O Estado-Nação na época da globalização 1999, (p.114-115). Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/octavio.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 78, Abril/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a04v2378.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2017.

Projeto do Programa Atleta do Futuro Cidadão do município de Chapecó-SC. Cópia física disponível junto à Secretaria de Esporte Juventude e Lazer.

ROMERO, Nayara Magri. Práticas de educadores como política de assistência social: os centros para crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. <doi: 10.11606/D.48.2012.tde-19072012-150704>. Acesso em: 05 set. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003a.

_____, Celina. ‘Estado do campo’ na pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003b.

_____, Celina. Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMANN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, e MARQUES, Eduardo, orgs. *Políticas públicas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16/jul./dez., 2006.

SOUZA, Juliano de., & MARCHI JÚNIOR, Wanderley (2009). Subsídios para uma sociologia reflexiva do esporte. *XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de sociología de la Universidad de Buenos Aires*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

_____, Juliano de., & MARCHI JÚNIOR, Wanderley (2017). Bourdieu e a sociologia do esporte: contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos. *Tempo Social*, 29(2), 243-286. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.106962>>. Acesso em 10 ago. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 11ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

WACQUANT, Loïc J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, 19, p. 95-110. Nov. 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2017.

ANEXO A – Ficha de inscrição Projeto Atleta do Futuro



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

FICHA DE INSCRIÇÃO PROJETO ATLETA DO FUTURO

NOME COMPLETO: _____
(CONFORME CERTIDÃO DE NASCIMENTO)

MODALIDADE: _____ PROFESSOR(A): _____

LOCAL DA ATIVIDADE: _____ HORÁRIO: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE: _____

ENDEREÇO ALUNO: _____

BAIRRO: _____ FONE: _____

NOME DA AESCOLA: _____

TURNO: _____ SÉRIE: _____

NOME COMPLETO DO PAI: _____

NOME COMPLETO DA MÃE: _____

LOCAL TRABALHO PAI: _____ FONE: _____

LOCAL TRABALHO MÃE: _____ FONE: _____

OBS.: AO ENTREGAR A FICHA DEVIDAMENTE PREENCHIDA, ANEXAR CÓPIA LEGÍVEL DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO E/OU RG DO ALUNO.

DECLARO-ME CIENTE DOS HORÁRIOS E RESPONSÁVEL POR QUALQUER INFORTÚNIO QUE PORVENTURA VENHA A OCORRER DURANTE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR:

NOME COMPLETO DO ALUNO: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: _____

CHAPECÓ/SC: _____.